



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 177 - SÁBADO, 29 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA

Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1ª Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC 2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17	LÍDER Delcídio Amaral – PT Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aeton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge	Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Gereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (vago) Flexa Ribeiro LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 26-10-2006

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 191ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 118/2005, de 28 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, solicitando a substituição de membros na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. .. 37507

1.2.2 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 64, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que disciplina nova hipótese de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para assegurar o funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo em unidades da Federação..... 37507

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com a questão energética no Brasil, notadamente em Rondônia. Importância da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Transcurso hoje do Dia do Servidor Público..... 37511

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Relacionamento do governo com a oposição no Congresso Nacional. Críticas às declarações do Presidente do PT, Ricardo Berzoini, sobre a confecção de cartazes contra o Senador Jorge Bornhausen..... 37513

SENADORA HELOÍSA HELENA – Problema da falta de água em Major Isidoro/AL. Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Servidor Público. 37518

SENADOR TIÃO VIANA – Homenagem aos servidores públicos. Comentários sobre matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** a respeito da acareação realizada na CPI dos Bingos entre irmãos do ex-prefeito Celso Daniel e o Sr. Gilberto Carvalho. 37519

SENADOR ALVARO DIAS – Acareação realizada na CPI dos Bingos entre irmãos do ex-prefeito Celso Daniel e o Sr. Gilberto Carvalho. Crise das agências reguladoras no Governo Lula..... 37521

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre a crise política. Participação de S. Ex^a em CPI

do Congresso Nacional. Premência da reforma política. 37521

SENADOR ALBERTO SILVA – Necessidade de recuperação das estradas brasileiras. Apoio à organização de associações pelos lavradores nordestinos para o plantio de mamona destinada à produção do biodiesel. Defesa da liberação de recursos do Pronaf para o financiamento do plantio da mamona..... 37526

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem pelo Dia dos Servidores Públicos. Reflexão sobre a corrupção no Brasil..... 37531

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Decisão do Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, de conceder liminar permitindo o retorno do Senador João Capiberibe ao Senado Federal. 37535

SENADOR PEDRO SIMON – Posicionamento do Presidente do Senado Federal no episódio de afastamento do Senador João Capiberibe. 37535

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Considerações a respeito do pronunciamento do Senador Pedro Simon. 37536

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Apresentação de proposta de emenda à Constituição que prevê a coincidência de eleições e a supressão da reeleição subsequente para presidente da República..... 37537

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Homenagem ao Dia do Servidor Público. 37538

1.2.4 – Pareceres

Nºs 1.832 a 1.859, de 2005, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 582, 877, 921, 936, 946, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 987, 997, 998, 1.006, 1.010, 1.022, 1.036, 1.040, 1.041, 1.042, 1.047, 1.063, 1.095, 1.097 e 1.098 de 2005, respectivamente. 37541

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado, dos Requerimentos de Informações nºs 582, 877, 921, 936, 946, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 987, 997, 998, 1.006, 1.010, 1.022, 1.036, 1.040, 1.041, 1.042, 1.047, 1.063, 1.095, 1.097 e 1.098 de 2005. (Ficam interrompidas as tramitações do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999; do Aviso nº 57, de

2002; do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, e do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005) 37560

1.2.6 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Liminar concedida pelo Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, que permite o retorno do Senador João Capiberibe ao Senado Federal. Solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo. Importância da aprovação da Medida Provisória nº 255, de 2005. Necessidade de investimentos infra-estrutura. Considerações sobre o foco de febre aftosa surgido em Mato Grosso do Sul. Perigo da chegada ao Brasil do vírus da gripe aviária. Trabalho desenvolvido pela CPMI dos Correios. 37560

1.2.7 – Ofício do Supremo Tribunal Federal

Nº 5.025/2005, de 28 do corrente, do Ministro Marco Aurélio, comunicando a concessão de liminar pleiteada pelo Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe e o restabelecimento da situação jurídica anterior, viabilizando ao impetrante, ainda na qualidade de Senador da República, o exercício do direito de defesa. 37569

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Restabelecimento da condição de Senador da República ao Sr. João Capiberibe. 37570

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “TCU vê superfaturamento na Secom”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 do corrente. 37572

SENADOR PAPALEÓ PAES – Considerações sobre o artigo intitulado “O PT avacalha Freud”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja**, edição de 19 do corrente. 37574

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Comentários à matéria intitulada “Para TCU, gastos são estratosféricos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 do corrente. 37575

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro da entrevista concedida pelo cantor Raimundo Fagner, intitulada “Comigo, é no tapa”, publicada na revista **Veja**, edição de 26 do corrente, a respeito do referendo sobre o desarmamento. 37576

SENADOR ALMEIDA LIMA – Comentários acerca de matérias publicadas na imprensa a respeito do comportamento do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, na sessão em que se julgou a ação proposta pelo ex-ministro José Dirceu que pretendia suspender seu processo de cassação. 37579

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Transcrição de entrevista com o historiador americano Thomas Skidmore, publicada na revista **Época**, edição de 24 do corrente, a respeito da responsabilidade do Presidente Lula no escândalo do mensalão..... 37582

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “O bode expiatório de Lula”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 do corrente..... 37584

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Considerações sobre a matéria intitulada “Contas muito mal explicadas”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 23 do corrente. 37585

SENADOR VALMIR AMARAL – Comemoração, hoje, do Dia do Funcionário Público. 37587

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSAO ANTERIOR

Do Senador Mozarildo Cavalcanti, proferido na sessão de 11 de outubro de 2005. 37588

3 – PARECER

Nº 24, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 23, de 2005-CN (nº 977/2005, na origem).

(Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2005-CN) 37590

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE

DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 191^a Sessão Não Deliberativa, em 28 de outubro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mão Santa, Tião Viana,
Pedro Simon e Leomar Quintanilha*

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 118/05

Brasília, 28 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição dos Senadores Arthur Virgílio (titular) e Almeida Lima (suplente) pelos Senadores Juvêncio Da Fonseca (titular) e Arthur Virgílio (suplente), como membros na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, nas vagas destinadas ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – Senador **Álvaro Dias**, Respondendo pela Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 2005

Disciplina nova hipótese de intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal para assegurar o funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo em unidades da Federação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 34 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VIII e IX:

“Art. 34.

.....

VIII – assegurar o funcionamento do Poder Legislativo do Estado ou do Distrito Federal, quando houver fundados indícios de que a maioria absoluta dos seus membros esteja sujeita à perda do mandato, em face das hipóteses previstas nas respectivas Constituições Estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal;(AC)

IX – afastar o Governador do Estado ou do Distrito Federal, envolvido em situação que configura fundado indício de prática incompatível com o exercício do cargo e indicar o respectivo interventor e os poderes de que disporá.(AC)”

Art. 2º O art. 36 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 36.

.....

V – de resolução aprovada por três quintos dos membros do Senado Federal, na hipótese do art. 34, incisos VIII e IX. (AC)”

Art. 3º O art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XVI e XVII:

“Art. 52.

.....

XVI – aprovar, por três quintos dos votos, resolução que decreta a intervenção de que trata o art. 34, inciso VIII e IX (AC);

XVII – exercer, a partir da decretação da intervenção da União no Estado ou no Distrito Federal, na hipótese do art. 34, inciso VIII, e até a sua cessação, a competência do respectivo Poder Legislativo, referente à perda do mandato de seus parlamentares.(AC)”

Justificação

A presente proposta de Emenda à Constituição objetiva eliminar grave lacuna no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.

Trata-se da necessidade de disciplinar hipótese, até a pouco considerada improvável, quase impossível, de determinado Poder Legislativo Estadual estar impedido de deliberar por haver fundadas suspeitas de que a maioria absoluta dos seus membros esteja sujeita à perda do mandato, em face das hipóteses previstas nas respectivas Constituições Estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Surge, com essa situação teratológica, a complexa questão jurídica referente à legitimidade para o exercício das relevantes competências do Poder Legislativo estadual ou distrital.

Como admitir que sejam aprovadas leis que geram direitos e obrigações para os cidadãos por representantes, em sua maioria, suspeitos de atentar contra o decoro parlamentar e de conspurcar a honrosa missão de integrar o Poder Legislativo de uma unidade da federação?

Ademais, como operacionalizar o processo de perda de mandato se a maioria absoluta dos parlamentares é suspeita de envolvimento em atos que dão ensejo a essa medida política extrema?

Lamentavelmente, os recentes episódios ocorridos no Estado de Rondônia demonstram que uma situação considerada excepcional pelo legislador constituinte originário transformou-se, com o passar dos anos e com o afastamento dos princípios éticos regentes da vida parlamentar, em situação fática no Poder Legislativo de unidade federada, em determinados momentos históricos.

Ciente de que essa situação é possível, urge a manifestação legiferante do Congresso Nacional de modo a assegurar o adequado funcionamento do Poder Legislativo e, dessa forma, preservar o equilíbrio democrático entre os Poderes estaduais ou distrital, bem como manter íntegro o pacto federativo.

Seria um risco desarrazoadamente admitir que o Poder Legislativo estadual ou distrital, immobilizado pela crise política, deixasse de exercer regularmente suas competências, ou, ao contrário, as exercesse em eficiente déficit de legitimidade.

Pela proposta em questão, objetiva-se inserir no rol das hipóteses que autorizam a decretação da intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, mediante acréscimo ao art. 34 da Constituição Federal, a situação em que haja fundadas suspeitas de que a maioria absoluta dos seus membros está incursa em uma das hipóteses de perda de mandato previstas nas respectivas Constituições Estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Propõe-se, ainda, dispor sobre os requisitos constitucionais de procedibilidade referentes à decretação dessa espécie de intervenção, prevendo a necessidade de projeto de resolução do Senado Federal, autorizando a intervenção, aprovado por três quintos de seus membros.

Estabelece-se, por fim, que o Senado Federal exercerá a competência do Poder Legislativo estadual ou do Distrito Federal, referente à perda do mandato de seus parlamentares, desde a decretação da intervenção da União no Estado ou no Distrito Federal prevista no art. 34, inciso VIII, até a sua cessação. Nesse sentido, propõe-se acréscimos ao art. 52 da Constituição Federal. A atribuição dessa competência ao Senado Federal, de um lado, reforça seu papel constitucional de Casa representativa da Federação, e, de outro lastreia-se no precedente de sua competência como Poder Legislativo do antigo Distrito Federal, anteriormente à sua elevação à condição de ente federado pelo Constituinte de 1988. E bom lembrar ainda que a situação excepcionalíssima que ora se pretende normatizar, não teria solução, no âmbito do próprio Estado ou do Distrito Federal, já que a Assembléia Legislativa, ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal são as instituições a quem se atribui a perda do mandato, no julgamento político, necessário à cassação de mandato de deputado estadual ou distrital. Ora, estando sob suspeição a maioria de seus integrantes, evidentemente, torna-se impossível a instalação de processo com um mínimo de legitimidade. Por outro lado, a hipótese de decretar a intervenção e dar posse temporária aos suplentes também não parece adequada, eis que, por suposto, aos suplentes interessaria a cassação do mandato dos titulares.

Quanto à intervenção da União para afastamento de Governador de Estado ou do Distrito Federal, devido ao seu envolvimento na hipótese de crime de responsabilidade oriundo dos mesmos indícios que envolvem a maioria dos integrantes do respectivo Poder Legislativo, também seu julgamento deve ser efetivado pelo Senado Federal, na ausência de condições de submetê-lo ao Poder Legislativo envolvido.

Ao interventor nomeado, caberá, como normalmente ocorre nesses casos, o exercício do Poder Legislativo, enquanto durar a intervenção. Sendo considerados culpados Deputados e Governador, serão afastados e substituídos segundo as disposições pertinentes da respectiva Constituição estadual ou Lei Orgânica Distrital.

São essas as razões, Nobres Pares, que me estimulam a pleitear a obtenção das assinaturas de Vossas Excelências, exigidas pelo inciso I do art. 60 da Constituição Federal, e a posterior aprovação desta proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2005. – Senador **Tião Viana**.

(FOLHA DE TABELA)

2	Melissa Helena	HELOÍSA HELENA
3	José Iginio	José Iginio
4	Adriano	Adriano Otávio
5	José Dourado	Jorge Bomhausen
6	Levy	Levy de Moraes
7	Walmir	Walmir Braga
8	Antônio	Antônio Braga
9	Sérgio Nando	Sérgio Nando

10	Humberto	SERGIO SILESSANTO
11	Edmundo	Edmundo Fernandes
12	Paulo	(Paulo Donato)
13	Paulo	Henrique Fausto
14	Paulo	Paulo Henrique
15	Lima Borges	CESAR BORGES
16	Paulo	Paulo B. Mello
17	Paulo	Paulo Braga, Leônidas Mello
18	José Dourado	José Dourado
19	Paulo	(Paulo Mello)
20	Paulo	
21	Paulo	Paulo Mello - Magno Malafaia
22	Paulo	Paulo Díaz
23	Paulo	Alberto de Oliveira
24	Patrícia Saboya	Patrícia Saboya
25	Paulo	HELOÍSA HELENA
26	Paulo	Pedro Simon
27	Paulo	Paulo Góis
28	Paulo	Paulo Góis
29	Dudu Alves	Dudu Alves
30		

LEGISLAÇÃO CITADA

.....
Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- I – manter a integridade nacional;
- II – repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- III – por termo a grave comprometimento da ordem pública;
- IV – garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- V – reorganizar as finanças da unidade da Federação que:
 - a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
 - b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição dentro dos prazos estabelecidos em lei;
- VI – prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
- VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

- a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
- b) direitos da pessoa humana;
- c) autonomia municipal;
- d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta;
- e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional).

.....

Art. 36. A decretação da intervenção depende-rá:

I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Inciso com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV – (Inciso revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999).

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – aprovar previamente, por voto secreto, após argúição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após argúição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário

Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito presente é o nobre Senador Valdir Raupp.

S. Ex^a tem a palavra por 15 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho à tribuna mais uma vez para falar sobre a questão energética do País, em especial do meu Estado, o Estado de Rondônia.

Há quase três anos, desde que aqui chegamos, temos debatido exaustivamente a construção de um gasoduto que ligará a bacia petrolífera de Urucu, no Amazonas, à cidade de Porto Velho, Capital do meu Estado. Infelizmente, ainda não tivemos êxito. Por mais que tenhamos falado, cobrado, por mais que algumas pessoas tenham se esforçado, inclusive no meio do Governo Federal, essa obra ainda não foi autorizada. Aguardamos há praticamente três anos a licença ambiental. Com muito custo, licenciou-se parte da obra. Para nossa surpresa, quando o Ibama fez o licenciamento, concedeu-o para as duas pontas do traçado do gasoduto e deixou o meio, em função da criação de uma reserva de parque nacional.

Vejam bem, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Brasil já começa a se preocupar com possível racionamento de energia elétrica daqui a dois, três ou no máximo em quatro anos. A Ministra Dilma Rousseff, quando ocupava o Ministério de Minas e Energia, dizia que não haveria problemas, que tudo estava sob controle, principalmente quando ocorreu a crise do gás da Bolívia. Eu estive, juntamente com ela, numa reunião na Fiesp, em São Paulo, em que os empresários já estavam apreensivos com a possibilidade de novo apagão, de prejuízo na indústria nacional, na geração de emprego e renda do nosso País. S. Ex^a tranquilizava os empresários dizendo que não iríamos ter problema algum. Hoje eu vejo que a situação não é bem assim. Tenho muito respeito pela Ministra – hoje Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República –, uma pessoa muito experiente na área energética, mas ninguém pode prever os fenômenos da natureza. Sabemos do crescimento econômico que o Brasil está vivendo nesse momento – no ano passado, o País cresceu 5% e este ano deve crescer 3,4% ou 3,5%. Mesmo com este crescimento de 3,4% ao ano durante três ou quatro anos, a reserva de energia elétrica que nós temos não será suficiente para sustentar o crescimento da economia.

O Governo tem que se preocupar mais. O Ministro Silas Rondon, que recentemente assumiu o Ministério

de Minas e Energia, também uma pessoa experiente, fez uma brilhante carreira no setor elétrico, foi presidente de algumas empresas de geração de energia em Estados como Roraima, Maranhão; assumiu a Presidência da Eletronorte e, logo em seguida, foi galgado à Presidência da Eletrobrás, Empresa Brasileira de Energia Elétrica; mais recentemente, assumiu o Ministério de Minas e Energia. Fez uma brilhante carreira devido a sua capacidade, seu dinamismo; é uma pessoa séria, competente, que vai fazer, não tenho dúvida, um grande trabalho à frente do Ministério de Minas e Energia.

Mais recentemente estivemos novamente na Fiesp, agora já com o Dr. Silas como Ministro de Minas e Energia, que já demonstra preocupação dizendo da aceleração de algumas obras de pequenas e médias empresas, algumas já em andamento, outras para serem lançadas. Mas vejo com preocupação que as grandes obras do País, seja na área do gás, seja na área da hidroeletricidade, das nossas hidroelétricas não estejam se realizando.

O exemplo claro é este do gasoduto! Três anos, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, três anos para o Ibama licenciar uma obra e ainda não foi possível porque, se tivéssemos licenciado há um ou dois anos, não haveria esse obstáculo agora com a criação de um parque nacional bem no meio do traçado do gasoduto! Sei que talvez não seja isso, mas me parece algo proposital: o Ministério Público Federal emperrou essa obra, essa licença por um ano com liminar na Justiça Federal; depois de um termo de ajustamento de conduta, tudo resolvido entre as partes, vem o Governo Federal e cria uma reserva nacional bem no meio do traçado desse gasoduto. Então, sinceramente, já começo a ficar desanimado com os grandes empreendimentos, com as grandes obras deste Governo.

Tenho apoiado maciçamente; minha Bancada, o PMDB, aqui no Senado, a maior Bancada desta Casa, tem apoiado maciçamente os projetos do Governo, os projetos do Brasil, de interesse do povo brasileiro, mas, sobretudo, do Governo Federal, que precisa de aprovação dos projetos nesta Casa. Eu tenho votado em 99,9% ou mais nos projetos do Governo, mas o que pedimos parece que não sai. Então faço aqui um apelo, mais uma vez, na tribuna do Senado, um apelo principalmente ao Ibama.

Está na assessoria jurídica, na Procuradoria Jurídica do Ibama a decisão de licenciar esse pedaço de apenas 70 km no meio do traçado de um gasoduto de 500 km! Por causa de 70 km dentro desse parque nacional que foi criado este ano – repito, foi criado este ano e não há dois, três anos – está se dificultando o andamento dessa obra. Um gasoduto que vai

abastecer uma usina termoelétrica na Capital do meu Estado, Porto Velho, que gera 360 MW de energia e abastece todo o Estado de Rondônia além do Estado do Acre. São dois Estados abastecidos por essa usina que queima, diariamente – já tive oportunidade de falar aqui nesta tribuna – 1,5 milhão de litros de óleo diesel! Sabem o que são 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia?! São 45 milhões de litros de óleo diesel por mês queimados nessa termoelétrica em Porto Velho. O gasoduto, chegando a Porto Velho, vai gerar uma energia mais limpa, menos poluente e mais barata, porque o gás equivale a aproximadamente 50% do preço do óleo diesel, o que representa uma economia para o País.

O Brasil está gastando em torno de R\$3 bilhões/ano para subsidiar o óleo diesel no Norte do País. Várias térmicas queimam óleo diesel na Amazônia: em Rondônia, no Acre, no Amazonas, no Amapá, em Roraima e em grande parte ainda do Pará, significando um prejuízo não para o Governo, mas para o povo brasileiro, que tem pagado de 3% a 4% a mais na conta de luz em todo o País. Esse percentual poderia ser economizado com a instalação do gás, com a construção de hidrelétricas, como o Complexo Hidrelétrico do Madeira, uma obra que também quero defender aqui. Se construíssemos o Gasoduto Urucu-Porto Velho, geraríamos cerca de três mil empregos diretos já na construção. Essa obra iria baratear o custo da energia dessa geração para Rondônia e Acre, pois as usinas hidrelétricas do rio Madeira vão produzir 7.000 MW de energia. E isso, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, seria suficiente para abastecer não só os Estados de Rondônia e do Acre, que já estariam praticamente abastecidos com o gás, mas também para abastecer o Brasil, para sustentar o crescimento econômico do País talvez por muitos anos.

Portanto, são projetos que já estão em andamento. O projeto já foi entregue à Aneel e ao Ibama para serem providenciadas a licença de construção e a licença ambiental para o início das obras.

Então, faço aqui mais uma vez um apelo, para que obras como essa, como o gasoduto Urucu-Porto Velho, como as usinas do Madeira, em Rondônia, a usina de Giral e a usina de Santo Antônio, que, além de gerar energia, vão possibilitar navegabilidade em mais de 3,8 mil quilômetros entre o Brasil e a Bolívia, sejam construídas. E ainda estaríamos pagando uma dívida com a Bolívia de mais de 100 anos, que consta do Tratado de Petrópolis, que dizia que tínhamos que dar uma saída para a Bolívia.

Foi construída uma ferrovia, que funcionou por pouco tempo, depois foi desativada, a Ferrovia Madeira-Mamoré, e, agora, com a construção dessas usinas,

com as eclusas, nós poderemos cumprir o acordo com a Bolívia, de dar essa saída para o Atlântico via o rio Madeira, o rio Mamoré e o rio Beni.

E há também a usina de Belo Monte, no Pará. Nós não temos ciúme da usina de Belo Monte. Já me falaram, no meu Estado, a imprensa do Estado chegou a dizer que estávamos perdendo a corrida para a usina de Belo Monte, no Pará. De maneira nenhuma. O nosso projeto está mais adiantado, e, mesmo que a usina de Belo Monte estivesse na frente da usina do Madeira, o Brasil precisa das duas, precisa do complexo do Madeira e precisa também do complexo de Belo Monte, no Pará.

Se continuar do jeito que vai, se o Governo continuar demorando a construir essas obras, com o crescimento da economia, mesmo com o crescimento mínimo de 3,4%, 3,5%, daqui a três, quatro anos, vamos ter problemas sérios de geração de energia elétrica.

Era esse o apelo que eu queria fazer neste momento, no dia em que estamos comemorando o Dia do Servidor Público, o dia do funcionário público.

E, ao encerrar este pronunciamento, confraternizo-me com os servidores públicos federais, com os servidores públicos do meu Estado, com os servidores públicos dos Municípios de Rondônia e do Brasil. Que eles possam, além de manter os seus empregos, ter aumentos que muitos Governos, inclusive o do meu Estado, há muito tempo, não têm dado.

Lembro-me de que, quando fui Governador do meu Estado, dei 100% de aumento para os servidores públicos, de uma vez só. Os salários estavam achatados, defasados, e acho que os nossos servidores merecem ter melhores salários, melhores condições de vida para sustentar suas famílias, tanto os servidores públicos federais quanto os servidores públicos estaduais e municipais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador José Agripino, por cessão do Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, V. Ex^as sabem que as relações pessoais neste plenário e nas Casas do Congresso são, pelo menos no meu entendimento, de busca permanente de boa relação, de bom entendimento, de busca de superação de dificuldades, porque a relação pessoal, muitas vezes, ajuda na construção do bem comum.

É evidente que as relações entre Governo e Oposição têm que ser divergentes. Mas a divergência tem

limites que se encontram no campo político, nunca no campo pessoal. É assim que vejo, é assim que entendo, nas relações que eu tenho. Há pouco conversava com o Senador Tião Viana, que concorda comigo e pratica isso.

Ainda ontem, Sr. Presidente, fizemos um entendimento, quase que de última hora, com o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, possibilitando a que se votasse o acordo do tabaco, matéria de interesse nacional. Este acordo ficaria vencido no dia 7 de novembro, e o Brasil perderia a oportunidade de aderir a um acordo internacional de proteção contra o fumo, de normatização da produção e uso do tabaco. Matéria que nem em regime de urgência se encontrava, por deficiências do Governo que aqui não vou analisar, mas que traduzia o interesse coletivo. E nós fizemos aqui, de última hora, um acordo, Senador Valdir Raupp, acordo que eu interpretei, em nome da Oposição, depois de conversar com o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, para que votássemos duas medidas provisórias, que poderiam não ser votadas, pois era evidente que o **quorum** não existia, assim prejudicando um assunto de interesse do Governo como também de interesse da Nação.

A boa relação pessoal que preside as relações entre nós, Parlamentares, possibilitou que fizéssemos um acordo, chegássemos a um entendimento: votaríamos as duas MPS, em seguida votaríamos matéria de interesse do Tribunal Superior Eleitoral e, por fim, o Acordo-Quadro, possibilitando a adesão do Brasil à normatização do tabaco. Assim foi feito, em nome da boa relação.

Ouço, com muito prazer, neste início de pronunciamento, a palavra do Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Líder, Senador José Agripino, aproveito esta fase do pronunciamento, sei que é a fase mais tranqüila das manifestações – críticas justas, na maioria das vezes, de V. Ex^a –, para expressar o meu reconhecimento e o meu agradecimento, como cidadão brasileiro, como profissional da saúde e como membro da Base do Governo, por esse procedimento que V. Ex^a, como Líder do PFL, teve. De fato, V. Ex^a tinha razões éticas, razões de solidariedade e da própria função maior do Senado, que é de se apresentar ao País como a Casa da Federação, para criar dificuldades àquela decisão que tínhamos ontem como desafio de votar, com o prazo exígido que nos impõe a ONU, para que o acordo ratificado chegue até lá para o seu reconhecimento, com enormes implicações para o Brasil no cenário internacional. E V. Ex^a fez a opção da compreensão e da solidariedade ao Governo, mesmo privando interesses federativos que julgava justos. Tenho certeza de que, pelo modo que

V. Ex^a apresentou, é merecedor do mais alto respeito dos interesses federativos que tinha a defender ontem, mas fez um sacrifício temporário para que uma matéria de tal relevância fosse votada. Então, foi um gesto, como disse ontem, da grande política e de alguém que estendeu a mão solidária a uma ação de interesse da sociedade brasileira e do mundo. V. Ex^a, ontem, homenageou 100 mil brasileiros que morrem todos os anos em consequência do cigarro. Futuras gerações serão beneficiadas pelo gesto de ontem do Governo e da Oposição e 5 milhões de cidadãos no mundo que morrem todos os anos em função do uso do tabaco. É um gesto de reconhecimento a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o cavalheirismo do Senador Tião Viana em seu aparte, com quem conversei há pouco não especificamente sobre este assunto, mas de forma genérica. V. Ex^a tem toda razão. Há divergências. O Rio Grande do Sul tem um pensamento, a Bahia tem outro. O meu próprio Estado produz tabaco, mas, acima do interesse localizado, está o interesse nacional, o interesse global. Para mim, seria muito cômodo o Líder do Partido da Frente Liberal, Partido de Oposição, não concordar com acordo nenhum e dizer: não, o Brasil não aderiu à Convenção-Quadro, porque o Governo não foi suficientemente ágil para que a matéria fosse processada ou tramitasse em tempo hábil e fosse votada. Mas não. Nós fizemos um entendimento de votar por acordo uma matéria incluída na pauta em regime de urgência, de forma extraordinária. Não passou pela nossa cabeça, em nenhum momento, criar qualquer tipo de constrangimento ao Governo, que podia ser culpado do fato, porque por trás do fato estava o interesse de saúde pública, nacional e mundial. Em nome das boas relações, fizemos um acordo.

Digo isso tudo, Senadora Heloísa Helena, porque fico surpreendido com gestos de pequenez política, como aqui me surpreende o que leio hoje no jornal **Folha de S.Paulo**. A relação entre Parlamentares precisa, deve e tem que ser educada, civilizada e alta. Claro que determinada, mas tem que ser civilizada. Nós temos diferenças programáticas, é notório, mas a nossa relação pessoal é ultrafraterna e a nossa relação política é ultracivilizada. Divergências à parte.

Vejo o jornal **Folha de S.Paulo**, e, sobre o assunto dos cartazes insultuosos ao Senador Jorge Bornhausen matéria sobre a qual ele, Presidente do meu Partido, manifestou-se ontem nesta tribuna, vi a manchete da página 11, com a chamada de primeira página: "PT não dá satisfação sobre cartaz, diz Berzoini".

O Presidente do PT recém-eleito, Deputado Berzoini, parece que não compreendeu ainda que ele é Presidente de Partido. Não é mais sindicalista, homem de fazer assembleia em sindicato de bancário para ir à luta, para protestar, para insultar. Ele foi eleito Presidente de um partido político e precisa se relacionar e ter condições de ter relação civilizada com os partidos políticos,

até para ajudar ao Governo do Partido dele. Será que ele não entende que Lula e PT são indissociáveis, que não dá para apartar, e que o que o PT faz repercute sobre o Governo Lula? Será que ele não comprehende? Será que ele não é suficientemente inteligente para perceber isso? Será que ele não é? Às vezes, duvido.

Vejam, por exemplo, aquele caso dos velhinhos, Senador Valdir Raupp, da fila do INSS. Fico imaginando: será que esse Ministro é ou não é inteligente? Mas é difícil convidar alguém para ser ministro que não seja inteligente. Definitivamente, ou a atitude dele não é a de um homem inteligente, ou ele quer boicotar o Governo Lula. Ou ele não é inteligente, ou ele é muito inteligente e está a fim de boicotar o Governo Lula. Por quê?

Senadora Heloísa Helena, olhe o que ele diz na entrevista, veja que modelo perfeito e acabado de inabilidade política, de provocação desnecessária. O agredido foi o Senador Jorge Bornhausen, que foi objeto de um cartaz insultuoso, em que S. Ex^a era vestido de Hitler. Eram cartazes caros, pagos com dinheiro não sei de onde. Isso vai ser esclarecido, mas se sabe que quem mandou fazer os cartazes é um petista do Distrito Federal, um dirigente sindical do Distrito Federal, filiado ao Partido dos Trabalhadores, coligação estreita com um Deputado Distrital do PT. Sabe-se que esses cartazes que retrataram o Senador Jorge Bornhausen como nazista foram pagos por um petista. E o Senador Jorge Bornhausen é que esteve protestando sobre isso, dizendo que aguardava a investigação policial.

Muito bem, o cartaz era insultuoso, porque Hitler, Senador Tião Viana, foi o homem do genocídio, o homem que provocou, dentro do país, a luta entre os judeus e os não-judeus. Foi o homem dos fornos crematórios de Auschwitz e outros, onde ele procurou exterminar pessoas em outros países e procurou dominar o mundo. Foi um criminoso singular na história do mundo. Se há alguém execrável na história da humanidade é Adolf Hitler. Pois o sindicalista pinta o Presidente Jorge Bornhausen como Hitler.

Senador Valdir Raupp, o Senador Jorge Bornhausen pode ter defeitos, assim como eu, como V. Ex^a. Todos nós temos defeitos. Agora, o Senador Jorge Bornhausen permita-me a franqueza é um político exemplar. S. Ex^a foi Vice-Governador, Governador, Ministro de Estado, Senador. Por onde passou, ele só deixou bom exemplo. É um homem de conduta pessoal e política irreproável. Ele pode ter a sua conotação política ou programática, que tem de ser respeitada – e tem de ser respeitada mesmo. As pessoas têm o direito de pensar como desejam e são eleitas ou não de acordo com o seu pensamento. E o pensamento dele é um pensamento correto, porque ele é ético, é um homem decente, que conhece a realidade do Brasil e procura defender os interesses do Brasil, com correção. Ele não merecia aquele cartaz insultuoso. E ele rebelou-se, manifestou-se, deu entrevista coletiva e procurou apontar os culpados.

E o que é que se esperava do Presidente do PT? Em jogo, estava a figura do Presidente de um Partido político, que é o meu Partido político. O que se esperava do Presidente do PT, partido ao qual está filiado o agressor? Nas relações políticas, como eu demonstrei, que devem preservar o Parlamento, deveria haver um pedido de desculpas ou uma palavra de consideração; se não fosse um encontro pessoal, um gesto público, um telefonema. Nada. Não houve nada disso.

E vem o Presidente do PT e diz: "PT não dá satisfação sobre cartaz, diz Berzoini". Tudo bem. Ele pode até entender que a posição dele deva ser essa. Ele deve até entender que não tem nenhum interesse em ter qualquer tipo de relação pessoal com o Presidente do PFL; que não interessa ao Governo do PT ter qualquer tipo de relação; que o Ministro Jaques Wagner, quando me telefona, pedindo um encontro para conversarmos sobre o interesse nacional, está errado; que o Senador Aloizio Mercadante, quando me pede para conversarmos serenamente sobre o problema do Brasil, também não tem razão nenhuma. E ele pode ter todo interesse em entrar na luta da provocação. Ele pode perfeitamente ter a consciência de que não há problema algum. "Quem semeia vento colhe tempestade, e eu estou aqui é para colher tempestade! Que venham os "Vilmas", que eu estou aqui pronto!" Deve ser assim que pensa Berzoini, o homem do furacão, porque é ele quem declara na **Folha de S.Paulo** daí vem a minha indignação, Senadora Heloísa Helena, pois ele diz:

Berzoini disse ainda que o PT nunca teve...

[Veja só a audácia! Veja a audácia do cidadão da fila dos velhinhos do INSS.] ...em seus quadros "traficantes e assassinos" [em seus quadros, traficantes e assassinos] e citou o Deputado cassado Hildebrando Pascoal e "pessoas que promoveram esquema de grampo ilegal", em referência ao Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA). "O conservadorismo que o Senador Bornhausen representa está associado a cartazes famosos como os de 'procura-se' e ao período triste em que se torturavam pessoas para impedi-las de seguir sua trajetória política.

Em casa de enforcado, não se fala em corda. Tenha paciência! Vai ser audacioso assim no inferno! Baixa a bola, Berzoini! "Procura-se"! O Sr. Hildebrando Pascoal foi filiado a alguns partidos políticos e, num dado momento, ele filiou-se ao PFL. Quando ele foi flagrado no malfeito, foi expulso no ato do PFL. Foi expulso exemplarmente!

Sr. Berzoini, e a expulsão de Delúbio quanto tempo demorou? Seis meses? E Silvio Pereira, que pediu demissão depois de ser execrado? E cadê o irmão de Genoino, o homem da cueca? Onde é que ele anda? Está expulso?

Sr. Berzoini, "procura-se"?! Olhe para dentro do seu partido! Olhe para o caso Santo André dentro de seu Partido! Olhe para os sete assassinatos que se

seguiram ao assassinato de Celso Daniel e o envolvimento de seus companheiros de Partido, que procuraram, ao invés de esclarecer, esconder os fatos todos. Olhe para dentro de si próprio, Sr. Berzoini! Em vez de parar de insultar e ajudar o seu Governo Lula... Seja um pouco inteligente! Se não é, faça um esforço e seja inteligente e procure agir politicamente com correção. "Procura-se"! "Procura-se" é a turma de Santo André. "Procura-se" é Delúbio Soares, é seu José Genoino e seu irmão, o homem do dinheiro na cueca. "Procura-se" é Silvinho Pereira e Marcelo Sereno. "Procura-se" são os Deputados envolvidos no problema como um todo. Antonio Carlos Magalhães misturado com Hildebrando Pascoal? Quanta audácia! Pelo amor de Deus!

Antonio Carlos Magalhães? Deixe-me refrescar sua memória, Deputado Berzoini. O Senador Antonio Carlos Magalhães foi Governador da Bahia algumas vezes, Senador, Ministro de Estado, presidente de estatal, e elege-se na Bahia toda a vida em que é candidato, e com maravilhosas votações. Por quê? Porque tem serviços prestados, porque é reconhecido pelo povo, por aqueles que o conhecem mais. Se V. Ex^a não sabe, Dr. Berzoini, essa acusação a que V. Ex^a se refere foi objeto de um processo no Supremo Tribunal Federal, e o caso foi encerrado. Antonio Carlos Magalhães ganhou em todas as instâncias. Ele foi acusado de forma injusta. Assim o entende quem o julgou: a Justiça, o Supremo Tribunal Federal. Não venha com falácias acusar Antonio Carlos Magalhães! Dobre a língua para falar em um cidadão como Antonio Carlos Magalhães, que tem defeitos e virtudes, mas tem muito mais virtudes do que defeitos. Muito mais! E tem serviços prestados que V. Ex^a não tem ao seu Estado. Dê-se ao respeito, Deputado Berzoini. Dobre a língua! Dobre a língua ao falar do Senador Jorge Bornhausen.

Deixe que eu lhe diga algo, Deputado Berzoini: tenho impressão de que V. Ex^a está orientado por alguém para prestar desserviço ao Governo Lula. Dizem que o partido de V. Ex^a tem alas e contra alas, tem facções e contrafacções. V. Ex^a fala em procura-se. V. Ex^a insulta o Senador Jorge Bornhausen, fala em partido de meliantes e se esquece das incoerências do seu partido, que recomenda da boca para fora, pelo Presidente da República, uma coisa e faz outra completamente diferente.

O seu partido, Deputado Ricardo Berzoini, é aquele que, por um lado, deseja a renúncia de deputados. É o partido cujo Presidente da República declara em algumas entrevistas que o caixa 2 é algo mais ou menos normal, mas, em outras, diz que caixa 2 tem que ser punido exemplarmente. É o mesmo partido do mesmo Presidente da República que chama ao Palácio do Planalto para uma reunião dos cassáveis do PT para receber a bênção do Presidente, como se dissesse: o que eu estou dizendo é da boca para fora, mas aqui entre nós vamos nos entender. O seu partido é isso, Dr. Ricardo Berzoini.

Peça ao Senador Jorge Bornhausen em nome do seu partido, que está, sim senhor, comprometido com

os cartazes insultuosos ao Senador Jorge Bornhausen. Não se refira ao Senador Antonio Carlos Magalhães nos termos em que o fez. O Senador Antonio Carlos Magalhães, como eu, como o Senador Jorge Bornhausen e como V. Ex^a, Deputado Ricardo Berzoini, tem defeitos mas tem grandes virtudes. E eu lhe asseguro, Deputado Ricardo Berzoini, que as virtudes do Senador Antonio Carlos Magalhães são muito maiores do que as de V. Ex^a. O Senador Antonio Carlos Magalhães nunca deixou velhinhos em fila desumana. Nunca fez isso. Nunca! E nem fará.

O que eu quero, Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, é lavrar esse protesto e chamar o Presidente

FOLHA DE S.PAULO

ESCRÂNDALO DO "MENSALÃO"/GUERRA FRIA

Irritado com críticas de Bornhausen, presidente do partido o atacou e associou o PFL à tortura praticada na ditadura militar

PT não dá satisfação sobre cartaz, diz Berzoini

FERNANDA KRAKOVICS

DAS CURSALS DE BRASÍLIA

Em mais um lance da disputa entre governo e oposição, o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), afirmou ontem que o PFL representa o conservadorismo associado a cartazes de "procura-se" e à tortura praticada durante a ditadura militar.

Por isso, segundo ele, o PT não dará satisfação sobre a fotomontagem espalhada por pontos de Brasília em que o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, é retratado como ditador nazista.

Berzoini disse ainda que o PT nunca teve em seus quadros "traficantes e assassinos" — e citou o deputado cassado Hidelbrando Pascoal — e "pessoas que promoveram esquema de grampo ilegal", em referência ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "O conservadorismo que o senador Bornhausen representa está associado a cartazes famosos como os de 'procura-se' e ao período triste em que se torturavam pessoas para impedi-las de seguir sua trajetória política", afirmou, em resposta a declaração do presidente do PFL de que o PT sempre incentivou ações como a dos cartazes.

Um militante petista assumiu a autoria dos cartazes, mas o PT diz que foi uma ação isolada.

"O novo presidente do PT co-

meça mal. Mostra despreparo, desespero e falta de educação política", rebateu Bornhausen, que defendeu ACM, acusado em 2003 de ter grampeado adversários. Bornhausen ainda levantou a suspeita de que o ministro Luiz Marinho (Trabalho) seria o mentor intelectual do ato.

A Polícia Civil do Distrito Federal apontou, anteontem, três pessoas como responsáveis por mandar confeccionar os cartazes. Um deles, Avel Alencar, é diretor jurídico do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados do DF, vinculado à CUT (Central Única dos Trabalhadores), e filiado ao PT desde 1993.

Ele assumiu a autoria do material. O pedido à gráfica foi feito por seu irmão, Abelmar Alencar. O layout dos cartazes foi desenvolvido por Marcos Wilson, funcionário da liderança do PT na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Pela manhã, em entrevista coletiva, Bornhausen utilizou termos como "quadrilha" e "farsa criminosa" para se referir ao episódio. Ele tentou ser cauteloso, afirmando que não podia acusar o PT nacional e que o caso estaria restrito ao diretório do Distrito Federal.

Apesar disso, o catarinense não isentou o partido de responsabilidade no caso. "Na oposição, o PT e a CUT faziam esse tipo de ação constantemente. Eles eram usei-

do PT à razão. Se ele quer ajudar o Presidente, baxe a bola, chegue para o racional, a não ser que ele queira esticar a corda e, com isso, boicotar a ação do Governo Lula. Eu quero que fique muito claro que o PFL repele à altura essa entrevista insultuosa do Deputado Ricardo Berzoini e a ele diz: quem semeia vento colhe tempestade. Quem avisa amigo é.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ AGRIPIINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

ros e vezeiros desse tipo de ação, mas agora são governo e têm que fazer as coisas certas", afirmou o pefelesta.

Bornhausen também levantou suspeitas contra Luiz Marinho porque ele teria dito, na semana passada, que o senador "tem saudades de Hitler".

O presidente do PFL também citou entrevista concedida pelo presidente da CUT, João Felício, no início do mês, com ataques contra ele. "Berzoini agride o PFL porque tenta mudar de assunto, mas sua tarefa principal está definida: terá que continuar defendendo corruptos", disse.

Sobre Hidelbrando, Bornhausen afirmou que o ex-deputado foi expulso do partido.

RIO GRANDE DO SUL

Deputado quer punição de colega por causa de picolé

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

O deputado Jerônimo Goergen (PP) entregou à Comissão de Ética da Assembleia Legislativa gaúcha, na noite de ontem, representação por quebra de decoro parlamentar contra seu colega Dionil-

so Marcon (PT), porque este comeu um picolé saqueado da empresa Standard Logística e Distribuição, de Esteio (RS).

A empresa foi invadida anteontem por pouco mais de mil manifestantes que exigem medidas por parte dos governos federal e esta-

dual para a comercialização do leite, cujo preço, segundo eles, está desfasado.

Marcon admitiu que comeu um picolé saqueado. Em nota, disse que sua ida ao local invadido foi fundamental para evitar um con-

fronto entre os manifestantes e a Brigada Militar. Ele é presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia.

Caso seja configurada a quebra de decoro parlamentar, a punição de Marcon pode ir da advertência à cassação. (LÉO GERCHMANN)

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/RETALIAÇÃO

Irritados com denúncias de uso de caixa 2 na campanha de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), tucanos querem apurar financiamentos entre 1998 e 2004

PSDB protocola pedido de criação de CPI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O PSDB protocolou ontem, no Senado, requerimento de criação de uma CPI para investigar a existência de caixa dois nas campanhas eleitorais realizadas entre 1998 e 2004. Foi uma resposta às denúncias de irregularidades no financiamento de campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que o levaram a deixar a presidência do partido.

Para os tucanos, o governo e o PT tentam confundir as investigações sobre supostos casos de corrupção na gestão Luiz Inácio Lula da Silva trazendo à tona o caso Azeredo. Ao pedir a CPI, os alvos são as campanhas dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC), principais nomes do Planalto na Casa.

Para Mercadante, que é líder do governo, a oposição não quer investigar a existência de caixa dois em campanhas e por isso propôs a criação de mais uma comissão,

além das CPIs dos Correios, Bingos e Mensalão. Para ele, a existência de mais uma CPI serviria para tirar o foco das apurações.

O pedido de criação da CPI teve 37 assinaturas, dez a mais do que o necessário. Entre os signatários estão dois petistas —Paulo Paim (RS) e Ana Júlia Carepa (PA)—, além de Azeredo. Este admitiu existência de caixa dois em sua campanha à reeleição ao governo de Minas, em 1998, mas disse que não tinha conhecimento do fato.

Para embasar o pedido, foi citada a lista entregue à CPI dos Correios pelo publicitário Marcos Valério de Souza discriminando campanhas do PT às quais foram destinados recursos. Também foi citada a declaração de Duda Mendonça de que recebeu do PT R\$ 10,5 mi no exterior.

Governistas procuraram o líder se disseram preocupados com o aumento da tensão entre governo e oposição, mas não teriam feito

menção à criação da CPI.

A temperatura subiu desde a semana passada, quando Cláudio Mourão, ex-tesoureiro de Azeredo, foi convocado pela CPI dos Correios. A primeira reação do PSDB foi pedir que 12 tesoureiros estaduais do PT sejam ouvidos. Os tucanos também ameaçaram convocar Genival Inácio da Silva, irmão do presidente Lula acusado de tráfico de influência.

Aliado do governo, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), se encontraria com Lula na noite de ontem. É a segunda reunião da semana. Mesmo contrariando interesses do Planalto, Renan já disse que, diante de pedido, terá que instalar a CPI. Para funcionar, uma CPI depende da indicação de seus membros pelos líderes. Se não o fizerem, Renan tem de fazê-lo, obrigado por uma decisão do STF, tomada neste ano, segundo a qual as CPIs são um direito da minoria. (FERNANDA KRAKOVICS)

DEPOIS DO 'MENSALINHO'

Severino mantém idas à Câmara e se considera reeleito

ANA FLOR

DAS SUCURSALS DE BRASÍLIA

O ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti (PP-PE) está de volta à Casa. Não que tenha recuperado o mandato ao qual renunciou em setembro. É que nas últimas semanas suas visitas têm sido

frequentes, com despachos de mais de uma hora na liderança de seu partido, o PP.

Severino não esconde que está em Brasília devido a interesses políticos. "Estou aqui como cidadão, trabalhando em favor da minha região. Eu não mudei; antes de ser presidente, como presidente e depois, sou o mesmo", disse.

Severino renunciou ao mandato em 21 de setembro, após ser acusado de receber propina de concessionário de restaurante que ficava na Câmara.

Além de intermediar liberações de verbas federais para emendas que beneficiam municípios per-

nambucanos, Severino intercede em ministérios para conseguir encontros de políticos da região.

O "rei do baixo clero" se coloca também à disposição de deputados, para fazer o meio-de-campo com o governo. Demonstrando orgulho, Severino repete que é "um aliado do presidente Lula".

"Essa é a vida dele há 40 anos", diz o filho José Maurício, que o acompanha "sempre que pode". Em João Alfredo (PE), sua cidade de origem, o ex-deputado acredita já ter sido inocentado.

"Todos [na região] estão comigo, minha reeleição está garantida", afirma Severino.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por cessão do Senador Leomar Quintanilha.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, o Senador Tião Viana permutará comigo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, então, à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Agradeço ao Senador Tião Viana a permuta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para variar, mais uma sexta-feira esvaziada, com quase os mesmos de sempre.

Eu preciso fazer um apelo ao Governo de Alagoas ou à Companhia de Abastecimento de Águas do meu Estado, porque uma das regiões mais difíceis do Sertão de Alagoas, das mais secas, que é justamente a cidade de Major Isidoro, está há mais de 50 dias sem água. Esse é um problema gravíssimo no sertão de Alagoas.

Isso é impressionante: enquanto o Governo Federal acumula superávit para encher a pança dos banqueiros, esvazia completamente os projetos de infra-estrutura que melhoraram a vida objetiva das pessoas, especialmente das comunidades mais pobres, seja em Major Isidoro, seja no Sertão de Alagoas, no Agreste, na Zona da Mata, no próprio baixo São Francisco, na região Norte, ou em qualquer lugar do País. E aí não há os investimentos necessários de infra-estrutura.

E agora, infelizmente, como se o Governo achasse pouco legitimar a verborragia da patifaria neoliberal, parece que quer aumentar o percentual do superávit.

Isso é um escândalo nacional. Mas vamos esperar para fazer esses comentários na próxima semana, caso o Governo predisponha-se de tal forma a bajular e a tornar-se mais subserviente ainda.

Não sei se o faz para comemorar a visita do grande assassino da humanidade, George Bush, que vem ao Brasil na próxima semana para comer churrasco com o Lula. Pena que o churrasco não esteja contaminado com a aftosa, porque aí aquele cão louco poderia babar com a boca cheia de afta, produzindo muita saliva, para ver se se envergonhava diante de tudo o que produziu de dor, de miséria e de sofrimento com a sua política econômica, dinamizando a economia americana, jogando mais da metade do orçamento do seu país para a produção de armas a fim de fazer guerras em países inteiros.

Aqueles que sentem como se fossem filhos seus as mulheres que são estupradas com fuzis, as crianças que têm seus crânios estourados pelas balas produzidas pelo governo americano, espero que na próxima semana façam o protesto necessário, com a vinda do grande assassino que posa de delegado da humanidade. Às vezes ele é tão ousado, que fala em nome de Deus. Posiciona-se tal qual o filho do Lúcifer, mas, no seu moralismo farisaico, fala em nome de Deus.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de fazer hoje uma homenagem aos trabalhadores do setor público. Parece até estranho, porque hoje é o dia do funcionário público, e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estão funcionando. Hoje, por ser ponto facultativo ou feriado, pela homenagem a esse dia, a maioria dos trabalhadores do setor público do Brasil têm suas atividades parali-

sadas. Então, quero homenagear todos os trabalhadores do setor público desta Casa, que, sem dúvida, são essenciais para os nossos mandatos legislativos, quer sejam os do meu gabinete ou os do Senado de uma forma geral, para que possamos cumprir as nossas obrigações constitucionais.

Portanto, ao saudar os trabalhadores, faço, mais uma vez, um apelo para que o Governo Federal faça a reabertura das negociações. São muitos os trabalhadores do setor público, das universidades e de outros setores que estão em movimento de paralisação, em movimento de greve, pela mais absoluta insensibilidade do Governo. É um Governo que nem conseguimos classificar, denominar, adjetivar. Sendo assim, apelo, mais uma vez, para que o Governo reabra as negociações, a fim de que os trabalhadores do setor público que estão em greve, em movimento de paralisação, possam retornar às suas atividades, retomando e tendo garantida a dignidade do seu trabalho. Manifesto, portanto, a minha saudação.

Sei que é muito fácil aniquilar moralmente os trabalhadores do setor público, desde o Governo Collor com a farsa dos marajás, passando pelo Governo Fernando Henrique, agora no Governo Lula. O atual Governo, inclusive, desrespeitando todas as lutas dos trabalhadores do setor público na eleição do Presidente Lula e na construção do PT, teve uma política absolutamente infame, de desrespeito aos trabalhadores do setor público não apenas federal, mas também estadual e municipal. Espero realmente que, neste momento, de alguma forma, o Governo possa ser sensibilizado, até porque são os trabalhadores do setor público que acabam viabilizando tanto as atividades que são prerrogativas exclusivas do setor público como aquelas que, embora não sejam prerrogativas exclusivas do setor público – porque o setor privado também presta serviço, mas pago –, acabam sendo por eles viabilizadas e que significam a única referência para os filhos da pobreza. Os trabalhadores do setor público nas áreas de saúde, de educação, de segurança pública e em outras que são desenvolvidas para prestar serviços aos filhos da pobreza acabam viabilizando os serviços que constituem a única referência para os filhos da pobreza espalhados pelo País.

Portanto, nossa homenagem a todos os trabalhadores do setor público, que muitas vezes estão prestando serviço aos filhos da pobreza e às vezes sequer conseguem a prestação desses serviços para seus próprios filhos.

Nossa homenagem, em nome do P-SOL, aos trabalhadores públicos daqui do Senado, da Câmara e de vários outros setores. Espero que tenhamos a coragem necessária para fazer o enfrentamento em relação ao

aumento que foi aprovado para os trabalhadores do Congresso e para os trabalhadores do Tribunal de Contas da União. Que não fiquemos reféns, acovardados, diante da política do Palácio do Planalto e que o Governo reabra as discussões para que os trabalhadores do setor público possam ver retomadas as negociações para que possam sair do movimento de greve.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Tião Viana. V. Ex^ª dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senadora Heloísa Helena, inicialmente, manifesto minha solidariedade e homenagem, pelo dia de hoje, aos servidores públicos, uma atividade de Estado que nos orgulha a todos da vida pública, pela responsabilidade com o País, pelo desafio que tem sido, ao longo da história, assegurar o funcionamento das instituições e assegurar oportunidades de inclusão social pelo resultado das políticas públicas.

Temos enorme responsabilidade em recuperar as justas e dignas condições de trabalho dessas atividades de Estado e espero que os governos municipais e estaduais e o Governo Federal possam refletir de maneira muito sensibilizada sobre esse desafio de homenagear, restituindo a dignidade e atividade do servidor público brasileiro.

Mas, meu caro Presidente Alvaro Dias, o que me traz à tribuna é um assunto que julgo da maior importância, que foi posto hoje no jornal **Folha de S.Paulo**.

O jornal **Folha de S.Paulo**, no seu Caderno A, na página 13, mostra um quadro com o seguinte título: “Analise diz que assessor não mentiu”. Diz respeito à acareação entre o Dr. Gilberto Carvalho e os irmãos João Francisco Daniel e Bruno Daniel, irmãos do Prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel.

Vejam o que diz a matéria do jornal **Folha de S.Paulo**, um jornal que é insuspeito no que diz respeito à tentativa de elucidar esse dramático e trágico episódio que todo o Brasil tem acompanhado porque tem se mostrado imparcial, tem se mostrado sempre em busca de uma investigação mais conclusiva e que permita a devida elucidação de tal episódio sem deixar dúvida para quem quer que seja.

Com o subtítulo “Detector de mentira examinou fala de Carvalho sobre suposta propina dada ao PT”, diz o teor da matéria:

Uma análise por um detector de mentiras das falas do Chefe de Gabinete do Presidente Lula, Gilberto Carvalho, concluiu que ele falou a verdade ao negar o episódio relatado

por Bruno Daniel, sobre transporte de dinheiro ilegal para José Dirceu.

A pedido da **Folha**, a análise foi feita pelo programa de computador LVA, que usa tecnologia AVM, desenvolvida pela empresa israelense Nemesysco. Segundo o laudo final, assinado pelo perito da *Truster Brasil* (www.truster.com.br), Mauro Nadvorný, "o Sr. Gilberto Carvalho não disse aos irmãos de Celso Daniel que transportava dinheiro. É verdade que ele não entregou dinheiro a José Dirceu".

Na acareação entre Carvalho, Bruno Daniel e João Francisco Daniel, anteontem, foi repetida uma história contada pelos irmãos de Celso Daniel, ex-Prefeito petista de Santo André morto em 2002. Bruno disse que o assessor havia relatado a existência de um esquema de arrecadação de propina na cidade, para campanhas do PT. E que parte dos recursos arrecadados era encaminhada para Dirceu.

Segundo o programa de detecção de mentira, não é verdade que tenha sido comentada a propina e provavelmente não é verdade o envio de dinheiro.

O programa de computador que analisa as variações vocais classificou como "verdade" a citação específica a Dirceu ("Eu não falei que levei dinheiro ao senhor, ao Deputado, ao José Dirceu"). "Em relação a esse fato específico ele estava falando a verdade. Mas é importante saber que o LVA analisa frases específicas. É apenas sobre esse trecho que a análise foi feita", diz o perito Mauro.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, neste dia, é a necessária divulgação dessa matéria, porque vimos um espetáculo constrangedor, através da televisão brasileira, com aquela acareação. Aí insisto naquela pergunta que venho fazendo na CPI: será que não poderíamos, na atribuição justa da serenidade, no zelo com a serenidade, com a prudência, e na responsabilidade de investigar, sem qualquer tipo de dúvida, esse episódio trágico que se abateu sob o Prefeito Celso Daniel, ter a tranquilidade de fazer um pedido de revisão de toda a investigação da mais alta qualidade e insuspeição, por parte da Polícia Federal, mais membros do Ministério Público, mais membros da Polícia Civil, de especialistas de onde achássemos que fosse necessária uma força-tarefa, para avançar nessas investigações, ao invés de a CPI se achar capaz de ela elucidar um crime? Não é essa a atribuição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não é esse o caminho.

Em nenhum momento, procuramos desqualificar os irmãos de Celso Daniel, que, no justo sentimento

da dor e da perda de uma pessoa da família, têm o direito de pedir que a investigação seja levada adiante, de pedir que sejam revistos pontos sobre os quais eles têm dúvidas. Mas também não é justo que tenham colocado quase que num caminho de criminalização o Dr. Gilberto Carvalho, que, reitero tantas e tantas vezes quantas forem necessárias, é um dos grandes exemplos de cristão que conheço. Entendo que essa matéria traz à tona uma reflexão por parte da CPI.

Como vi manifestações de dúvidas facilmente sendo colocadas ali, sem o devido zelo, sem a devida proteção à integridade moral de uma pessoa! Como eu vi dúvidas e, abre aspas, inverossimilhanças apresentadas ali contra o Dr. Gilberto Carvalho!

A única coisa que estamos pedindo é uma investigação absolutamente prudente, isenta, profissional para esse episódio de Santo André. Pessoalmente, em nenhum momento descarto a possibilidade de ter havido algum foco de corrupção instalado ali. Acho que isso precisa ser apurado, que a morte do Prefeito Celso Daniel precisa ser investigada quantas e quantas vezes forem necessárias, para que não pare de nenhuma dúvida para a família. Mas não me parece correto que, com facilidade, se possa colocar em dúvida a dignidade de alguém, que se possa picotá-la e jogá-la ao vento para que ela nunca mais se recomponha.

Assim, esta matéria deve servir como instrumento de impacto e reflexão por parte dos membros da CPI. Ela não inocenta, ela não incrimina, mas ela traz um alerta à CPI no sentido de que é preciso haver prudência.

Eu vi, por exemplo, o jornal **Folha de S.Paulo**, citado pela revista **Veja** de domingo, se referir às supostas fitas gravadas e apresentadas à sociedade brasileira dizendo, pelo que se ouve no conjunto das fitas, que não se pode incriminar o Sr. Gilberto Carvalho. Não se pode dizer que há um envolvimento criminoso dele nesse processo.

Alguns podem ter a intenção de ver veiculados trechos de fitas que possam causar desgaste e desonra à imagem de uma pessoa que merece, primeiro, a consideração da inocência até provem em contrário.

Faço um apelo aos membros da CPI. Enviarei essa matéria ao Presidente Efraim Moraes, que tem procurado fazer seu trabalho de acordo com o que acredita ser o melhor para a CPI e para os procedimentos regimentais e constitucionais da CPI. Não vou criticá-lo. Tenho procurado construir uma relação de respeito com S. Ex^a, para que a CPI, diante dessa matéria, possa, mais uma vez, analisar o melhor caminho que devemos dar ao Brasil na nossa função constitucional. Não quero criticar. Isso não me interessa. Quero apenas chamar à reflexão os membros da CPI e aqueles que estão acompanhando, com justa razão, esse caso, que precisa de elucidação.

Os irmãos de Celso Daniel merecem respeito. Com esse tipo de manifestação, não quero afirmar nada contra a sua honra e dignidade. É justo que aqui fique o sinal de alerta sobre a responsabilidade que temos na preservação da dignidade de quem quer que seja.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Tião Viana, a Presidência endossa suas palavras e traduz nossos sentimentos nesta observação: o PT é apenas um Partido de humanos. Entre os humanos, há pessoas de inspiração divina. V. Ex^a é um deles.

Concedo a palavra ao grandioso Senador Alvaro Dias, do PSDB do grandioso Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 28 DE OUTUBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Considerando os oradores inscritos, passo a palavra ao Senador do Rio Grande do Sul, Líder do PMDB, Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, quis Deus que eu tivesse o prazer e a honra de anunciar-lhe, mas queria contar para o Brasil um fato que mostra o que Pedro Simon significa no momento político deste País.

Dias atrás era convidado a proferir uma palestra para uns universitários, nas faculdades piauienses, na minha cidade natal, sobre problemas de chefia, liderança, administração, democracia.

E, Senador Pedro Simon, um jovem fez uma indagação – nós vivíamos o drama do afastamento do Presidente da Câmara. Se houvesse, nesse quadro (pergunta da mocidade estudiosa, pura, virgem), o afastamento do Presidente da República, e o Vice – pessoa sobre a qual tenho as melhores considerações e respeito – também estivesse envolvido e o Presidente da Câmara?

E eu contava então que a Constituição é a luz que dá o caminho. É obedecê-la. Que era previsto o Presidente do Senado assumir, por um mês. O Presidente do Senado, jovem, experiente no Poder Legislativo, experiente no Poder Judiciário, já foi Ministro,

ficaria 30 dias e promoveria uma eleição indireta, em 30 dias, no Congresso, para apontar o Presidente que terminaria o mandato.

Então, citei vários nomes ilustres da política nacional que não vou querer citar agora. Quando anunciei que V. Ex^a poderia ser um deles, a mocidade estudiosa do Piauí aplaudiu. Quer dizer, V. Ex^a é ainda, vamos dizer, a esperança, a reserva moral da democracia que temos.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, com muita emoção, a manifestação de V. Ex^a, se bem que eu devo desconfiar um pouco de V. Ex^a. Eu acho que a reação da mocidade se deve aos generosos elogios que V. Ex^a deve ter feito ao meu nome antes de citá-lo e aí ocasionou...

Mas quero dizer uma coisa, Presidente, e quero repeti-la porque é importante: nessas horas difíceis que estamos vivendo, é impressionante como a TV Senado é assistida. Olha, principalmente no aeroporto de São Paulo por onde passa o Brasil inteiro. Ficamos duas horas esperando para trocar de avião, e o Brasil inteiro transita por ali. A TV Senado é assistida à unanimidade pelas pessoas, que, quando falam dela, o seu nome é o primeiro a ser citado, pela coragem de dizer as coisas. E eles dizem uma coisa muito interessante: “pois é, aquele tal de Mão Santa cita uns filósofos, umas pessoas de que a gente nunca viu falar. Mas ele fala de uma maneira que a gente entende o que os caras estão dizendo porque ele deve traduzir..”

Acho que V. Ex^a presta um favor muito grande a este Congresso. V. Ex^a apoiou o Presidente Lula, apoiou abertamente, divergiu do Partido, que não tinha candidato, e apoiou o Presidente Lula. E não só apoiou o Presidente Lula como elegera o Governador do PT do PI, que, se não fosse o seu apoio, jamais teria sido eleito.

Os primeiros pronunciamentos de V. Ex^a, como, aliás, o de todos, eram da maior esperança, da maior expectativa, olhando para o futuro do Brasil. V. Ex^a aqui, no Senado, foi o primeiro a começar a divergir. No início, muito timidamente, apontando no sentido de que as coisas mudassem: “Olha, está acontecendo isso. Assim que eu vi. Não está certo. Alguém deve avisar o Presidente Lula de que não está certo”. E V. Ex^a foi falando, foi falando. E não nego que fiquei quieto, que não entrei. Torcia, rezava tanto para que o Lula e o PT dessem certo, porque era importante para o Brasil. Era uma cartada que jogamos, a cartada mais significativa dos últimos tempos: um homem de esquerda, jovem, progressista, íntegro, honesto, um partido de trabalhadores que durante 25 anos era o campeão da

moral, da dignidade, da seriedade. Achava que era um caminho.

Quando fui citado como possível ministro, sempre disse que não levei essa idéia adiante, porque achava que não deveria ser. Mas, disse ao Lula, na minha casa, jantando comigo: "Lula, o Brasil inteiro está contigo. Os que votaram em ti e os que não votaram em ti, os que gostavam de ti e os que não gostavam de ti. Porque, hoje, há uma expectativa. Todo mundo quer que dê certo; e todo mundo acha que contigo pode dar certo. Escolhe o que tem de mais capaz, Lula. Não dou, sou uma pessoa... Mas, tens que escolher os notáveis. Tu tens autoridade para fazer um Pacto de Moncloa, como foi feito na Espanha; tu tens milhões de votos, tu fostes consolidado no teu prestígio pelo Brasil inteiro. Agora tu, do alto da vitória, podes chamar a sociedade inteira e fazer um entendimento para o Brasil. Governa com o povo, governa com todos". O homem vai fazer acordo com fulano, com beltrano, comprou o PP, o PMDB, o PTB e colocar dinheiro para lá, para cá?!. Coisa que ele não precisava fazer.

Mas, V. Ex^a desde o início avisou. Levei tempo. V. Ex^a me procurava: "Senador Simon, as pessoas estão se queixando, e o Simon não diz nada?" Lembra? E o Simon não diz nada sobre essas coisas que estão acontecendo? Eu ficava até encabulado, mas levei tempo para falar, porque estava angustiado. Foi uma época em que falei nos bastidores, falei com vários líderes do PT, falei com ministros do PT, fui falar com Lula, falei com o Chefe da Casa Civil; fui falar diretamente aquilo que podia, falei com V. Ex^a e pedi recado a V. Ex^a, que era Líder na época. Vamos fazer, em vez de ir para a tribuna falar... Eu estava angustiado, porque achava que as coisas podiam e deviam mudar. Mas não mudaram e estamos vivendo este momento hoje.

Eu acho que, com relação a essas CPIs, temos que ter capacidade para conduzi-las com a categoria necessária. Tudo começou com um erro dos Líderes da Maioria, quando não deixaram instalar a primeira CPI. Se a CPI que pedimos para instalar, a CPI dos Bingos, tivesse sido instalada naquela ocasião, dois anos antes, muita coisa não teria acontecido. Se tivéssemos tirado o Sr. Waldomiro do seu cargo de Subchefe do Gabinete da Casa Civil e tivéssemos instalado uma CPI para esse assunto, o ambiente de firmeza, de potência de que nada poderia atingi-los não teria existido. Eles diriam: se pegaram o subchefe da Casa Civil, vamos ver o que vai acontecer.

Mas o que fizeram os Líderes da Maioria? Publicaram uma nota dizendo: não vai haver CPI. Só vai haver CPI quando nós quisermos. Quer dizer, violentaram o texto da Constituição, que diz que, quando 1/3 dos Parlamentares pede para instalar uma CPI,

ela tem que ser instalada. Nós esperamos durante um ano e três meses para ganhar essa questão no Supremo. O Supremo mandou instalar a CPI um ano e três meses depois!

Uma coisa muito engraçada – Deus existe! – foi que, quando o Supremo mandou criar a segunda CPI, os Líderes da Maioria estavam se reunindo para não permitir que isso acontecesse. Não queriam deixar que fosse instalada, mas a decisão do Supremo mandou instalar. Agora temos três CPIs em funcionamento. O PSDB está criando a quarta. Há uma quinta parada: a CPI das privatizações, que ainda não foi instalada.

Meu bravo Presidente, devemos ter a preocupação de tratar esta questão com o devido respeito e com a devida tranquilidade até que se chegue ao final.

O Lula não foi feliz na declaração de ontem nos jornais. Ele disse que é muito melhor trabalhar na iniciativa privada do que na pública, porque o operário que trabalha na iniciativa privada ganha mais, ganha em dia e não tem CPI para atrapalhar. Meu Deus do céu! Não há CPI para atrapalhar porque, na iniciativa privada, não é preciso CPI: se há um problema, o dono manda o trabalhador para a rua. No entanto, ele fez essa afirmativa infeliz.

Precisamos levar essa CPI com muito cuidado.

O Supremo parece que está fazendo uma guerra de nervos com o Congresso. Esse problema do Sr. José Dirceu já está indo quase ao exagero. Quando há uma demonstração destas – 13 a 1 na Comissão de Ética; três a quatro quintos na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania –, é porque a decisão está tomada. Vem o Tribunal e manda fazer de novo. É claro que, com mais dez dias, o julgamento do ex-Chefe da Casa Civil vai levar um mês e meio a mais, e os outros 15 na fila estão esperando. Não consigo entender aonde o Supremo quer chegar com essas medidas.

Por outro lado, parece-me que temos uma responsabilidade imensa na condução dessa CPI. Vou ser muito claro. Vou dizer algo com a maior sinceridade. Quando a CPI iniciou, era um furacão em cima do PT. Realmente, foram tantos erros, tantos absurdos, tanta irresponsabilidade que não sei como o PT não caiu. Com relação ao Lula, faço justiça. No Congresso Nacional, ninguém nunca pensou até hoje no *impeachment* do Lula, nem a grande imprensa, nem o PSDB, nem o PFL, nem o PMDB. Não falo no militar porque os militares golpistas da época do Dr. Jango, do Dr. Getúlio hoje não existem mais, graças a Deus. O tempo foi passando, e o PT, diabolicamente, levantou uma tese: é caixa 2. E todo mundo fez caixa 2. O PSDB respondeu e debateu: caixa 2 é uma coisa, o que está acontecendo é outra. E foi nessa discussão.

Caixa 2 é coisa grave, coisa séria, mas o que estamos investigando é muito mais sério que isso. Caixa 2 é irregular e é crime. Caixa 2 é o candidato a Governador, a Deputado, a Prefeito usar um dinheiro por fora e não registrar ou porque o empresário que financiou não quis recibo e não quis aparecer, ou sei lá eu por quê. Porém, o que aconteceu é muito mais. Temos de ver os fundos de pensão; temos de ver o Banco do Brasil; temos de ver os Correios; temos de ver as verbas das Prefeituras; temos de ver as empreiteiras; temos de ver essas malas de dinheiro, essas remessas para o exterior, essa vinda de dólares do exterior. O que tem de ser apurado é muito sério. Continuo com medo de que a CPI termine só nisto: cassam 15 Parlamentares e acaba; não muda nada. A bandalheira continua e no ano que vem teremos tudo de novo.

O PT lançou mão de caixa 2 – era a saída que ele tinha –, e caixa 2 todos usaram, o Lula falou isso na Europa. Caixa 2 é lastimável, muito lastimável, mas, infelizmente, faz parte da história da política brasileira.

O PSDB, a grande contra-facção do PT no debate, começou a avançar e foi batendo no PT. Caiu o Chefe da Casa Civil, o Presidente do Partido, o Tesoureiro, o Secretário-Geral, dois diretores do Banco do Brasil, três diretores dos Correios, vários diretores da Hidrelétrica de Furnas, da Caixa Econômica e uma infinidade de pessoas foi demitida pura e exclusivamente por conta dessa questão.

Eis que aparece um fato com uma pessoa que considero das mais dignas e sérias: o Senador de Minas Gerais Eduardo Azeredo. Tenho um carinho muito grande por S. Ex^a. Eu era amigo de seu pai, que era um dos mais íntimos amigos de Tancredo Neves. E, nessa confusão, o próprio tesoureiro da campanha de Azeredo naquela eleição anterior disse à CPI que usou caixa 2, mas que o Azeredo não sabia de nada. Como o Lula disse que não sabia de nada – o Lula disse que não sabia de nada –, o Azeredo não sabia de nada. Mas o tesoureiro da campanha do PSDB afirmou que usou caixa 2. Aí vem o PSDB e afasta o Presidente do Partido. Em manchete nacional, faz-se uma tremenda injustiça com o Presidente do PSDB, que não merecia. As manchetes dos jornais foram logo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senador fique tranquilo porque proroguei por cinco minutos e, se necessário for, prorrogarei por mais, porque entendo que o pronunciamento de V. Ex^a é tão importante para o Brasil como foi o Sermão da Montanha para os cristãos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

E colocam nosso querido Azeredo assim como o Presidente do PT: “caiu mais um do caixa 2”. E botaram as fotografias e os nomes: Chefe da Casa Civil, Presidente do PT, Secretário-Geral do PT, Tesoureiro do PT, Diretor de Furnas, Diretor dos Correios, não sei o que, e o Azeredo, Presidente do PSDB. O PSDB, irritadíssimo – e com razão em minha opinião –, resolve então criar a CPI do Caixa 2. O que o PSDB quer? O PSDB quer, meu amigo e meu irmão Alvaro Dias, fazer uma distinção que seja clara entre o que é caixa 2 e o que são as outras coisas que aconteceram. O Caixa 2 é o que teria acontecido com a campanha de Azeredo, embora ele não soubesse, mas o seu tesoureiro disse que usou o dinheiro na campanha e que não registrou. Isso seria o caixa dois, mas o dinheiro dos Correios em que botaram a mão, isso não é caixa dois. O cidadão chegava a Brasília e lhe diziam: “Olha você vai ao hotel tal e peça para ir ao quarto tal. Você diga que veio buscar a encomenda”. Aí o cara chega lá, entra no hotel e diz: “Eu vim buscar a encomenda”. “Então, o senhor suba até o apartamento tal”. Lá está a D. Simone, com um pacote de dinheiro e o entrega ao cidadão. Isso não é caixa dois; isso é crime! Isso é crime! “Foi o partido que deu”. Mas que partido que deu? O que a D. Simone tem a ver com o PT? Desde quando o nono andar, ou não sei o quê, é a sede do PT? Ou, então, “vai ao shopping center, 9º andar, na sede do Banco Rural e apanha o dinheiro que está à sua disposição”. Isso é crime! Esse cidadão não pode voltar para o seu Estado e dizer: “Não, eu peguei o dinheiro do PT nacional. É o caixa dois”.

Então, o que o PSDB quer nessa nova CPI é caracterizar o caixa dois e diferenciá-lo do crime. Quer dizer, a CPI dos Correios continua a investigar a corrupção – pelo menos a corrupção maior, por assim dizer, – , e a CPI do caixa dois ficaria investigando o caixa dois.

Agora, nós estamos nessa situação. Muita coisa pode acontecer, como aconteceu na CPI do Banestado, de que eu participei. Eu acho que foi pela minha atuação, pela briga – por eu ter apresentado um voto em separado –, que a ilustre Liderança do meu Partido não me colocou mais nas novas CPIs. Desde que eu estou aqui no Senado, eu participei de todas as CPIs e, modéstia à parte, tive bom desempenho em todas elas.

A CPI que resultou no *impeachment* e a CPI dos Anões do Orçamento foram feitas no meu gabinete. As decisões e os debates aconteceram no meu Gabinete. O que houve na CPI do Banestado? Houve uma rixa entre o PSDB e o PT. O Relator, o Sr. José Mentor, estava ali para não deixar apurar nada que envolvesse o Banco Rural, nada que envolvesse uma série de

entidades, nada que envolvesse a direção do Banco Central daquela época. Ele teve a coragem de fazer um parecer final que não citava o Banco Rural, que não citava a direção do Banco Central e incriminava a direção anterior, do PSDB, mas, sobre a da época, nada dizia. Aí o Senador Antero Paes, com categoria, com correição – ele era Presidente –, fez um voto em separado. Mas a sua paixão era de tal ordem que no voto em separado ele botou o outro lado – pôs o Banco Rural, pôs o presidente do Banco Central, pôs o que estava acontecendo hoje, mas deixou para lá o que tinha acontecido anteriormente. Foi quando apresentei o terceiro voto, onde somei esses dois. Eu pequei o que estava no voto do Relator – disse que tudo aquilo era verdade – e o que estava no voto do presidente, porque tudo aquilo também era verdade, e somei. O que aconteceu? Terminou o prazo e não se chegou a conclusão nenhuma.

Há pouco foi aprovado um requerimento meu na Comissão dos Correios, por unanimidade, no sentido de pegar o arquivo da CPI do Banestado e levá-lo para ser apreciado na CPI dos Correios. Não precisaria convocar ninguém, não precisaria chamar ninguém. Bastaria a assessoria técnica verificar os documentos porque estão ali.

Pela primeira vez, a Justiça americana mandou para nós, as contas da CC-5, mostrando os recursos enviados ilegalmente para os Estados Unidos. Estão lá. As remessas de dólares, decorrentes da venda de armas e de drogas, estão ali. É verdade, isso foi ruim, porque a imprensa chegou a citar nomes de Parlamentares, de políticos importantes. Foi um crime. Então foi um deus-nos-acuda. E o que aconteceu? Ninguém mais deixou prorrogar a CPI. A rigor, ninguém estava com muita vontade de prorrogá-la. E encerrou-se a CPI sem parecer. E os documentos estão trancados ali. Não sei se não os roubaram. Espero que não. Acredito que a Segurança do Senado tenha um cofre-forte para guardar os documentos. O medo que tenho é que agora isso aconteça de novo.

Vão pedir para depor na semana que vem os Parlamentares que foram acusados – e parece que é verdade – de ganhar dinheiro com a emenda da reeleição. Todo o Brasil sabe que, na emenda da reeleição, muita gente votou ganhando muita coisa. Nós pedimos uma CPI, e não deixaram criá-la. Agora, quando criaram a CPI, o PSDB foi inteligente e não quis investigar só os Deputados que foram comprados agora pelo PT ou não sei o quê. Não. Criaram a CPI da Compra de votos. Ficou aberta, genérica. Baseado nisso, o PSDB está convocando alguns dos casos da votação da emenda da reeleição.

O PT quer convocar o ex-Presidente do PSDB para e responder à acusação frontal de caixa dois. O PSDB está respondendo. Se mantiverem essa convocação, o PSDB vai convocar o filho e o irmão do Lula para se explicarem. Um deverá explicar a empresa que manteve com uma empresa do Governo e outro o escritório que teria para agenciar encontros a fim de facilitar contatos com o Governo.

Estou sentindo que os fatos estão sendo conduzidos para, daqui a pouco, parar tudo. Se ficasse os que estão aí...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a já fez uso da palavra por trinta minutos, mas esta Presidência vai conceder-lhe mais cinco minutos, porque o pronunciamento de V. Ex^a é um dos mais importantes da História do Brasil no Senado da República.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Alvaro Dias, eu gostaria de ouvir o seu pensamento sobre o que estou falando, porque V. Ex^a é um dos grandes Líderes deste País. Estou dizendo, Senador Alvaro Dias, apenas o seguinte: tenho medo de que, de repente, dessa confusão, se chegue a uma conclusão: não, tu tiras isso que eu tiro isso... E que terminem sendo cassados esses Deputados que estão aí, que não têm mais saída, mas apurar o que ocorre com os fundos de pensão, apurar realmente o que há de corrupção, sequer, meu amigo Alvaro, fazer as reformas políticas e na legislação, para que isso não se repita, não aconteça. E nós vamos fazer um papel muito triste.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a é especialista no assunto e eu comungo desse trauma de expectativa que há relativamente às conclusões. A sociedade exige muito mais do que nós podemos fazer em matéria de investigação. Porque há uma distorção do conceito de CPI. A meu ver, o que essas CPIs fizeram é suficiente para um relatório conclusivo de muita força, indiciando muita gente, reunindo provas materiais, provas documentais e testemunhais, com indícios extremamente comprometedores, que podem ser o subsídio necessário para que a autoridade responsável pela investigação, o Ministério Público, possa atuar em profundidade e com eficiência, responsabilizando civil e criminalmente os envolvidos. Essa distinção do que é caixa dois e do que é corrupção no Governo é fundamental e V. Ex^a frisou com muita competência. O propósito de uma CPI do Caixa Dois é exatamente esse. Que a CPI atende a uma expectativa do País, não há dúvida. Agora, a oportunidade é que deve ser definida

pelas Lideranças. Temos que concluir os trabalhos das CPIs já instaladas e, depois, abriríamos espaço para a instalação de uma outra CPI, que também é importante, porque a corrupção na administração pública quase sempre começa na campanha eleitoral, começa com a corrupção eleitoral. Então, há necessidade de o Congresso não só investigar, mas, sobretudo, propor uma legislação que possa combater a corrupção eleitoral. Imagino, Senador Pedro Simon, que já temos elementos suficientes nas atuais CPIs para um relatório conclusivo encaminhado ao Ministério Público. Na França, por exemplo, a CPI se instala para convocar a autoridade responsável. Assim que o Ministério Público começa a agir, a CPI encerra as suas atividades, mesmo sem conclusão, porque já cumpriu o seu papel. Aqui queremos mais e até obtemos mais, mas podemos concluir, sem necessidade de ficarmos meses e meses prolongando essa atividade extenuante, sob o ponto de vista até da opinião pública, que estaremos cumprindo o nosso dever se o relatório final for competente, for um relatório de força, for implacável em relação aos indícios e indicar as pessoas que devem ser indiciadas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, eu fico muito feliz em ver o pronunciamento de V. Ex^a, porque V. Ex^a fez um pronunciamento imparcial, nem anti-PT, nem pró-PSDB. E é muito importante que pensemos como V. Ex^a está falando. O mal é nos apaixonarmos nessa hora, o mal é nos agarrarmos em um lado e seguir naquilo. Isso não é um mal, não é um absurdo, porque a gente se apaixona. Sou do meu Partido, de repente estamos naquela questão e um chama o outro, quer dizer, um fala e eu respondo. A uma ação vem uma reação.

V. Ex^a levantou uma tese muito importante. Seria muito importante que V. Ex^a conseguisse que a essa tese o seu Partido apresentasse. No momento em que o PSDB apresentar essa tese, o PT vai ficar sem condição de não querer aceitá-la, e aí nós caminharemos no bom sentido.

O que me assusta, Sr. Presidente, é que estamos chegando ao fim de outubro, início de novembro, e não há sinal na Câmara dos Deputados de votar nada com relação à reforma mínima, à microrreforma para as eleições do ano que vem. Olha que o Senado votou duas. Uma, espetacular: voto distrital, voto por legenda, diminuição de partidos, programa de televisão ao vivo, dinheiro público de campanha. O que tinha de melhor, aprovamos. Está lá, na Câmara dos Deputados. Por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, quando se chegou à conclusão de que aquela emenda não dava mais para ser aprovada, a emenda era constitucional, fizemos uma microrreforma, que foi aprovada por unanimidade. Todos os Líderes de todos os Partidos

concordaram. Eu, Pedro Simon, não abro mão da minha emenda do dinheiro público de campanha, mas para essa eleição concordamos que vamos cortar. Vamos cortar o showmício, o programa de televisão tem que ser ao vivo... Vamos cortar uma série de coisas, que já é um caminho. Está lá. Também não votaram.

Agora, tem a reforma do Senador Tasso Jereissati. Emenda não podemos fazer, porque o prazo termina no dia 30 de outubro. Podemos reformar a Constituição até 15 de dezembro. Também não querem.

Olha, meu amigo Mão Santa, eu pretendo, se o Partido me der a legenda, ser candidato ao Senado. Como é que vou ser candidato ao Senado? A única coisa que sei que vou fazer é que, naquele espaço de televisão que vou ter, vou escrever atrás: 15 – Senador Pedro Simon. E vou falar. Porque tudo que eu usar não dá para entender, porque não tem mais controle, não tem mais orientação e não se sabe como é nem como não é. Tu podes ser até prejudicado por alguém que não goste de ti e que atrapalhe a tua vida!

Como vamos fazer a eleição do ano que vem, meu Deus do céu? Como vamos fazer campanha no ano que vem? Essa é uma coisa humilhante. Humilhante, Presidente!

Vamos pedir, por favor, para o Tribunal Superior Eleitoral baixar, por conta deles, legislar – o que eles não podem fazer –, mas eles farão por releixo nosso, e ainda teremos que aplaudir, porque o Tribunal fez aquilo que não tivemos capacidade, competência, decência em fazer.

Ainda há um resquício de tempo. A Câmara Federal ainda pode fazer. É o apelo dramático que eu faço, Sr. Presidente.

Quanto a nós aqui, que tenhamos luzes suficientes para até o dia 15 de dezembro, como disse bem o Senador Alvaro Dias, concluirmos, como podemos concluir. O que se tem que acrescentar ao que disse o Senador Alvaro Dias é o seguinte: no Brasil, a CPI faz toda a investigação, mas a CPI não denuncia; a CPI conclui. Isso chama muita atenção por causa das cassações de mandatos. Cassar mandatos, nós cassamos – de Presidente, Governadores, Senadores, Ministros –, agora, botar na cadeia não botamos ninguém na cadeia. E mexer com empresário, com o Delúbio, não podemos fazer nada. O máximo que podemos fazer é concluir a CPI: o Sr. Delúbio é criminoso, cometeu os crimes tais e tais e merece ir para a cadeia, e mandamos para a Procuradoria-Geral da República. E a Procuradoria-Geral apresenta a denúncia e a leva para o Supremo Tribunal; e o Supremo Tribunal julga. É só isso que podemos fazer.

Por isso é que quando o povão diz que a nossa CPI terminou em pizza, muitas vezes está cometendo

uma injustiça conosco. Não digo agora, com o atual Procurador-Geral da República e o seu antecessor. Os dois do Governo Lula são nota dez, mas o do Governo Fernando Henrique era um “arquivador geral”. Tudo ficava arquivado lá. Nós fazíamos os projetos, chegávamos às conclusões as mais claras e precisas, envolvendo governadores do nosso Partido, envolvendo prefeitos, envolvendo as pessoas mais importantes, e ficava tudo na gaveta do Procurador-Geral. Ele não denunciava nem arquivava. Podia arquivar, dizer: “Não vejo nada aqui. Arquive-se”. Seria uma decisão. Mas não. O relatório ficava na gaveta dele, e nós com a fama de fazedores de pizza.

Mas estamos vivendo um momento diferente. Se há algo de positivo no Governo do PT, nota dez, são os dois Procuradores: o anterior e o atual. Denunciaram o Jader, Presidente do PMDB; denunciaram o Antonio Carlos, denunciaram o Presidente do Banco Central, denunciaram o Senador que era Ministro da Previdência. Eles estão denunciando para valer. Então, não dá para dizer que está terminando em pizza.

Concordo mais uma vez com o Senador Alvaro Dias. Devemos concluir o relatório da nossa CPI bem feito, fazer as conclusões e enviar à Procuradoria. Não podemos fazer mais do que o que está feito. Não podemos saber quem matou lá em Santo André, nem quem roubou em Santo André. O que poderíamos fazer está feito. É o típico caso que já se pode concluir e partir para outra questão.

Queira Deus que saímos bem dessa CPI, Sr. Presidente, porque a CPI é o que tem de mais importante no Brasil, que é o País da impunidade.

O querido Ministro Carlos Velloso é uma das pessoas mais dignas e mais corretas que conheço. Ele deu o **habeas corpus** para o Sr. Maluf e para seu filho que eu respeito, não quero discutir, mas ele diz que estava comovido porque pai e filho na mesma sala era algo de horrível. Mas será que o Ministro Velloso não sabe como são as prisões no Brasil, como são as cadeias no Brasil, que têm centenas de pessoas, pai, filho, avô, inimigo, homossexual, tarado, tudo? Em um lugar onde cabem cem pessoas, há quinhentas.

Por isso, Sr. Presidente, a CPI tem valor. O Brasil é o País da impunidade. Só vai para a cadeia ladrão de galinha. Quando não é ladrão de galinha, como o Maluf, fica trinta dias e já está solto. Por isso, a CPI é importante. Ela aponta e começo cortando sempre na sua carne, cassando os Parlamentares. Que vá adiante, se Deus quiser. Que saibamos concluí-la e, com esse procurador, que tenhamos condições de que os culpados parem na cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa,

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, do Piauí, Presidente do PMDB Regional, Conselheiro da República, engenheiro político.

O Senado recebeu Rui Barbosa por 31 anos. Pedro Simon já está com 24 anos de Senado e, com mais 8 anos que vai ganhar, serão 32 anos. E acho que o Piauí, na sua bravura, vai reconduzir Alberto Silva, agora que está com 16 anos de Casa, para que fique no mesmo nível desses grandes brasileiros.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Alberto Silva, regimentalmente por quinze minutos; mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a, pois assim eu não conseguaria chegar ao Piauí, que o povo não me perdoaria.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Mão Santa, eu estava me preparando para falar sobre um assunto, mas cheguei aqui e encontrei esse Líder da nossa Casa, Pedro Simon. Fomos companheiros. S. Ex^a já foi reeleito no Senado pela terceira vez, suponho, e eu, pela segunda vez, porque, no meio desse tempo, fui para o Governo do Estado. Encontro novamente o mesmo homem, competente, capaz e que, no momento exato, apresenta à Nação o que é uma CPI, informando ao povo, que está ansioso para saber se isso é pizza ou não.

O Senador Pedro Simon conclui exatamente com o que todos queremos: uma reforma de tal ordem que permita que, nas eleições futuras, não aconteça mais o que aconteceu até agora. Creio que a fala do Senador Pedro Simon no dia de hoje trouxe ao País a certeza de que, nesta Casa, fazem-se duas coisas. Trabalha-se em favor do povo. Ontem mesmo, aprovamos acordos internacionais sobre o tabaco, a redução, e, anteriormente, conseguimos os recursos para a questão agrária. Enfim, esta Casa trabalha das duas maneiras, e intensivamente.

V. Ex^a, Senador Pedro Simon, acabou fazendo isso de maneira competente e concisa. Fico feliz e quero congratular-me com V. Ex^a, que traduziu o que é esta Casa para o povo, que não tem conhecimento disso. Às vezes, naquelas CPIs, com perguntas e respostas, há excessos, que acontecem sempre; e o povo fica

na dúvida: "O que está acontecendo? Essa CPI dá ou não em alguma coisa?" Vem o Senador Alvaro Dias e completa, com a competência também dele. E como disse V. Ex^a, imparcialmente, se houver um relatório final conciso e objetivo, apontando o que aconteceu, cessa o nosso trabalho, do Congresso.

Entretanto, temos de fazer mais. Recebemos uma incumbência, criamos uma CPI, e o povo está satisfeito porque o Congresso agiu, mas não podemos ir além daquilo que a Constituição nos atribuiu. Enfim, aqui no Senado e na Câmara, temos de trabalhar para concluir o que está acontecendo e continuar, se for o caso, como se diz, na história do caixa dois. Mas o mais importante é que tenhamos uma lei. Uma nova lei que permita que as eleições brasileiras sejam feitas de tal ordem que sejamos candidatos sem necessariamente sermos candidatos a réu. Precisamos rever um ponto importante, porque cada candidato já é um pró-réu. Ele entra como candidato já sabendo que ali, por uma denúncia, o juiz ou alguém determina a cassação ou o registro. Não estou dizendo que a Justiça não deva fazê-lo, mas hoje é quase um risco alguém ser candidato a alguma coisa, pois, se um inimigo dele juntar duas pessoas e fizer uma denúncia, de pronto... E há um desejo sádico – estou sentindo assim: a prisão tem que ser efetuada com alguma.

De acordo com o que li a respeito, o nosso Código diz que a pessoa só pode ser presa em duas situações: se for apanhada em flagrante de um crime e se for um perigo para a sociedade; ou se pretender fugir do País. Se não for nesses casos, o réu vai ser julgado, naturalmente a Justiça tem todo o poder de julgar, e ele tem o direito de se defender. Isso é assim em qualquer país.

Antes de entrar no assunto sobre o qual pretendia discorrer, gostaria de congratular-me com o Senador Pedro Simon por suas palavras a respeito de nosso companheiro do Piauí. E ratifico: ele entrou por um caminho de apontar os erros do Governo, e nosso Partido, democrático que é, não o expulsou. Quando a Senadora Heloísa Helena ficou contrária à ação do PT, foi expulsa. O PMDB não expulsa ninguém; dá liberdade. E concordo com ele, que traz números. Quando diz que temos 76 impostos, prova e mostra. Por isso, as palavras de V. Ex^a, Senador Simon, a respeito de nosso companheiro do Piauí, são precisas, atuais. Eu ratifico que realmente ele tem a competência de analisar. Às vezes, ele passa um pouco, mas é do feitio dele mesmo. Ele sempre foi assim, quando era prefeito e eu governador; depois, ele governador e eu senador. Esse é o feitio dele.

Mas eu quero encerrar dizendo que, nesta manhã, que vai já no rumo da tarde...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PDMB – PI) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, eu penso que esta se torna uma das importantes sessões do Senado da República.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Apesar de haver pouca gente. Mas o Brasil está nos ouvindo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há pouca gente, mas a sessão tem qualidade. Ó Lula, escute o que Shakespeare dizia: "O êxito, a busca da sabedoria é a soma da experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos." E aqui nós temos a melhor das experiências, Senador Alvaro Dias. Ninguém mesmo pode falar em eleições da República do Brasil. Os Ministros da Justiça, do Supremo, do TSE, precisam ter humildade e convocar. Alberto Silva, em 1948, surgiu muito jovem disputando eleições democráticas. Eu era bem pequeno em 1948. O engenheiro queria voltar, mas o povo da nossa cidade o agarrou e o fez prefeito. Pedro Simon, V. Ex^a foi prefeito? Não? Ainda bem, porque ninguém foi melhor prefeito do que Alberto Silva, de 1948 a 1950, na História do Brasil. Eu era menino.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu fui prefeito também da Parnaíba. Mas S. Ex^a foi o melhor prefeito que eu vi. Então, de lá para cá, tenho essa experiência democrática. Por que a minha decepção? Senador Alberto Silva, V. Ex^a tem uma fidelidade: não votou no PT. Eu votei. Sou réu confesso mesmo, todos sabem. Mas o meu jogo é claro. V. Ex^a teve esse espírito, essa grandeza de nunca me haver posto para fora do partido do qual V. Ex^a é o Presidente.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Mas é evidente que não.

O Sr. Mão Santa (PMDB-PI) – V. Ex^a teve tolerância. Mas o meu desapontamento – quero contar a verdade, Senador Pedro Simon –, primeiro, foi que votei, mas, com aquela franqueza, quando queriam se aproveitar do Governo, eu me aproximei e disse: o PMDB tinha candidato, tinha acordo com outros partidos, apresentou o Vice e era para ficar na Oposição; vamos dar apoio. Não havia ninguém mais interessado do que eu. Mas basta um do PMDB estar em um ministério para simbolizar a história, a verdade e a grandeza: Pedro Simon. E, a bem da verdade, o Senador Aloizio Mercadante acatou. Daí por que este Plenário nunca viu uma desatenção, uma desconsideração entre mim e o Senador Aloizio Mercadante. Ele se curvou e aceitou, mas quando levou lá o nome o Rio Grande do Sul explodiu, porque o Pedro Simon tinha lá cinco

Ministros do PT contra ele. Quiseram queimá-lo, mas não o fizeram porque o Pedro Simon é de Deus. Eu também apoiei – falei inclusive com José Dirceu – que se ouvisse Alberto Silva, porque ninguém é mais competente em transportes. É aquilo que Juscelino falava: “Energia e transporte é com Alberto Silva.” Então, o Sr. Alberto Silva tinha um programa para recuperar as estradas. Pelo menos eu acredito. Pedro Simon, eu fui Governador de Estado, mas a liderança maior era de Alberto Silva. Assim como V. Ex^a elegeu agora Rigotto, tem de haver nomes avalistas. Não se pode envaidecer, não, Rigotto. A história diz que triunfo era aquele ato que havia quando os vitoriosos chegavam a Roma. Mas ficado um escravo atrás dizendo “você é humano, você é humano”, para nunca se envaidecer. Mas nessas campanhas, Alberto Silva, o bom comício tem que ter bêbedo. **In vino veritas.** O bêbedo diz a verdade. E eu estava num comício, chovendo, lá em Guadalupe, em Boa Esperança, no Piauí, quando um bêbedo gritou para Alberto Silva: “O rei da estrada. Este é o rei da estrada.” Eu era o candidato. Então, Alberto Silva fez um projeto, e o partido encampou, apoiou. Eu, por trás, disse: rapaz, o homem faz; se ele está dizendo. Ele calculou o dinheiro, de onde vinham as paradas, as brechas do carro, o óleo e tudo para recuperar. Alvaro Dias quis, mas V. Ex^a não estava presente. S. Ex^a, que é um dos mais competentes paranaenses da história deste Brasil, mostrou um dado aí, Alberto Silva, que vou dizer para que V. Ex^a chegue a esse orgasmo de engenheiro político. Ele provou aí que no Canadá morrem só três. Aqui morrem quase trezentos, pela deficiência das estradas. Então, Alberto Silva fez isso tudo. Foi prometido o que nós pedimos. Então, o PT não considerou Pedro Simon, não considerou a inteligência do engenheiro político Alberto Silva. Essa foi a minha descrença. Quis me comprar com a Sudene, para um irmão meu ser diretor, e eu sou um homem do Piauí, que é o primeiro que chega numa luta.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Agradeço o aparte.

Naturalmente, como hoje não temos muitos companheiros inscritos, eu peço ao nobre companheiro Alvaro Dias, que preside a sessão, que faça uma aritmética, porque o País todo gostaria de ouvir o aparte do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esteja à vontade para fazer o seu discurso.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Na verdade, eu quero iniciar, meus caros companheiros, trazendo uma informação. Eu creio que tudo isso que aconteceu foi útil, importante. Nós temos outros Ministros. O PMDB mesmo nomeou alguns outros, por exemplo, o Ministro das Comunicações e o Ministro

da Saúde. Temos também um bom relacionamento com o Ministro das Minas e Energia. Mas, sobretudo, quero fazer uma menção especial ao que aconteceu no Planalto.

Não quero entrar no mérito do que está acontecendo com o ex-Ministro José Dirceu, mas há uma diferença muito grande. Fui ao Planalto há duas semanas para conversar com a Ministra Dilma Rousseff e notei uma diferença muito grande quanto à ordem, à disciplina, lá dentro. Eu tratei do problema das estradas e disse a S. Ex^a que o programa que deveríamos seguir era aquele que eu já havia entregado no Governo Fernando Henrique e que tinha ido para a gaveta. No começo do Governo do Presidente Lula, também foi engavetado por lá. Mas S. Ex^a, ao tomar conhecimento dos números, como acabou de falar o Senador Mão Santa, levou em consideração.

Estou aguardando números completos, mas a Ministra, Senador Mão Santa, levou em consideração aquele projeto que ficou dormindo nas gavetas de Fernando Henrique e também no começo do Governo Lula. Porém, agora, a Ministra Dilma – manifesto aqui os meus cumprimentos a S. Ex^a – olhou o projeto e perguntou-me do que se tratava. Eu disse: “São 12.000 quilômetros que estão contratados”. No entanto, como o dinheiro que chega ao Ministério dos Transportes é pequeno para muitas coisas, o que sobra para as estradas é pouco.

Sendo assim, os empreiteiros e as empresas de engenharia que estão construindo estradas no País recebem das suas faturas uma pequena parcela. Então, eles andam de acordo com o tamanho do valor que recebem.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Alberto Silva, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a com todo o prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Não é apenas o Piauí que comprehende a admiração e o respeito que o Senador Mão Santa tem por V. Ex^a. Certamente o País inteiro comunga com o Senador Mão Santa desse respeito e dessa admiração em razão da capacidade, do desprendimento e do alto espírito público de V. Ex^a, demonstrados à frente de tantas instituições importantes, nas quais V. Ex^a desempenhou seu papel com muita eficiência, dando uma contribuição inestimável ao País.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a aborda uma questão muito interessante. Eu gostaria de dar um testemunho com relação às rodovias. Nós, da tribuna desta Casa, apelamos inúmeras vezes, inclusi-

ve durante o Governo Fernando Henrique, fizemos um apelo dramático, que ecoava no Brasil inteiro, quanto à situação precária das nossas estradas. Ando muito por terra, Senador Alberto Silva, para atravessar, de norte a sul, o meu Estado, que tem uma extensão de quase mil quilômetros. E é com alegria, com alegria mesmo, que eu e o povo do Tocantins nos manifestamos ao ver, agora, o Ministério dos Transportes, no Governo do Presidente Lula, recuperando as estradas. A Belém-Brasília é, seguramente, o eixo mais importante de comunicação, de logística, do Tocantins. E não apenas do Tocantins, pois os Estados adjacentes têm na rodovia BR-153, a Belém-Brasília, o seu único eixo de comunicação quando se transportam bens e serviços. Então, é com alegria que temos que registrar esse aspecto positivo que V. Ex^a está ressaltando. Eu só espero que os recursos da Cide, que devolveram ao Ministério a condição de recuperar esse enorme patrimônio público que são as rodovias federais, sejam, pelo menos aquela parcela destinada à recuperação das estradas, aplicados na recuperação das estradas.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Agradeço o aparte e as palavras de V. Ex^a.

Quero apenas continuar dizendo que estou vendo que a Ministra levou em consideração os números que apresentei a ela sobre os prejuízos do País, principalmente em óleo. Mostrei a ela que nós tínhamos números indiscutíveis, como, por exemplo, de dois milhões de carretas circulando nas estradas destruídas. E provei que as paradas, as freadas e as acelerações das carretas de 50 toneladas causam um prejuízo de algo em torno de quatro bilhões de litros de diesel, que, traduzidos em recursos, representam R\$6 bilhões, e, na verdade, para recuperar os vinte mil quilômetros, não precisamos gastar toda essa importância.

A Ministro levou em consideração o que mostrei e creio que essa aceleração que V. Ex^a já constatou na Belém-Brasília é o resultado da ação daquilo que considero uma nova ordem de coisas no Palácio com a presença da Ministra Dilma. Quero mandar os meus cumprimentos à Ministra e dizer-lhe que avance, pois mais oito mil quilômetros já estão licitados e podem ser contratados, e, se o ritmo de recursos que estão sendo alocados para a recuperação das estradas continuar assim, ainda no Governo Lula e sob o comando do Ministro dos Transportes, evidentemente, mas sob a batuta da Ministra Dilma Rousseff, vamos assistir à recuperação total da malha brasileira, que está destruída há muitos anos e que não foi levada em consideração.

Entrei neste assunto em virtude de um aparte e prometo que na terça-feira trarei a lista de todas as estradas que estão sendo recuperadas e das que serão,

com o ritmo que está sendo aplicado, depois da minha conversa com a Ministra Dilma Rousseff.

Agora, eu gostaria de falar rapidamente sobre um outro assunto. Enquanto cuidamos de apurar denúncias através das CPIs, esta Casa trabalha em outros assuntos. Eu, particularmente, entrei nessa questão do biodiesel e cheguei à conclusão de que o biodiesel começou a atrapalhar a mente dos lavradores, que me perguntam como é essa história, como é que se planta mamona, o que faz com a mamona, para quem vender, que usinas existem. Como não está regulamentado, apenas a ANP autoriza, porque o biodiesel passou como um complemento das atividades da ANP.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Peço permissão a V. Ex^a para encaminhar esse documento, que é importante, porque recebo **e-mails** de todo lado perguntando como funcionará essa história do biodiesel.

Vamos ver se, resumindo, posso falar sobre o que está acontecendo.

Fui convidado e acompanhei o Presidente Lula à inauguração de uma grande usina de biodiesel na cidade de Floriano. O Presidente disse: "Lavradores de todo o Nordeste, a redenção de vocês chegou! Vamos plantar mamona! Aqui está uma usina para transformar mamona em biodiesel".

Os lavradores se animaram, mas eles estão desorganizados, como sempre foram. Eles fazem e vivem de uma roça. Como é a roça? O patrão entrega um pedaço de terra... Não podemos comparar o Nordeste com o Sul. No Sul, região do nobre Senador Pedro Simon, as pequenas propriedades trabalham no trigo, no tabaco, em várias espécies, mas os lavradores são organizados, são, digamos assim, colonos que têm tradição de mil anos da Europa, vieram para Brasil e trouxeram a sua tecnologia. No Nordeste, no semi-árido principalmente, eles vivem de uma roça, que é um pedaço de terra em que eles plantam mamona, milho e feijão. O milho é exigente em água; se não chover bem, não dá, fica aquele pé de milho que só chegou até a metade; o feijão sempre dá pouco, porque a semente não é selecionada, e nunca se ouviu falar da mamona com sendo a norma para o lavrador do Nordeste.

Agora, com a idéia do biodiesel, os lavradores estão começando a ficar animados. Entramos no Banco do Nordeste e perguntamos como é esse Pronaf. O Pronaf é algo muito importante, que foi criado, creio, no governo anterior, e que foi muito reforçado agora no Governo do Presidente Lula. O Pronaf é um crédito, é um valor que o banco entrega ao lavrador e ele leva para casa para plantar aquela roça.

Acontece que o lavrador, ao receber aquele dinheiro, chega em casa e, seguramente, pergunta o que está faltando. Se eu perguntar ao Superintendente do Banco do Nordeste, ao gerente da minha cidade, ele vai concordar comigo que é isso que acontece. O lavrador chega em casa e pergunta o que está faltando. A pobre da mulher responde que falta tudo, que falta roupa para os meninos, que falta isso, que falta aquilo. Ele, então, por exemplo, com mil reais no bolso, compra uma parte daquilo, e depois o dinheiro não dá mais para ele fazer a roça e ele não paga mais o Pronaf e no ano seguinte ele não tem. Mas o Governo do Presidente Lula, atendendo às reclamações que está havendo, agora dá o direito. No próximo ano ele terá uma espécie de moratória e poderá receber novamente.

Como fui Governador e Prefeito duas vezes e sou engenheiro e aprendi na escola que as coisas devem ser organizadas, propus aos lavradores que organizassem suas vidas. Por exemplo: três mil lavradores que plantam uma rocinha que não leva a lugar algum. Eles poderiam se fixar em feijão e mamona. A mamona para se fazer o biodiesel e o feijão é a alimentação do País. Às vezes falta feijão, porque ele é plantado a máquina, mas é colhido a mão, pois não há máquina para se colher o feijão. Isso porque, segundo informações da Embrapa, as bagas do feijão não amadurecem ao mesmo tempo.

Concluindo, organizamos uma associação para três municípios do Piauí, para servir de modelo. De repente, já me pediram que organize o mesmo lá no Maranhão. Mais importante ainda: a Senadora Heloísa Helena me solicitou que recebesse em meu gabinete nada mais, nada menos que o Rainha, do Paranapanema, e o seu pessoal. Ele me disse: "Senador, nós queremos saber..." Eu lhe perguntei como eles estavam vivendo lá. Ele respondeu que estavam num assentamento. Perguntei-lhe de que vivem. Resposta: "Nós temos umas vacas e vendemos o leite a R\$0,38 o litro". Eu disse: "Vocês não vão a lugar nenhum! Se vocês querem entrar, vamos fazer o mesmo projeto nosso. Vamos plantar mamona, vamos plantar feijão, organizadamente. Três hectares para cada um. Não é preciso mais que isso". Fiz as contas e mostrei-lhe que com três hectares uma família pode ganhar mais de mil reais por mês. Já imaginaram o que é isso para um lavrador que não tira nem R\$150,00?

Quando chegamos ao Banco do Nordeste, eles nos disseram que agora havia a questão do zoneamento. O que é isso? Só se pode plantar mamona nas regiões que estiverem acima de trezentos metros. Eu disse: "O Piauí não entra, porque é plano e só tem aquele cerrado, que é elevado. O resto é plano". Já no

Sul do País há terrenos que estão 200, 250, 300 metros acima do nível do mar.

Ontem falei com o Ministro da Agricultura – aproveitei para cumprimentar S. Ex^a –, que, de pronto, perguntou-me de que se tratava. Eu falei do zoneamento feito por não sei quem. Em dois terços do território do Piauí, há pessoas embaladas para produzir semente de mamona.

(Interrupção do som.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço mais tempo, porque fico absolutamente empolgado. Sei que estão me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fique tranquilo, Senador.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Agradeço a oportunidade.

O Ministro atentamente disse que iria tomar providências. Falei ao Ministro que havia ouvido dos técnicos que as sementes de mamona que existem no País foram desenvolvidas pela Embrapa, órgão pelo qual tenho grande respeito e admiração, que tem os melhores pesquisadores do País, com alta capacidade alta científica e técnica. Essa semente foi desenvolvida há alguns anos para regiões que ficam 300 acima do nível do mar e é a única que existe no Brasil. Disseram os técnicos que essa semente não servia para regiões localizadas abaixo de 300 metros.

Não me conformei com isso. Há mais de cinco anos, num hectare ao norte de Teresina, fiz várias experiências com técnicos da Embrapa para plantar mamona. Teresina está 60 metros acima do nível do mar. A recomendação é para 300 metros. Plantamos aquela semente. Fizemos o que os israelenses fazem. Eles dizem que a terra é suporte da planta e produzem trigo na areia, oito toneladas por hectare. Fiquei abismado.

Por que não fazemos a mesma coisa no Brasil? Foi isso que fizemos. Pegamos as sementes da Embrapa que deviam servir somente para terrenos localizados a 300 metros de altitude e plantamos ao nível do mar. Cheguei a plantar em Teresina 1,2 tonelada por hectare. Lá, na minha pequena propriedade, quatro metros acima do nível do mar, na região do Parnaíba, tiramos 1,2 tonelada por hectare.

O importante é que, se eu destinar três hectares para cada família de lavradores, tenho três toneladas de mamona. Com três toneladas de mamona, eu tenho, pelo menos, 1.500 litros de óleo. Esses 1.500 litros de óleo, no mercado nacional, custam R\$3,00 o litro, porque é um óleo nobre. Se eu transformá-lo em biodiesel, também posso vender por R\$3,00, porque a Petrobrás autorizou colocar 2%, que é muito pouco. Se

eu vender a R\$3,00 o biodiesel do lavrador para misturar ao óleo da Petrobras, o aumento será pequeno. É melhor que a Petrobras dê algo para as bombas dos lavradores. Aí é onde quero chegar: uma associação dessa deve ter a sua própria miniusina, naturalmente com uma administração correta.

Falamos do assunto ao pessoal de Paranapanema. Eles concordaram plenamente, porque eles não estão organizados para fazer isso. Três mil lavradores com a miniusina e com o dinheiro do Pronaf podem processar 20 toneladas/dia de mamona e bater o feijão.

Há algo ainda importante no porquê de querermos a mamona. Meus caros Srs. Senadores Pedro Simon e Mão Santa e Sr. Presidente, há tempos, venho pesquisando o que fazer com o pé de mamona quando acabar a colheita. Fui procurar pelo Brasil e vi que existe já uma tecnologia em que se pega a celulose – a linina, a celulose etc – e a transforma em adubo orgânico.

Srs. Senadores, isso é uma revolução. O Brasil não tem adubo orgânico. O Brasil usa 100% NPK importado. Se se tratar o pé da mamona com bactéria, como já fizemos em experiências – um dia desse, trago o adubo do pé da mamona para mostrar –, têm-se, num hectare, seis toneladas, no mínimo, de matéria seca. Em três hectares, têm-se 18 toneladas. É um a um: 18 toneladas do pé de mamona seco dão 18 toneladas de adubo orgânico, usando uma bactéria, que deve ter uma patente, cujos *royalties* são cedidos mediante pagamento – isso é normal. É importante: se eu pago R\$50,00 de *royalties* por uma tonelada de adubo orgânico e se eu tenho, num hectare, seis toneladas, em três hectares, tenho 18 toneladas. Desses 18, tiro três, boto uma tonelada de adubo orgânico naquela terra sáfara e tenho 15 toneladas de adubo orgânico para vender a R\$300,00 – R\$4.500,00. Se somarmos esse valor com mais R\$4.000,00 do óleo, teremos R\$8.500,00. Vejam qual seria a renda do lavrador!

Se tenho três toneladas de feijão, coloco-as na bolsa do agronegócio. Se o feijão dá um pique de R\$2,00 e se tenho três toneladas, vou a R\$6.000,00. Se somarmos com os R\$8.000,00, teremos, Senador Simon, a renda de um lavrador produzindo mamona, feijão e adubo orgânico a partir do pé de mamona.

Espero que o Sr. Ministro da Agricultura, com a competência que tem, mande rever e autorize, porque somente há um inverno. Para o Nordeste é assim: chove uma vez, em janeiro. Se se perder essa chuva, somente no outro ano. Como estão todos embalados para plantar mamona e feijão da maneira como falamos e querem a sua “usininha”, espero que o Sr. Ministro, até segunda-feira, libere o Banco do Nordeste para emprestar o dinheiro do Pronaf aos lavradores

que querem plantar mamona e feijão de acordo com esse novo modelo, que pode vir a ser a salvação do homem do campo brasileiro.

No nosso Estado, Senador Mão Santa, são 200 mil famílias no campo ainda. Se tivermos um projeto dessa natureza, com essas 200 mil famílias produzindo biodiesel e feijão, o Piauí vai sair daquela posição e esse dinheiro vai circular.

Ontem, eu tive a felicidade de me comunicar com o Rio Grande do Sul, Estado do nobre Senador Pedro Simon, e de falar com um pesquisador da Embrapa. Está ali o Ministro Miguel Rossetto usando o óleo de canola, o óleo de girassol e o óleo de soja, que está a um preço muito baixo, e fará biodiesel. S. Ex^a está organizando isso tudo. Eu aproveitei para perguntar ao pesquisador da Embrapa, em Pelotas, qual é a altitude de Pelotas. Pelotas está praticamente ao nível do mar, não é isso? Está ali ao lado do rio, quer dizer, ao nível do mar. “E a mamona, meu caro pesquisador? Quanto dá?” Ele disse: “Aqui nós estamos tirando quase duas toneladas”. Eu digo: ao nível do mar. Então, essa história do zoneamento está toda errada, por isso eu quero crer que o Ministro vai corrigi-la.

Fico feliz, nesta manhã – estamos chegando ao meio-dia –, e quero parabenizar não só os dois Senadores, mas cumprimentar nosso Presidente, o Senador Alvaro Dias, e dizer que foi uma manhã em que tivemos oportunidade de falar sobre um assunto que interessa ao País. Muito obrigado e até a próxima vez.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por 15 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiras que nos assistem pelo sistema de comunicação, Senador Pedro Simon, Cícero, grande orador e Senador, disse: “Nunca fale depois de um grande orador”, e vou falar depois desses extraordinários oradores e talvez os maiores homens públicos do País: Alberto Silva, do meu Piauí, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. No entanto, aqui estou com tranquilidade, porque me considero discípulo dos dois. Isso é uma bênção à nossa geração, Senador Alvaro Dias, que faz política. Não precisamos buscar exemplos na História ou em outros países, os melhores exemplos na política estão aqui: o Senador Alberto

Silva, político, engenheiro, empreendedor, realizador, um “toca-obra”; e o Senador Pedro Simon, virtuoso, símbolo das virtudes.

Hoje é o dia do funcionário público. Funcionário público, aquele que serve ao povo. E feliz desta Casa, o Senado Federal, que para saudar a todos os funcionários públicos, dos quais orgulhosamente sou um deles, fui um deles, como médico da Previdência Social, não precisa buscar, saudar e homenagear todos. Aqui está Raimundo Carreiro Silva – que está ali trabalhando, nem está ouvindo –, Secretário-Geral da Mesa, executivo desta Casa. E como funciona bem o Senado! Como funciona bem, pela dedicação, pela competência e pelas virtudes de Raimundo Carreiro Silva. Qualquer um de nós, em qualquer momento, tem condições de presidir o Senado, mas tem condições porque o “Cirineu” da Presidência é o funcionário público Raimundo Carreiro Silva, essa é a razão. Portanto, esta é a homenagem que o Senado presta a todos os servidores públicos, na pessoa do virtuoso e eficiente Secretário-Geral da Mesa, que há mais de 30 anos serve a esta Casa – tempo quase igual ao de Rui Barbosa. Muito se deve a ele.

Falou-se muito aqui hoje. Senador Pedro Simon, quis Deus que V. Ex^a estivesse aqui. Ninguém viveu mais o PMDB do que Ulysses Guimarães. V. Ex^a é a cara, é a história, V. Ex^a é tudo no PMDB. Eu sempre me aprestei aqui como liderado de V. Ex^a. Ninguém mais conviveu com Ulysses Guimarães do que V. Ex^a, com Teotônio Vilela, com Tancredo Neves, com Juscelino Kubitschek – cassado aqui. Senador Pedro Simon, Ulysses Guimarães – encantado no fundo do mar – dizia: “Ouça a voz rouca das ruas”, querendo dizer que quem está na rua é o povo. E o povo é que é superior; o povo é quem decide; o povo é que é soberano; o povo é quem paga a conta, advertindo-nos de que nós não somos poder, Senador Alvaro Dias. Nós somos instrumentos da democracia. O poder é o povo – é ele quem paga.

Mas, Senador Pedro Simon, Ulysses Guimarães disse: “A corrupção é o cupim da democracia”. É, Senador Alvaro Dias, a democracia nunca teve tanto cupim, em todos os três instrumentos. Todos os três. Atentai bem! Todos os três: o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Não é o Legislativo o pior. Apenas somos mais transparentes, mais verdadeiros, prontos ao debate. O Executivo aí está, e como tem cupim! Ele apenas se blinda com o poder do dinheiro, da mídia. A blindagem foi tão grande que o cupim deu, e o próprio sistema que o protege o está arruinando pelo cupim. Foram os sistemas publicitários os maiores participantes dessa corrupção. Nós aqui estamos enfrentando o Judiciário, página mais vergonhosa da história do Bra-

sil, mostrando o desentendimento, a ignorância. Que os Poderes, livres, independentes e harmônicos, se respeitem. Mas vem de lá, desrespeitosamente, uma decisão. Pega-se um fraco Presidente da Câmara e um fraco Presidente do Poder Executivo e exige-se um salário de R\$ 27 mil, já para o ano, amarrado para o ano, enquanto nossas professorinhas recebem salários mínimos. Todos nós sabemos que, em qualquer país organizado, a diferença do menor para o maior salário é de dez vezes. O Judiciário pegou um Presidente da Câmara fraco e um Presidente da República mais fraco ainda, e nós nos curvamos. Nessa doença, nesse cupim, estamos todos nós.

Mas sou otimista, Senador Leomar Quintanilha. O diagnóstico está feito – eu sou médico – e esta é a verdade: não se trata de uma doença de urgência, Senadores Pedro Simon e Alvaro Dias, em que se retira um apêndice, uma hérnia e resolve-se, fica-se bom. Não! É uma doença crônica, porque o cupim está aí há muito tempo.

Se Ulysses dizia isso é porque já existia cupim. Ele disse que o grande mal da democracia, o cupim, era a corrupção. Ulysses Guimarães se foi; Tancredo Neves se foi; Teotônio Vilela se foi; não cuidaram dos cupins e aí ele está. Mas o País fez o diagnóstico. Todos os três Poderes. A juventude, pura, cheia de virtudes e esperança, fez o diagnóstico. E nós vamos melhorar, pois vamos acabar com esses cupins, que agora são muitos.

Senador Alvaro Dias, cada um faz uma reflexão de acordo com a sua profissão. Eu, como médico, digo que isso é uma doença crônica. E sua cura não vai ser já, já, não, de hoje para amanhã, como estão dizendo. Não, não é urgência, Senador Alberto Silva. É uma doença crônica, como a lepra, como a tuberculose, como a osteomielite crônica, infecção no osso, que tem que abrir, lavar com soro, com antibiótico. Leva meses, anos. Mas começou, existe a cura. E creio, sobretudo, Senador Alberto Silva, em Deus, que disse que depois da tempestade vem a bonança. É esse o otimismo que nos traz aqui. E começamos.

Senador Alberto Silva, talvez esteja estranhando. Este é o segundo pronunciamento que faço nesta tribuna deste lado. Do outro lado, fiz centenas defendendo o povo, os fracos; sempre daquele lado. Sabe por quê? É o destino.

Muito jovem, governava o Piauí Dirceu Arcoverde, que foi Secretário de Saúde de V. Ex^a, Senador Alberto Silva. Eu era delegado, Senador Leomar Quintanilha. Muito jovem, eu me lembro que votei. Eu era delegado, mandaram, era Figueiredo para Presidente contra o nosso mineiro, banqueiro, Magalhães Pinto.

Houve um coquetel no Salão Negro, Senador Alberto Silva, em que tinha uísque. Eu estava tomando uns uísques lá e, de repente, saiu o nosso Governador, Dirceu. Ele estava lá querendo uísque. Ele saiu, silenciosamente, Senador Alberto Silva, e entrou aqui no plenário. Olhai o que é o destino! Naquela minha observação, pensei: "Que estranho o nosso Governador". Mas eu não podia deixá-lo só. Eu o acompanhei, e essa foi a primeira vez que eu entrei aqui, neste plenário. Senador Alberto Silva, não havia ninguém aqui, apenas a mesma beleza, o azul iluminado, talvez mais nova a Casa – essa é a impressão. Eu com meu copo de uísque balançando. Poderíamos estar lá, mas ele entrou no plenário, silenciosamente, parou, olhou para cima, subiu àquela tribuna e ficou a meditar. E eu a refletir: ora, nós devíamos estar era lá no coquetel. E volta, pára nesse meio, do meu lado, olha para aquela iluminação, que eu revejo, do mesmo jeito, uma frase de Juscelino que está ali, sobre o que seria Brasília, e ele vira e diz para mim: "Mão Santa, esse Juscelino era um louco". Quer dizer, ele já sonhava vir para cá. E eu fiquei com aquela imagem sempre.

Mas hoje eu estou aqui sabem por quê? Porque eu tenho uma consultora fabulosa. E corrupção é um negócio sério. E piorou. O Brasil é uma vergonha, é uma vergonha. Está aqui, na revista *on line IstoÉ Dinheiro*: Aumentou.

Alberto Silva, hoje se mede tudo. Eu sou médico, sei que medimos a pressão, o pulso, a temperatura. Mas se mede tudo hoje, até a corrupção. Tem campeonato. E está aqui: é o último.

Então, eu conversava com Heloísa Helena, que é moderna, e ela pegou o computador. E eu disse a ela: Heloísa Helena, você sabe tudo, conhece o Padre Antonio Vieira. Alberto Silva, V. Ex^a está novo ainda, tem que vir representar o Piauí.

O Padre Antonio Vieira viveu noventa anos, 52 dos quais no Brasil. E eu digo: Heloísa Helena, e aquele "Sermão do Bom Ladrão", do Padre Antonio Vieira? Ele tem uns vinte livros de sermões. Os sermões e as cartas, muito bonitas. E Heloísa Helena pegou e colou aqui. "Está aqui, Mão Santa".

E eu começaria com isso. O grande mal deste País é aquilo para o que Ulysses nos advertiu: "A corrupção é o cupim da República". Ulysses falou, e advertiu sobre os cupins, e só Pedro Simon ouviu, entre aqueles companheiros.

A corrupção é o cupim da democracia, e os cupins aumentaram lá no Executivo, aqui no Judiciário. Mas diz aqui o "Sermão do Bom Ladrão", que eu resumiria só no que diz o grande Salomão – Alberto, somos do tempo em que se estudava latim. Diz Salomão: "**Non grandis est culpa, cum quis furatus fuerit: furatur enim ut esurientem impleat animam**". E Padre Vieira dá a tradução:

O ladrão que fura para comer não vai, nem leva ao inferno; os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões, de maior calibre e de mais alta esfera, os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento, distingue muito bem S. Basílio Magno:

"Non est intelligendum fures esse solum bursarum incisores, vel latrocinantes in balneis; sed et qui duces legionum statuti, vel qui commisso sibi regimine civitatum, aut gentium, hoc quidem furtim tollunt, hoc vero vi et publice exigunt" Não são só ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa: os ladrões que mais própria e dignamente merecem esse título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos.

Atente bem, Senador Pedro Simon, que o próprio Cristo disse ao bom ladrão, que era Dimas: "Hoje mesmo estarás comigo no Paraíso". E ele não ia restituir nada, porque ele não tinha nada. Mas esses vigaristas que estão aí, esses ladrões condenados... Acho que o Senador Pedro Simon já leu mais a Bíblia do que a Constituição do Brasil. Tem lá uma história de Zaqueu, não tem? Era um comerciante mais como esses traquininhos que estão aí, e Cristo disse que ele tinha que restituir quatro vezes o que roubou, porque era um ladrão grande. Então, essa é a condição do que penso.

Resumindo: o que temos a ver com isso? Pela vergonha, Senador Alberto Silva. E, quando se vê um homem como Alberto Silva, que em 1948 ingressou na política, atentai bem, Lula! Atentai bem, Lula! Em 1948, na política. Foi tudo: Prefeito, Conselheiro, Governador, Senador.

Senador Pedro Simon, que está muito cansado de lutar, trabalhar e defender: quando vejo Getúlio Vargas, por que ele é respeitado? São quinze anos de Presidência da República. Quinze anos! Saiu por um fenômeno internacional: a 2^a Guerra Mundial. O Brasil compartilhou da vitória e queria uma democracia. Ele foi para São Borja – terra de Pedro Simon –, a fazenda dele era um paraíso, não tinha energia elétrica. Senador Alberto Silva, Getúlio Vargas não tinha uma geladeira a querosene. Alberto Silva, meu avô Josias Benedito Moraes, lá no Piauí, tinha três geladeiras dessas, a querosene. Senador Leomar Quintanilha, eu era criança, ele mandava eu me abaixar para acender uma chama, e não sei como aquilo se transformava e congelava alimentos. Senador Alberto Silva, V. Ex^a, que é engenheiro, deve entender. Mas lá, no Piauí, meu avô tinha três – só digo isso: uma na casa da

praia, uma na casa dele de residência e outra na firma. Getúlio não tinha uma geladeira, 15 anos. E esse PT, em poucos dias, quantos ladrões, quantos picaretas, quantos vigaristas. São os ladrões que estão por aí, que o Padre Antônio Vieira dizia: tem que pagar é por quatro vezes. Essa é a verdade.

As minhas palavras, Alberto Silva, são atuais, porque "saiu mais uma daquelas pesquisas capazes de fazer corar de vergonha até o mais desatento dos cidadãos. O Brasil, esse País leve e fagueiro, encontra-se naquela condição de corrupção endêmica, estagnada, impregnada e com absoluta ausência de medidas eficazes para combatê-la".

Quem registra isso é o relatório da ONG Transparência Internacional. Atentai bem, Delcídio Amaral, essa estrela que o PT ainda tem de perspectivas invejáveis na política do nosso Brasil!

O Brasil caiu no ranking dos menos corruptos, da 59^a para a 62^a colocação. Quer dizer, neste Governo, neste momento, os cupins da corrupção aumentaram, Leomar Quintanilha!

Em outras palavras: por aqui, a corrupção segue sua balada. Vale a ressalva: é a percepção de corrupção que está em análise, até pela ausência de mecanismos concretos para aferi-la. Não é apenas uma posição vexatória pelo que guarda de distância dos menos corruptos. É também surpreendente por significar [está lá no relatório] que o País carrega uma imagem de ser mais corrupto do que qualquer outro do continente africano, por exemplo, onde todos estão melhores ranqueados do que esse gigante adormecido.

O Chile, país da nossa região, é o 20º. Nós estamos no 62º lugar. Senador Alberto Silva, é de 41 posições a diferença entre o Chile e o Brasil. Por que isso ocorre? Porque temos mensalões, *land rovers*, caixa dois, é uma política que teima em mostrar a faceta da cultura nacional. Estas são as palavras: o Brasil piorou, mas está feito o diagnóstico.

Neste instante, presto uma homenagem à TV Brasília. Quanto a essas coisas, não vamos ser pessimistas. Ontem vi uma reportagem do Senador Paulo Octávio, misto de repórter, empresário e político, entrevistando Roriz. Senador Alberto Silva, Franklin Delano Roosevelt governou os Estados Unidos por quatro vezes. Ele era rico e forte. Roriz governa Brasília pela quarta vez. Daí essa cidade ser encantadora. O Senador Paulo Octávio mostrava isso. Quanto aprendizado tive com aquela reportagem! Senador Leomar Quintanilha, ele disse que um dos fatos mais relevantes de sua vida foi sua convivência com Juscelino Kubitschek na sua mocidade. Um dos momentos mais importantes foi quando ele visitava Juscelino na sua fazenda com uns amigos, e Juscelino, de pés descalços, na

sua simplicidade, dava satisfação do cumprimento da sua missão. Era o Juscelino, de pés descalços, recebendo os amigos. Não foi em vão a luta, o sacrifício de Juscelino, aqui cassado. O exemplo dele é que está a nortear Governadores como Roriz.

Com esse quadro que trouxe de pessimismo, mas que é real. Sou médico, Senador Alberto Silva, para onde – e aprendi de V. Ex^a – leva-se a nossa profissão. Vi V. Ex^a, orgulhosamente, assumir: sou um engenheiro político. Eu assumo: sou um médico político. O País está doente. A doença é a corrupção, é crônica. Já fizemos o diagnóstico. Vamos para o tratamento. Mas sou otimista, porque não precisamos, Senador Leomar Quintanilha, buscar exemplos em outras regiões, como Roriz buscou e Juscelino está aí. Exemplos de homens que estão aqui: o engenheiro político Alberto Silva e o virtuoso Pedro Simon. Estas são as nossas palavras de advertências ao Presidente da República: buscai o aconselhamento de homens de experiência, como o Senador Alberto Silva.

Presidente, V. Ex^a parece que fez 60 anos de vida. Busque a inteligência desses homens que têm 60 anos de virtudes na política do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, um pequeno aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dou um aparte ao Senador Paulo Octávio.

O Sr. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – É porque acaba de chegar às minhas mãos, por via do Gabinete do Senador Mão Santa, uma publicação do Supremo Tribunal Federal, uma liminar, determinando a volta do Senador João Capiberibe ao Senado Federal, que diz:

O Ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu uma liminar determinando o retorno ao cargo do ex-Senador João Capiberibe (PSB – AP), que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em abril do ano passado por acusação de compra de votos. Capiberibe foi afastado do cargo por ato do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, na terça-feira. No dia seguinte, o Senador Gilvam Borges (PMDB – AP) tomou posse no lugar de Capiberibe.

Fiz a interrupção do seu pronunciamento, Senador Mão Santa, porque foi a sua assessoria que fez chegar às minhas mãos essa publicação. Então, quero registrar...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas e bem melhor que eu.

Quero dizer para o Brasil, para os que acreditam em Deus: o espírito de Salomão baixou em Marco Aurélio.

Eu sofri isso. E Evandro Lins e Silva fez! Atentai bem, Senador Alberto Silva: Evandro Lins e Silva, esse é o maior título que eu tenho. Senador Pedro Simon, em caso semelhante, esses agiotas do Direito vieram me cobrar R\$ 60 mil. Eu disse que não tinha. Eu sou filho de terceira franciscana. Evandro Lins e Silva fez e iria, esperando no STF, mas esses mesmos que condenaram... Nunca chegou o meu direito. Evandro Lins e Silva nunca pôde me defender. Ele está no céu, mas o povo do Piauí, o povo, que é soberano, fez a justiça. Então, atentai bem! Atentai bem, Senador Alberto Silva!

Senador Pedro Simon, eu me lembro daquela passagem em que Frederico II da Prússia se aproximou de uma fazenda, Senador Alvaro Dias, e quis comprar um moinho. O fazendeiro disse que não podia vender, pois aquele moinho era conservado com carinho porque tinha sido dos seus avós e do seu pai. Então, Frederico da Prússia disse: você sabe com quem está falando? Eu sou o Rei Frederico da Prússia. O homem do campo, fazendeiro, disse: Majestade, ainda há juízes em Berlim.

Então esta é a palavra do povo do Brasil: ainda há justiça no Brasil por intermédio do Ministro Marco Aurélio, a encarnação de Salomão neste País.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Paulo Octávio pede a palavra pela ordem?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Fiz o pronunciamento em relação a esse afastamento do Senador João Capiberibe e realmente considero que é importante comunicar ao Senado Federal a decisão do Ministro Marco Aurélio de Mello, que diz:

As discussões travadas no Senado Federal revelam o afastamento do impetrante (Capiberibe) sem que observados os ditames constitucionais, sem que observada a Lei Fundamental da República, que a todos, indistintamente, submete, considerado o devido processo legal.

Assim, o Ministro deferiu a liminar para suspender o ato do Presidente do Senado Renan Calheiros. “Com isso” – segundo o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mendes de Farias Mello – “restabeleço a situação jurídica anterior, viabilizando ao impetrante, ainda na qualidade de Senador da

República, o exercício do direito de defesa”, conforme afirma Marco Aurélio em sua decisão.

É importante comunicar a todos os Senadores, tendo em vista que esse foi o debate travado aqui esta semana, por isso é importante deixar esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Já me manifestarei, nobre Senador Paulo Octávio.

Senador Pedro Simon, pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Situação estranha, Sr. Presidente! Ficou todo o Senado, toda a Câmara e o Supremo de um lado, e o Presidente Renan, do outro. Que situação mais fantástica é essa? Que nem essa eu nunca tinha visto! Tivemos uma sessão aqui inédita, a unanimidade dizendo que S. Ex^a tinha amplo direito de defesa, que estava na Constituição. Está ali na Constituição! A unanimidade dos Líderes, dos Senadores, pedindo: “Remeta-se à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e se dê a S. Ex^a ampla oportunidade de defesa”. Vide o exemplo da Câmara dos Deputados: a mulher dele, também cassada, recebeu a decisão e lhe foi dada ampla oportunidade de defesa, continuando Deputada. Líderes de todos os Partidos – do PT, do PMDB, do PSDB, do PFL, de todos os Partidos –: “Ouça-se a Câmara!” V. Ex^a, no exercício da Presidência, como Presidente, despechando, pedindo, tomou a decisão, amplo direito de defesa, e enviou para o Presidente para e S. Ex^a falar. E S. Ex^a chega aqui, há um requerimento na sua frente pedindo: ouça-se a Comissão de Constituição e Justiça. Eu fui meio agredido por S. Ex^a, que me acusando de demagogia ou coisa que o valha, porque eu dizia: ouça a Comissão, ouça a Comissão, Sr. Presidente. Eu disse isso dez vezes. S. Ex^a usou a Presidência de maneira indevida dizendo: “Eu, se for o caso de defender, sei defender melhor do que V. Ex^a, com mais argumentos do que V. Ex^a, com mais autoridade. Eu até concordo que sim. Eu acho que o Senador Renan tem muito mais competência do que eu. Eu sou um pobre ‘senadorzinho’ que nasci no PMDB, não saí do PMDB, não sei nem olhar para os lados. O Senador Renan brilha onde está, brilhou no PC do B, brilhou com o Collor, como Líder do Collor, brilhou no Governo do Fernando Henrique como Ministro, está brilhando agora com o PT, como Presidente do Senado indicado pelo PT. S. Ex^a é brilhante, mas também erra! É o segundo erro que S. Ex^a fez. É a segunda vez que o Supremo se insurge. Aquela CPI que nós pedimos para criar, a CPI dos Bingos. Se tivesse sido criada a CPI dos Bingos, não teria acontecido nada disso que está acontecendo, porque foi a primeira vez. No caso do Waldomiro, pegava o chefe de gabinete do Chefe

da Casa Civil, pegava o segundo homem da Casa Civil. Se fosse feita aquela CPI há um ano e meio atrás, antes dessas outras, essas não teriam acontecido. Pois bem, o Dr. Renan junto com os outros Líderes baixaram uma nota dizendo: "Não tem CPI quando os Líderes não aceitarem".

Está na Constituição que um terço da Casa tem o direito de constituir uma CPI. É o direito da Minoria, e tinha um terço. O Presidente José Sarney mandou que os Líderes fizessem a indicação. Eles se reuniram e deram uma nota: "Não sai CPI quando nós não quisermos". E o Supremo Tribunal, por 9 a 1, mandou criar a CPI que, por coincidência, nobre Presidente e Senador, a sua Comissão só foi criada porque essa decisão do Supremo – de 9 a 1 – foi tomada dois dias antes de criar a sua porque a sua ia ser rejeitada. Os Líderes iam se reunir, novamente, para dizer: "Não tem CPI". E, aí, veio o Supremo e, por 9 a 1, disse: "Tem CPI".

Agora vem uma decisão dessa. Cá entre nós, ela é humilhante para o Senado. Ela humilha o Senado, quer dizer, de repente, vem o Supremo Tribunal e pergunta a nós, Senadores: "O que vocês fizeram? Vocês não deram o amplo direito de defesa? Vivemos na época do AI-5 em que o cassado não pode nem fazer o discurso de defesa?" Se a Constituição diz que "tem amplo direito de defesa", tem amplo direito de defesa. No que consiste, eu nem sei. Para a figura do Senador que já foi cassado no Supremo o que é amplo direito de defesa? Não sei. Manda para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá, eles vão se reunir, vão discutir, vão analisar, vão debater. Mas o que diz o Dr. Renan, na sua genialidade, que não admite controvérsia? "Ordem do Supremo se cumpre; não se discute. Eu estou cumprindo. Não tem o que discutir. Eu estou cumprindo". E está, aí, cumpriu e levou um "chapuletaço" desse, mas o "chapuletaço" não é só nele; é em toda a Casa. Quem errou foi ele, sozinho – eu digo sozinho, porque a Mesa não estava com ele, os Líderes não estavam com ele, a Casa não estava com ele. Ele errou sozinho. Eu não me lembro de, em um caso como esse, alguém errar sozinho, nem com tanta empáfia como ele. Estava na Mesa, tinha um requerimento pedindo para ir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tinha uma decisão de V. Ex^a, e ele, no meio disso, não deu bola para ninguém. Não reuniu a Mesa, não mandou à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, não ouviu o Plenário e comunicou: "V. Ex^a está cassado". A resposta está aqui.

Eu levo o meu abraço ao Presidente do Senado e levo a solidariedade da Casa a S. Ex^a. Essas coisas acontecem com cada um. Aconteceu com ele. Essas

coisas fazem bem, porque, às vezes, precisamos passar por essas situações para aprender. Eu, pelo menos, na minha vida, aprendo muito mais quando perco do que quando ganho. Tenho aprendido muito mais quando faço bobagem e me chamam a atenção, mostrando-me que errei, do que há vaidade, quando todo mundo bate palmas para nós. Acho que é um gesto, mas temos de manifestar nossa solidariedade a S. Ex^a. Entenda ele que isso acontece, mas ele tem o Senado a seu lado, dando-lhe apoio e estímulo. Vamos refazer, vamos dar amplo direito ao Senador Capiberibe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco – PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Paulo Octávio, pela ordem.

O SR. PAULO OCTÁVIO PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, depois do pronunciamento do Senador Pedro Simon, fazer a defesa do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros.

Muitas vezes, um homem que dirige uma instituição importante, como o Senado, tem de tomar decisões. E a decisão que ele tomou foi baseada na decisão do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. Ele acatou a decisão da Justiça. Então, foi uma decisão. Certamente agora vai acatar, também, a nova decisão do Ministro Marco Aurélio. Quero dizer que, como membro da Mesa, trago uma palavra de respeito, de solidariedade ao Presidente Renan Calheiros, pessoa que muito estimo, pessoa que muito aprecio, pessoa que tem dirigido esta Casa com muita dedicação, é um Senador de uma longa atuação política, um Senador atuante, importante e, logicamente, quero aqui deixar registrado o meu apoio às decisões que acertadamente o Senador Renan Calheiro tomou e certamente tomará no futuro. Precisamos dar a ele solidariedade, apoio, porque, realmente, são decisões difíceis, porque se trata de decisões inerentes a Senadores. A decisão relativa ao Senador João Capiberibe é uma muito difícil. Imaginem a tristeza do Senador Renan Calheiros ao ter tomado a decisão que tomou durante esta semana. Mas, certamente, agora, com a decisão do Ministro Marco Aurélio, dará amplo direito de defesa ao Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. A Mesa responde às manifestações nos seguintes termos: somente quando chegar a informação oficial do Supremo Tribunal Federal, a Presidência se manifestará sobre a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, eminentes Srs. Senadores, apesar da candidez das expressões do eminente Senador Mão Santa, desta tribuna, quando repudia, com justa veemência, essa doença endêmica que toma conta do nosso querido Brasil, que contamina todo o tecido social, essa corrupção que agride a todos, que cria uma indignação em todo o povo brasileiro, notamos que esta Casa e a Câmara dos Deputados têm procurado dar a sua contribuição nesse verdadeiro desafio, que é de toda a sociedade, de combate à corrupção.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, uma delas presidida pelo eminente Senador Delcídio Amaral, têm procurado honrar o povo brasileiro, cumprir suas obrigações e promover as investigações a fundo, contribuindo com outras instituições, como o Ministério Público e a Polícia Federal, que também têm colaborado, de forma inestimável, para a identificação e a busca dos responsáveis e a sua cabal e definitiva punição.

É verdade que, entre as ações de uma CPMI e outra – há várias funcionando simultaneamente –, ainda nos resta algum tempo para discutir questões outras também de relevo e de interesse da Nação brasileira. Lamentavelmente, ausentou-se do plenário o Senador Pedro Simon, porque pretendo abordar um tema recorrente que com ele já tive oportunidade de discutir. E dele ouvir a opinião sábia, experiente, a respeito do assunto.

Pretendo retornar a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição que prevê a coincidência de eleições, entre outros aspectos. Prevê, também, a supressão da reeleição subsequente. Sobre principalmente a questão da coincidência das eleições, um dos argumentos utilizados para rebatê-la é o de que a dificuldade, a complexidade de uma eleição geral, que variaria de vereador a presidente da república, passando por prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador, traria um grau de complexidade e de dificuldade tamanhas que a população, na sua maioria, não teria como expressar o seu sentimento, manifestar a sua opinião e o seu desejo a respeito da escolha dos seus representantes.

Mas, em contraponto, e ouvindo líderes políticos do meu Estado, prefeitos, vereadores, ouvindo segmentos da sociedade civil organizada, há um apelo muito forte para a coincidência das eleições, porque o aspecto negativo de eleição a cada dois anos traz efetivo prejuízo para o País, para os Estados e para os Municípios. Aliás, há, como está acontecendo agora no meu Estado e no próprio Brasil, uma antecipação enorme, se avaliarmos a temporalidade da questão eleitoral.

As eleições ocorrerão somente a 1º de outubro do ano que vem, mas no Brasil hoje já se questiona essa eleição. Aliás, é tão candente que influencia muitos discursos nesta Casa, posicionamentos tomados nas CPMIs e ações diversas de outros setores País afora. Lá no meu Estado, particularmente, há uma disputa intensa pelas eleições do ano que vem, que acaba prejudicando o dia-a-dia do exercício das funções nobres e importantes de cada um dos representantes do povo nas suas esferas de ação: é o vereador, é o burocrático, é o funcionário público, é o próprio governador.

Enfim, quando dispõe de parte do seu tempo e de parte das ações do organismo que dirige, para o proselitismo político, para a discussão de temas relacionados às eleições, para a tomada de posição, mesmo antecipada, mas já se referindo às eleições, efetivamente traz um certo constrangimento e um certo prejuízo para os Municípios, para o Estado e para o País.

Entendo que a coincidência de eleições já encontra receptividade por parte da população. Não há essa dificuldade alegada de que o eleitor não superaria a complexidade e o número elevado de candidatos. É claro que as várias propostas à reforma eleitoral apresentadas nesta Casa e na Câmara dos Deputados, algumas já votadas aqui, buscam aprimorar, facilitar esse processo. A redução do prazo de eleição, que é uma das propostas, seguramente contribuiria de forma decisiva para melhorar esse processo.

Ainda há pouco, o Senador Pedro Simon comentava que nos Estados Unidos o tempo de discussão de eleição passa pouco de vinte dias, não comprometendo as ações do Executivo ou de outros setores em processo administrativo naquele país. Mas há uma diferença brutal entre a realidade americana e a brasileira, não só pelo padrão de vida, pela carga de conhecimento que a grande maioria da população americana tem em relação ao que temos: ainda marchamos com uma dificuldade muito grande em oferecer, de forma democrática e universal, à população brasileira a carga de conhecimento e informação que permita ao cidadão ser efetivamente autônomo; independente no seu pensamento e nas suas ações, interpretar com facilidade as causas que lhe são propostas para poder realmente decidir o que é bom, o que é ruim, o que lhe interessa, o que não lhe interessa.

Entendo que as informações hoje já são suficientes. A modernização do processo eleitoral no País também já é de domínio público. As pessoas já têm facilidade com esse equipamento novo, com as máquinas eletrônicas, de expressar seu voto, seu sentimento.

Por isso, estou ouvindo e colhendo a manifestação de diversos segmentos sociais, do meu Estado particularmente, para que a proposta que trago de

volta a esta Casa tenha tido já uma manifestação de uma parcela expressiva daquela comunidade, do meu querido Estado do Tocantins, e posso eu estar aqui legitimando meu mandato, dando afirmação àquilo que pensa, como pensa, como sente e como quer o povo do meu Estado. Lá no meu Estado, pelo que tenho ouvido, pelo que tenho sentido, pelo que tenho observado, a grande maioria da população entende que a coincidência das eleições é mais um mecanismo de aprimoramento do processo eleitoral. Virá facilitar a escolha dos diversos representantes do povo e, seguramente, permitirá aos agentes públicos, notadamente prefeitos e governadores, dedicarem-se mais à tarefa que o povo lhes confiou de desincumbir-se do enfrentamento dos diversos desafios que estão a afligir a grande maioria da população brasileira, da qual o Tocantins não se exime.

É o fantasma do desemprego assombrando a maioria dos lares; é o atendimento às demandas de saúde da população, que precisa da garantia mínima de ter esse atendimento; é a questão da moradia digna. Quantas pessoas ainda moram em casebres de palha, parede e cobertura, numa situação que agride a dignidade humana? Há, sobretudo, a questão da informação, da educação, da carga de conhecimento que pode tornar, principalmente as novas gerações, particularmente no meu Estado, competitivas, não só dentro do território tocantinense, mas também dentro do território nacional.

Esses são os nossos desafios como agentes públicos. Esses são os desafios que temos que enfrentar como representantes do povo.

Estou seguro de que este é um tema candente, é um debate permanente que temos que travar nesta Casa sempre que pudermos ter como bandeira os interesses maiores do povo brasileiro e do nosso querido País.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio e, a seguir, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Presidente, Senador Tião Viana, Sr^s e Srs. Senadores, neste 28 de outubro, como em todos os anos neste plenário, comemora-se o Dia do Servidor Público. Trata-se de uma categoria profissional dedicada à prestação de serviços essenciais à população e ao Estado. Apesar da importância de seu trabalho, vivem em permanente incerteza quanto a seus direitos, que têm sido subtra-

ídos, como os referentes à aposentadoria e quanto à justa reposição, em seus vencimentos, das variações inflacionárias. Isso ocorre porque é sempre muito fácil para os governantes manipular a opinião pública contra os servidores, fazendo uso do mito de que, apesar de regiamente remunerados, são displicentes, preguiçosos, culpados da ineficiência do Estado.

Tivemos, recentemente, exemplo dessa atitude da parte do Governo, quando o Presidente da República vetou o aumento concedido a seus servidores pela Direção desta Casa e pela da Câmara dos Deputados. Consciente do valor da categoria, estive sempre entre os Parlamentares que mais pugnaram pela derrubada do veto neste Congresso Nacional. Quero deixar registrado meu apreço por todos os servidores desta Casa que aqui trabalham dia após dia.

Na verdade, o desprezo pelo servidor público é parte da campanha pelo desmanche do Estado, como se este não tivesse, ainda mais em um País com tantos contrastes sociais, um papel essencial para a redução da desigualdade e das injustiças. Como se, em um País com necessidades prementes de desenvolvimento e superação do atraso, o Estado não fosse necessário para a coordenação das forças produtivas, na implementação da infra-estrutura de transportes, de comunicação e de energia.

Reconhecida a importância do papel do Estado, o reconhecimento, igualmente, do servidor público é uma decorrência imediata. Cabe lembrar também que, desde a promulgação da Constituição de 1988, faz-se necessária a aprovação em concurso público para a admissão ao serviço, fato que vem tornando a Administração Pública cada vez mais profissional e competente. A grande competição que observamos em concursos nos dá, ao mesmo tempo, uma noção do prestígio que a função pública vem ganhando em meio aos jovens, que procuram posição no mercado de trabalho e que se sentem confiantes pela certeza de que somente os mais capacitados são admitidos.

Aqui mesmo, nesta Casa congressual, temos a demonstração da capacidade dos servidores que nos auxiliam em nossa tarefa de legislar para o benefício dos cidadãos e de fiscalizar o Poder Executivo. Sem os técnicos altamente especializados que nos fornecem assessoria, certamente teríamos muitas dificuldades para cumprir plenamente as atribuições de Senadores da República. Se não nos fosse impossível.

Por todo o Brasil, nos Estados e Municípios, a Administração Pública apóia-se mais nos servidores, que pertencem a uma carreira de trabalho e independem das injunções políticas, do que nos governantes, cuja função é transitória, resultante que é da vontade dos eleitores. No entanto, submetidos a condições de

trabalho muitas vezes injustas e mal remunerados, os servidores não podem ser integralmente responsabilizados pela inefficiência do Estado, que resulta, na maior parte das vezes, da má gestão por parte de governantes despreparados ou incompetentes.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com o maior prazer, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – De certa forma constrangido por interromper o brilhante pronunciamento que V. Ex^a faz e o tema que aborda, quase sempre esquecido de ressaltar, de realçar os valores, as qualidades do servidor público. Vi o Senador Mão Santa eleger o nosso Secretário da Mesa como o homenageado, na homenagem que S. Ex^a prestava ao servidor público brasileiro. S. Ex^a fez uma escolha apropriada, porque somos testemunhos da dedicação e da competência do nosso Secretário Raimundo Carreiro. Mas eu gostaria de, com a permissão de V. Ex^a, lembrar de todos os servidores públicos, homenageando um para o qual não se tem dispensado o tratamento adequado que o Brasil inteiro lhe deve: o professor. No País, ao longo da sua história, arrastamos uma dificuldade muito grande na formação das nossas novas gerações. Está muito claro para mim que o professor não é culpado dessa situação; ele é vítima desse sistema. Com um salário aviltado, esperamos do professor dedicação integral, qualificação adequada, reciclagem e, além disso, que o professor seja um estudante permanente, com o intuito de oferecer às novas gerações conhecimento consentâneo com a realidade de hoje. O conhecimento está navegando na velocidade da luz. Se o professor não estiver se preparando de forma adequada, não vai transmitir essas informações e esses conhecimentos aos seus alunos. Professor, no Brasil, precisa – e é com o que eu sonho, e é pelo que tenho trabalhado – ser tratado como profissional de primeira categoria. Para isso, precisa de condições adequadas, de motivação, de ser amado e de ter tempo para se amar. A grande maioria dos professores não é amada e está na profissão pelo amor que tem e pela importância que confere ao seu trabalho. Então, é muito mais por essa devoção e amor do que pelo que recebe. A grande maioria dos nossos professores tem que correr, fazer bico, pegar outros trabalhos para se sustentar e aos seus em sua casa. Por isso, Senador Paulo Octávio, na justa e bonita homenagem que V. Ex^a presta ao servidor público brasileiro, destaco, dentre eles – homenageando todos – o professor brasileiro. Espero um dia ser ele realmente reconhecido como profissional de primeira categoria

e como pessoa indispensável à formação do cidadão e ao desenvolvimento do nosso País.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Leomar Quintanilha, agradeço o seu aparte, o seu pronunciamento, a sua defesa da educação brasileira, do professor brasileiro. Acredito que o País dará um grande salto quando investirmos mais em educação.

Ontem, eu estava lendo alguns dados da economia global e fiquei alarmado ao saber que o Brasil é um dos países com o menor número de pessoas com curso superior. Para se ter uma idéia, a Rússia tem 50% da população com nível superior; o Brasil tem 7%. Então, fica registrado o grande desafio que temos pela frente.

Todos os Países que se desenvolveram muito conseguiram esse desenvolvimento pela educação, que realmente é a mola propulsora do desenvolvimento de um País. Valorizar o professor é fundamental!

Registro, na presença do Senador Delcídio Amaral, que nós recebemos aqui, há algum tempo, uma comissão de professores e alunos do Colégio Galois, aqui de Brasília, para um bate-papo, uma conversa, sobre os problemas que vivemos aqui no Congresso Nacional. E marcamos para esta terça-feira, às 9 horas da manhã, juntamente com o Senador Delcídio Amaral, um debate com os professores e alunos daquele colégio. Quero aproveitar sua homenagem à educação para dizer que é missão nossa também, como Senadores da República, intensificar esse encontro com os profissionais de educação e com os alunos em todos os níveis de nosso País, dando a nossa ajuda, a nossa contribuição.

Há duas semanas, foi feito aqui neste plenário um grande debate sobre a educação, buscando-se priorizar esse setor. Mas individualmente. Certamente cada um de nós pode dar sua contribuição. Então, estou muito feliz de, nesta terça-feira, aqui em Brasília, estar com o Senador Delcídio Amaral nesse encontro no Colégio Galois, que foi provocado pelos alunos: vieram aqui, fizeram 120 manifestações, 120 cartas dirigidas à CPI presidida por S. Ex^a e querem um encontro com os Senadores para, justamente, debater as questões do futuro do Brasil e da educação brasileira. Por isso, já que o Senador Delcídio Amaral está aqui presente, sentado à Mesa, fico feliz de agendarmos esse encontro juntos, para terça-feira, às 9 horas da manhã.

Aproveito para conceder também um aparte a este grande amigo, a este ilustre representante do Piauí, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, primeiro quero cumprimentá-lo. V. Ex^a realmente é um vencedor em tudo o que faz. V. Ex^a é um empresário vitorioso, e entendo que o empresário é um

herói a quem falta uma oportunidade histórica, porque merece mais apoio. V. Ex^a é um político virtuoso, que teve a felicidade de escolher como ícone Juscelino Kubitscheck. Mas ontem me surpreendeu o fato de estar V. Ex^a na televisão que criou como repórter. V. Ex^a está também entre os melhores repórteres deste País. Eu acho que só perde para Ana Paula Padrão por causa da beleza dela. Mas V. Ex^a tem desenvoltura, cultura, interesse. Quero até lhe fazer uma solicitação. V. Ex^a foi de muita felicidade no programa de televisão que talvez seja o mais importante da história do Brasil. Aliás, eu fui entrevistado outrora nesse programa. V. Ex^a buscou o Governador Roriz. E eu quero fazer uma solicitação. Eu não sei se assisti ao programa todo, porque já estava em andamento. Mas eu fiquei maravilhado, primeiro, com a vida daquele extraordinário homem e com o seu comportamento. Para mim, só a Ana Paula Padrão pode competir hoje com V. Ex^a. Eu fiquei preso e fiquei chateado porque não sei se perdi. Então, quero pedir que aquilo seja um documentário levado e repetido, porque é educativo. O Governador Roriz, aquela figura simpática, aquela figura da satisfação, do cumprimento e da missão. Atentai bem! Eu lembrei de Franklin Delano Roosevelt, com aquele sorriso que transformou os Estados Unidos nessa grande potência econômica. Governou os Estados Unidos por quatro vezes, bem como Roriz governou Brasília por quatro vezes. Mas, naquela sua simplicidade – porque isso é educativo –, ele passou à população que só o amor constrói, o amor cristão, familiar, o encantamento que ele tem pela esposa, pela família e pelo irmão. Esse foi o aconselhamento que ele deu à juventude. Eu não sei se V. Ex^a é maior como repórter, como político ou como empresário. Aí é que está. É quase como o mistério da cristandade, que possui três pessoas numa só: Pai, Filho e Espírito Santo. Estão aí as três pessoas numa só: o empresário, o político e o repórter. Mas V. Ex^a foi no lado educativo da inteligência do repórter. V. Ex^a perguntou que aconselhamento ele dava à juventude, se era oportuno ingressar na política. Aí vemos a experiência. Nós sabemos que ele vem de uma família de posses, que o pai é empresário, mas ele disse o seguinte: “Eu gosto de política, mas só deve entrar nela quem quer fazer o bem, quem tem satisfação em construir, em ver a construção. Para quem quiser se beneficiar, atender a interesses pessoais, a política não é o lugar”. Então, só se realizam as coisas se estiver Deus ao seu lado. O que eu tenho feito é por Deus e com Deus. E V. Ex^a, na sua competência, anteviu que ele poderia ser o próximo Presidente da República, e eu acho que seria uma felicidade. E ele, naquela humildade que une os homens – o orgulho divide os homens –, disse que não, porque há candidatos extra-

ordinários do partido, mas dava as idéias dele: baixar os juros com coragem para dar empregos. Ninguém tem mais programas sociais do que ele, mas só não os realiza porque não há possibilidade de emprego para todos. Ele disse que o trabalho é a saída e que faria um governo itinerante. Atentai bem! Senador Leomar Quintanilha – que deverá ser Governador do Tocantins não sei quando; o povo e Deus que sabem –, quero lhe dizer que ele deu uma aula de administração até simples: ir ao povo, saber o que ele quer e priorizar isso. Foi o que ele fez em Brasília. Ele diz que é preciso fazer essa obra, e não a dos técnicos, porque o povo é soberano. Quando eu governei o Piauí, Senador Leomar Quintanilha, eu disse: o povo é o poder. Receba as minhas congratulações. Como o Padre Antonio Vieira disse, o bem nunca vem só. V. Ex^a saúda hoje o servidor público, e me antecedeu, com a sua inspiração e a sua inteligência, o Leomar, que buscou a classe mais necessária e a mais massacrada. E quis Deus estarem à Mesa os dois melhores homens do PT. Então, que os dois saiam daqui agora e vão à Presidência da República para pedir que atendam os professores universitários, que estão em greve. O Senador Leomar Quintanilha e V. Ex^a citaram os números da educação, que é fundamental. Estão aí os dois melhores homens, e eu os conheço todos. Essa é a melhor dupla do PT! Pode focalizar a televisão. O PT, só com a presença desses dois, é um partido honesto, que merece respeito. Então, com coragem, independência, lucidez, que vão os dois ao Presidente da República e peçam, no Dia do Funcionário Público, respeito aos professores, intervindo para que o Ministro da Educação atenda à reivindicação justa dos professores, pois S. Ex^a é mal-educado e não o fez até hoje. Era o que queria complementar ao seu extraordinário trabalho.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não tenho como agradecer as suas palavras, Senador Mão Santa. V. Ex^a é um dos Senadores mais sábios deste Senado Federal, é um leitor dos clássicos, está sempre com um livro na mão. Isso é o que o brasileiro deveria fazer: ler mais. V. Ex^a sabe, com muita humildade, buscar a sabedoria na biografia, na história dos grandes pensadores, dos grandes políticos, dos grandes homens que fizeram nosso mundo. E vejo V. Ex^a com muita responsabilidade por ser do PMDB, o mesmo partido do nosso Governador Joaquim Roriz, que governou quatro vezes Brasília. V. Ex^a terá a missão de escolher um candidato à Presidência da República e certamente o fará bem. A entrevista de ontem, é verdade, mostrou o lado humano de um homem que nasceu aqui no interior de Goiás, em Luziânia, e trilhou o seu caminho em 45 anos de vida pública exemplar, galgada aos poucos, chegando ao Governo de Brasília com a

consagração de uma popularidade de quase 80%. Por isso, a missão difícil será a do PMDB, de buscar um grande candidato a Presidente da República. Certamente Roriz, entre os nomes que conheço do PMDB, é um dos mais fortes. E saiba que, aqui em Brasília, em muitas das manifestações a que tenho assistido, o povo já começa a gritar "Roriz Presidente". Então, cabe ao Senador Mão Santa essa missão de levar ao partido nacional o que diz o povo de Brasília.

Eu queria dizer que educação é fundamental. Basta andar pelo País e ver o estado de escolas e hospitais – para citar dois setores relevantíssimos do serviço público, a educação e a saúde – para constatar o heroísmo dos servidores desses estabelecimentos, que fazem o possível para cumprir seu dever, apesar das dificuldades com as instalações precárias, com a falta de materiais de trabalho, que geram desânimo, e, muitas vezes, com a baixa remuneração e o pouco reconhecimento das autoridades.

Outro setor do serviço público que enfrenta problemas de desmotivação é o da segurança pública. Desaparelhadas, nossas polícias têm de enfrentar uma criminalidade cada vez mais sofisticada e mais violenta. Recuperar a capacidade de ação de nosso aparelho policial é um dever de Estado que não pode mais continuar sendo desprezado, e essa recuperação passa pela valorização do profissional de segurança pública em todos os níveis.

Não tenhamos dúvidas de que o Brasil precisa de seus servidores públicos para o funcionamento de todas essas atividades essenciais à vida em sociedade. Entender o papel do servidor público, assim, é um requisito de todo político que aspire a funções eletivas, até porque sempre dependerá, no exercício dessas funções, desses empregados do Estado.

Os servidores públicos do Distrito Federal, que me conhecem por minha atuação, sabem que podem contar com minha compreensão de seus problemas e com minha solidariedade em suas lutas, que são muito justas. Neste dia de hoje, Dia do Servidor Público, quero reiterar minha certeza de que somente a remuneração condigna para os servidores, com condições adequadas para o exercício de seu trabalho e para a progressão profissional e funcional, poderá trazer a real melhoria dos serviços que o Estado deve efetivamente prestar à sociedade.

Por seus serviços ao Estado e à sociedade, os servidores públicos merecem nosso aplauso, nosso grande aplauso desta Casa, do Senado Federal, no dia que é dedicado a todos eles. Por isso, aos servidores do Senado que estão trabalhando aqui nesta sexta-feira, os meus cumprimentos e votos de muito

sucesso. Contem realmente com a nossa participação na defesa dos seus direitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que passo ler:

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.832, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 582, de 2005, de autoria do Senador Heráclito Fortes que Requer nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações dos valores faturados anualmente, desde 1998, separados por prestadora, pelas concessionárias e autorizadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular e do Serviço Móvel Pessoal, decorrentes da exploração dos códigos 0300, 0900 ou equivalentes, para oferta de suporte à prestação de serviços de valor adicionado.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

O Senador Heráclito Fortes, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 352, de 2005, no qual solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações detalhamento dos valores faturados anualmente, desde 1998, separados por prestadora, pelas concessionárias e autorizadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular e do Serviço Móvel Pessoal, decorrentes da exploração dos códigos 0300, 0900 ou equivalentes, para oferta de suporte à prestação de serviços de valor adicionado.

O requerimento está acompanhado de justificação, em que o autor sustenta a necessidade de tais informações a fim de se apreciar de forma apropriada a questão do disciplinamento dos mencionados serviços. Destaca a tramitação do PLS nº 473, de 1999, que estabelece limitações à oferta do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa, o qual, caso aprovado, terá consequências diferenciadas para prestadores dos citados serviços, prestadoras de serviços de telecomunicação e consumidores.

O autor aponta também que as prestadoras de serviços de telecomunicação estão obrigadas a fornecer à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

os dados ora solicitados, por força do disposto no art. 96 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

II – Análise

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal dispõe que o pedido escrito de informação deverá ser dirigido a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, norma esta reproduzida no art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal.

Verifica-se que o requerimento está dirigido à autoridade competente e encontra-se em consonância com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem assim com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 582, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tiana Viana**, Relator **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.833, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, ao Requerimento nº 877, de 2005, da Comissão de Educação, dirigido ao Ministro de Estado da Educação, com o fim de obter informações circunstanciadas sobre o cumprimento às determinações e recomendações constantes da Decisão nº 871/2002 do TCU (...).

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Em exame por esta Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 877, de 2005, iniciativa da dnota Comissão de Educação que intenta, ao arrimo do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento, ao Ministro de Estado da Educação, de pedido de informações circunstanciadas acerca do cumprimento das determinações e recomendações objeto da Decisão nº 871/2002, do Tribunal de Contas da União (TCU):

Na justificação do pedido, a Comissão de Educação avalia que a adoção das medidas alvitradadas pelo TCU teria impacto financeiro significativo sobre as contas públicas. Com efeito, considera relevante a manifestação do Ministro a respeito do entendimento firmado pela Corte de Contas, como forma de aprofundar a discussão da matéria.

II – Análise

A proposição encontra-se formulada em consonância com os dispositivos constitucionais e regimentais que regulam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

No que respeita à admissibilidade, uma vez que o pedido é dirigido a autoridade ministerial competente, envolve matéria submetida à apreciação do Senado Federal e sujeita à sua competência fiscalizadora, a proposição preenche os requisitos prescritos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 877, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.834, DE 2005

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 921, de 2005, que solicita ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre possíveis irregularidades verificadas no âmbito do Banco Rural

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Antonio Carlos Magalhães solicita, mediante o Requerimento nº 921, de 2005, as seguintes informações sobre possíveis irregularidades verificadas âmbito do Banco Rural:

1. O Banco Central tem como identificar, em parceria com instituições de supervisão bancária de outros países ou com organismos internacionais, a vinculação, direta ou indireta, entre uma empresa **off shore** com um banco brasileiro ou com seus controladores e dirigentes?

2. Quais os convênios de supervisão internacional feitos pelo Banco Central do Brasil? O Banco Rural Europa S.A. e o Rural International Bank Limited, situado nas Bahamas, foram supervisionados? Em quais datas? Foram detectadas irregularidades?

3. O Banco Central do Brasil percebe indícios de ligação entre o Banco Rural ou seus

controladores e dirigentes com a Trade Link Bank, **off shore** situada nas Ilhas Cayman?

4. O Banco Central do Brasil tem indícios de operação estruturada, conhecida também como operação triangulada, em que empréstimos, sem a devida garantia ou em condições desfavoráveis ao Banco Rural, tiverem sido feitos pela instituição financeira a empresas no Brasil em troca de transferência de recursos ou até mesmo com garantias ao Banco Rural fornecidas no exterior, a suas subsidiárias ou a empresas **off shore** de sua propriedade ou de domínio de seus controladores ou dirigentes?

5. O Banco Central do Brasil considera que o Banco Rural infringiu por reiteradas vezes, ao menos nos últimos 15 anos, como indicado por diversas Comissões Parlamentares de Inquérito e amplamente noticiado pela imprensa, a legislação bancária, sendo passível, portanto, de intervenção ou liquidação extrajudicial como determinam os artigos 2º e 15 da Lei 6.024/74, bem como de administração temporária como prevê o Decreto-Lei nº 2.321, de 25-2-87, em seu art. 1º, alínea **d**?

6. Quais apontamentos de irregularidades constantes nos Relatório de Supervisão do Banco Central do Brasil sobre o Banco Rural nos últimos anos?

7. Quais as razões para não ter havido, até o momento, a decretação de regime especial no Banco Rural?

8. O Banco Central do Brasil não considera que há risco de corrida bancária a um banco que é alvo de tantas denúncias na imprensa, como é o caso do Banco Rural, ainda que o mesmo esteja com patrimônio líquido positivo?

9. O Banco Central do Brasil considerou de boa técnica bancária, em seus relatórios de supervisão, os empréstimos feitos ao Partido dos Trabalhadores e às empresas das quais era sócio o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza pelos bancos BMG e Banco Rural? Que sanções administrativas o Banco Central lhes imputou?

10. O Banco Central do Brasil considera da boa técnica bancária os contratos de leasing feitos pelo Banco do Brasil com o Partido dos Trabalhadores?

Na Justificação do pedido de informações, o autor argumenta que “conforme amplamente noticiado, a empresa **off shore** Dusseldorf, confessadamente

pertencente ao publicitário Duda Mendonça, recebeu por intermédio da Trade Link Bank, Banco Rural Europa S.A. e Rural International Bank, cerca de US\$3,2 milhões.” Argumenta ainda que “como o Banco Rural supostamente fez empréstimos repassados a diversos políticos e comitês de campanha, a empresas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, sem as devidas garantias, inclusive com renovação de empréstimo sem juros, conforme noticiado, deduz-se, logicamente, que pode haver operação estruturada pelo Banco Rural.”

O Senador Antonio Carlos Magalhães ressalta que o Banco Central do Brasil dispõe de instrumentos legais, a exemplo da Lei nº 6.024, de 1974, e o Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, para intervir e processar a liquidação extrajudicial de instituição financeira, em casos de prejuízos decorrentes de má administração e que coloquem em risco os credores, bem assim de infrações reiteradas a dispositivos da legislação bancária. O Banco Central pode, também, decretar a administração temporária da instituição financeira que incorrer em gestão temerária ou fraudulenta.

A despeito dos instrumentos legais e das denúncias de irregularidades, desde o início dos anos 90, “o Banco Central não tomou nenhuma providência em relação ao Banco Rural, seja no sentido de coibir seu envolvimento com fantasmas, evasão de divisas, sonegação fiscal, crime contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, por meio de maior controle, ou mesmo de impedir que seus controladores e dirigentes ponham em risco a poupança popular, afastando-os da atividade bancária”

O requerente entende, ainda, “ser importante o Banco Central fornecer seus parâmetros regulamentares de supervisão, sobre os contratos de leasing e empréstimos feitos diretamente pelo Banco do Brasil, BMG e Banco Rural ao Partido dos Trabalhadores.”

II – Análise

O presente requerimento foi despachado à Mesa, por decisão, em termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõem os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho

ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O Requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo.

As informações solicitadas dizem respeito aos mecanismos de fiscalização de instituições financeiras utilizados pelo Banco Central, a exemplo da existência de parcerias com instituições de supervisão ou convênios internacionais, mormente quando se trata de possíveis conexões de instituições financeiras nacionais com empresas **off shore**, como nas Bahamas e nas Ilhas Cayman.

No caso específico do Banco Rural, especialmente em virtude de denúncias de irregularidades desde os anos 90 e, mais recentemente, de contratos de empréstimos a empresas do Sr. Marcos Valério F. de Souza – objeto de apuração em CPI no âmbito do Congresso Nacional – o requerente solicita esclarecimentos do Banco Central sobre os motivos da não-intervenção ou liquidação extrajudicial no Banco Rural; sobre os apontamentos de irregularidades nos relatórios de supervisão nos últimos anos; sobre quais as razões para não ter havido, até o momento, a decretação de regime especial naquela instituição; sobre a avaliação do Banco Central, em seus relatórios de supervisão, quanto aos empréstimos feitos ao Partido dos Trabalhadores e às empresas das quais o Sr. Marcos Valério era sócio pelos Bancos BMG e Banco Rural e, de igual modo, se o Banco Central considera de boa técnica bancária os contratos de **leasing** feitos pelo Banco do Brasil com o Partido dos Trabalhadores.

Em suma, solicita informações sobre os mecanismos de controle adotados pelo Banco Central no caso de possíveis conexões de instituições financeiras nacionais com empresas **off shore**, bem como esclarecimentos sobre as atividades de fiscalização do Banco Central relativamente ao Banco Rural, ao BMG e ao Banco do Brasil, em vista das recentes denúncias envolvendo o publicitário Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores.

As informações são, inegavelmente, relevantes para o bom desempenho da função fiscalizadora do Senado Federal, porquanto permitirão avaliar as atividades proativas e de fiscalização bancária do Banco Central, assim como oferecer dados para o encaminhamento de soluções a problemas recorrentes em nosso País.

O Requerimento é dirigido ao órgão competente para prestar as informações, uma vez que o Presidente do Banco Central do Brasil adquiriu o status de Ministro de Estado e a instituição que dirige é autarquia vinculada ao Poder Executivo Federal.

Depreende-se que a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos.

III – Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 921, de 2005.

Sala das Reuniões, **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.835, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 936, de 2005, que objetiva obter do Ministro das Cidades informações sobre as alterações determinadas pela Resolução nº 164, de 10 de setembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Requerimento nº 936, de 2005, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, tem o propósito de solicitar ao Senhor Ministro das Cidades informações sobre as alterações determinadas pela Resolução nº 164, de 10 de setembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). A norma em causa dispensa a Autorização Especial de Trânsito (AET) para as Combinações de Veículos de Carga com peso bruto total superior a 45 toneladas, limitado a 57 toneladas, desde que atendam aos requisitos que especifica, entre eles o de que as rodovias sejam previamente sinalizadas.

Ao justificar a proposição, Sua Excelência informa haver recebido denúncias no sentido de que a mencionada Resolução teria liberado o tráfego nas rodovias federais, “sem qualquer restrição”, de caminhões pesados conhecidos como “bitrens”. A medida, considerada prejudicial à conservação das estradas, teria ensejado reações, inclusive na esfera judicial.

Segundo o autor do Requerimento, “a OAB de Santa Catarina obteve, junto à Justiça Federal de Florianópolis, a revogação da Resolução nº 164”. Em outro polo de resistência, uma Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público Federal, logrou decisão liminar da Justiça Federal de Marília, Estado de São Paulo, no sentido de exigir que as AET voltassem a ser exigidas até que as rodovias fossem devidamente sinalizadas. O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), contudo, não estaria cumprindo a decisão. De outra parte, o Diretor do Departamento

Nacional de Trânsito (DENATRAN) teria encaminhado consulta a uma entidade privada, a Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC), “para que fizesse uma avaliação quanto à supressão do art. 2º da Resolução, que determina a sinalização”.

À vista do exposto, Sua Excelência pretende ver respondidas pelo Ministro das Cidades as seguintes questões:

1 – É verdade que o Contran está descumprindo decisão judicial que teria determinado a revogação da Resolução nº 164?

2 – É verdade que o Denatran está consultando a NTC quanto à conveniência de suprimir o art. 2º dessa mesma Resolução?

Apresentado no último dia 25 de agosto, o Requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

O Requerimento nº 936, de 2005, aborda questões relevantes, que podem ter reflexo direto sobre o estado de conservação das rodovias federais. Trata-se do legítimo exercício da prerrogativa fiscalizadora do Poder Legislativo, inscrita no inciso X do art. 49 da Constituição Federal.

Sua tramitação rege-se pelo disposto no art. 50, § 2º, da Lei Maior, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno, tendo sido regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação. Nesse sentido, satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, uma vez que:

- 1) é dirigida a Ministro de Estado;
- 2) solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer;
- 3) não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e
- 4) não contém pedidos referentes a mais de um Ministério.

III – Conclusão

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 936, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. –
Renan Calheiros, Presidente – **Tião Viana**, Relator
– **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.836 DE 2005

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 946, de 2005, em que o

Senador Romeu Tuma solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

É submetido ao exame deste Colegiado o Requerimento nº 946, de 2005, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações referentes às atividades da Receita Federal do Brasil, a seguir explicitadas:

1) Os podadores de fibrose cística (mucoviscidose) estão contemplados na isenção de imposto de renda de que trata o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, em observância ao disposto no § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995?

2) No caso de resposta negativa à indagação, informar qual o fundamento jurídico para a não observância da isenção prevista no mencionado § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

A justificação do pedido assinala que o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, prevê a isenção de imposto de renda para portadores das doenças que menciona. Em 1995, foi editada a Lei nº 9.250, que estendeu a mencionada isenção aos podadores de fibrose cística (mucoviscidose).

Com a edição da Lei nº 11.052 (equivocadamente citada como 11.953 no requerimento), de 29 de dezembro de 2004, dúvidas surgiram sobre a permanência ou não da isenção aos podadores de fibrose cística (mucoviscidose), daí a justa preocupação do ilustre Parlamentar, que o leva a formular o presente pedido de informações, anexando, inclusive, pronunciamento jurídico da Consultoria Legislativa do Senado Federal sobre a matéria.

O requerimento sob exame foi encaminhado a esta Mesa na forma e para os fins previstos no art. 50, § 2º, da Lei Maior, e no art. 216 do Regimento Interno, em consonância com o disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação.

II – Analise

Cabe à Mesa do Senado Federal examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

Na conformidade do que dispõe a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 10.869, 13 de maio de 2004, e do disposto na Medida Provi-

sória nº 258, de 21 de julho de 2005, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal.

O pedido está dirigido à autoridade competente e atende aos demais preceitos constitucionais e regimentais que regem as solicitações de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Cabe ressaltar, ainda, que, nos termos da Constituição Federal, o Congresso Nacional é competente não só para autorizar a realização de despesas por meio da Lei de Orçamento, como também para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e a gestão de bens públicos, quer diretamente, pela utilização de seus mecanismos constitucionais, como por exemplo, CPI, requerimento de informações etc., quer, indiretamente, por intermédio do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso nesse mister. Em outras palavras, pelo disposto no art. 70 da Carta Magna, o Congresso Nacional tem competência para o exercício do controle externo das finanças públicas.

Aliás, se o Fisco cumprisse as disposições legais pertinentes, provavelmente nem fosse necessária a efetivação da proposição em referência, pois o art. 212 do Código Tributário Nacional estabelece que a cada ano o Poder Executivo deve consolidar, em texto único, a legislação vigente relativa a cada um dos tributos de sua competência. O regulamento do Imposto de Renda, por exemplo, aprovado pelo Decreto nº 3.000, data de 1999, portanto, há mais de cinco anos sem atualização.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 946, de 2005.

Sala de Reuniões,

Renan Calheiros, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.837, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, para instrução do Requerimento nº 970, de 2005, que requer informações ao Ministro de Estado da Previdência Social acerca dos critérios técnicos utilizados para a escolha das sedes das recém-criadas Diretorias Gerais do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 970, de 2005, de autoria do nobre Senador Marce-

lo Crivella, demandando, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno dessa Casa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Previdência Social informações a respeito dos critérios técnicos utilizados para a escolha das sedes das recentemente fundadas Diretorias Gerais do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, notadamente quanto à unidade do Estado de Minas Gerais, à qual estão subordinadas as gerências-executivas dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Como justificação a esse pedido de informações, seu autor apresenta o argumento de que não foram suficientemente esclarecedoras as explicações dadas à imprensa pelo Presidente do INSS sobre as razões que motivaram a escolha de Minas Gerais como sede de Diretoria Geral.

II – Análise

O Requerimento nº 970, de 2005, acata as exigências fixadas na Constituição Federal, em seu art. 50, § 2º, que confere à Mesa do Senado Federal prerrogativa para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais autoridades titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Alinha-se, igualmente, ao comando inscrito no inciso X do art. 49 de nossa Cada Constitucional, que determina a competência do Congresso Nacional e suas Casas na fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo.

No tocante à regimentalidade, o Requerimento em tela respeita as condições firmadas pelo Regimento Interno do Senado Federal, em seus arts. 215, I, a, e 216, que fixam os critérios para o encaminhamento de pedidos de informação a autoridades do Poder Executivo diretamente subordinadas à Presidência da República. Acrescente-se que o encaminhamento da proposição em apreço seguiu os ditames firmados nas normas de trabalho desta Casa, mormente quanto às disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regula a tramitação dos requerimentos de informação.

Não se afiguram, dessa sorte, óbices concernentes nem quanto à constitucionalidade, nem quanto à regimentalidade do Requerimento nº 970, de 2005.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 970, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Antero Paes De Barros** – **Efraim Morais** – **Alvaro Dias**

PARECER Nº 1.838, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 971, de 2005, acerca do envio de informações pelo Ministro de Estado da Educação.

Relator: Senador **Papaléo Paes**

I – Relatório

A Comissão de Educação, nos termos do § 2º, art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 971, de 2005, no qual solicita informações do Ministro de Estado da Educação acerca de supostas irregularidades praticadas por órgãos subordinados àquele Ministério em processos relativos a instituições privadas de educação superior.

Conforme a justificação do Requerimento, as supostas irregularidades foram objeto de denúncias feitas pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), por meio de ofício encaminhado ao Ministério da Educação (MEC), com cópia para aquela Comissão.

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

a) razões para o suposto não cumprimento, por parte da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), dos prazos estabelecidos pela Portaria nº 3.643, de 2004, que dispõe sobre processos de avaliação e regulação de instituições e cursos de educação superior;

b) razões e suporte legal para a existência de comissões verificadoras para autorização de cursos superiores;

c) demonstrativo da tramitação dos processos relativos à transferência de manutenção, entre entidades mantenedoras, de cursos ou instituições de ensino superior;

d) base legal e critérios para a substituição de pareceres de auditoria independente por visitas de comissão nos processos referentes à transferência de manutenção de cursos ou instituições;

e) fundamento legal e razões para o suposto não acatamento, por parte da SESU/MEC, de decisões judiciais prolatadas em mandados de segurança impetrados por instituições de ensino superior;

f) quadro comparativo entre as vagas aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a publicação oficial das mesmas no

Diário Oficial da União, nos anos de 2004 e 2005;

g) cursos cadastrados no Sistema Saipiens com pedido de autorização, nos últimos doze meses;

h) cursos autorizados pelo CINE nos últimos doze meses, com suas respectivas vagas;

i) cursos com portarias publicadas nos últimos doze meses, com as respectivas vagas;

j) entidades que solicitaram, após aprovação do de vagas por meio de ofício; e

k) cursos já avaliados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e ainda não publicados pela SESU.

II – Análise

O Requerimento em tela encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Especificamente, a proposição está amparada no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, diretamente ou por qualquer de suas Casas, e no § 2º do art. 50 da Carta, segundo o qual a Mesa do Senado pode encaminhar pedidos escritos de informação a ministros de Estado sobre assunto previamente determinado. Encontra respaldo, também, no que dispõem os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

As informações solicitadas, por sua vez, atendem às normas de admissibilidade definidas pelos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 971, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Papaléo Paes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.839, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 972, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 972, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º,

da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre as indicações feitas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Branco do Brasil – PREVI e pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais os citados Fundos de Pensões tenham participação.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou matéria denunciando que o Palácio do Planalto estaria usando sistematicamente de nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

As informações solicitadas objetivam esclarecer devidamente a matéria.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 972, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 972, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.840, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 973, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 973, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, informações sobre as indicações feitas pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e pela Fundação de Previdência e Assistência social Real Grandeza, para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais os citados Fundos de Pensões tenham participação.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o Jornal **O Estado** de São Paulo publicou matéria denunciando que o Palácio do Planalto estaria usando sistematicamente de nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

As informações solicitadas objetivam esclarecer devidamente a matéria.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 973, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 973, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.841, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 974, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 974, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre as indicações feitas pela Fundação Banco Central de Previdência Privada – CENTRUS para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o Jornal O Estado de São Paulo publicou matéria denunciando que o Palácio do Planalto estaria usando sistematicamente de nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

As informações solicitadas objetivam esclarecer devidamente a matéria.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 974, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 974, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Antero Paes De Barros** – **Tião Viana** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.842, DE 2005**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 975, de 2005.**Relator: Senador **Efraim Moraes****I – Relatório**

O Requerimento nº 975, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, informações sobre as indicações feitas pela PORTUS Instituto de Seguridade Social para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o jornal **O Estado de São Paulo** publicou matéria denunciando que o Palácio do Planalto estaria usando sistematicamente de nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

As informações solicitadas objetivam esclarecer devidamente a matéria.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 975, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 975, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Antero Paes De Barros** – **Tião Viana** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.843, DE 2005**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 976, de 2005.**Relator: Senador **Efraim Moraes****I – Relatório**

O Requerimento nº 976, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações sobre as indicações feitas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o jornal **O Estado de S.Paulo** publicou matéria denunciando que o Palácio do Planalto estaria usando sistematicamente de nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

As informações solicitadas objetivam esclarecer devidamente a matéria.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 976, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 976, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.844, DE 2005**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 977, de 2005.**Relator: Senador **Efraim Moraes****I – Relatório**

O Requerimento nº 977, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre as indicações feitas pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES para os conselhos fiscais e de administração das empresas nas quais o citado Fundo de Pensão tenha participação.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o jornal **O Estado de S.Paulo** publicou matéria denunciando que o Palácio do Planalto estaria usando sistematicamente de nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

As informações solicitadas objetivam esclarecer devidamente a matéria.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 977, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do

Requerimento nº 977, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.845, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 987, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 987, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre o indiciamento do Delegado da Polícia Federal, Antonio Carlos Rayol, responsável pela prisão do publicitário Duda Mendonça, flagrado numa rinha de galos em 2004, e do Agente de Polícia Federal Fábio Domingos, Diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores da PF no Rio de Janeiro.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o jornal **O Estado de S.Paulo** publicou matéria denunciando que o delegado Antonio Carlos Rayol e o agente Fábio Domingos, ambos da Polícia Federal, teriam sido indiciados por cometerem transgressões contra o Departamento de Polícia Federal, como “concorrer para escândalo público” e “arranhar publicamente a reputação da PF”.

Ocorre que após a prisão do publicitário, os jornais de grande circulação publicaram notas afirmando que o Presidente Lula teria determinado ao Ministro da Justiça que investigasse se aquela operação teria alguma motivação política.

As informações solicitadas objetivam esclarecer desmembramentos daquela operação da Polícia Federal que culminou com a prisão do publicitário Duda Mendonça.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 987, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 987, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 987, DE 2005

PARECER Nº 1.846, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 997, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 997, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, informações sobre a distribuição dos investimentos em publicidade entre os órgãos da administração federal nos anos de 2003 e 2004.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 5 de setembro de 2005, publicou matéria, mostrando que 86,3% de todo o investimento publicitário estatal encontra-se concentrado em apenas 6 anunciantes.

O requerimento em pauta objetiva esclarecer as razões para essa concentração de verbas publicitárias.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 997, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 997, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, – Relator – **Antero Paes De Barros** – **Tião Viana** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.847, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 998, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 998, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro da Saúde, informações acerca de providências acautelatória e de proteção da população da Amazônia contra a malária naquela região.

Em sua justificativa o nobre parlamentar alega que o jornal **Correio Braziliense** e outros veículos de comunicação publicaram matérias dando conta da existência de uma epidemia de Malária na Amazônia e, especialmente em Manaus.

O assunto é preocupante não apenas para a população da Região Norte mas para todo o País, uma vez que é bastante intenso o deslocamento de brasileiros, de todos os estados, àquela região, seja a negócios ou para turismo.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 998, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 998, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Alvaro Dias**

PARECER Nº 1.848, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.006, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.006, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais, solicita à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, informações sobre as dimensões territoriais das florestas nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, parques nacionais, preservação ambiental e reservas extrativistas, por intermédio da apresentação de onze questionamentos.

Nos termos regimentais, em conformidade com o artigo 238, do Regimento Interno, a proposição não apresenta justificativa.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.006, de 2005, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.006, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.849, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 1.010, de 2005, que solicita informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Flexa Ribeiro encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 1.010, de 2005, no qual solicita as seguintes informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário:

1. Quadro de evolução da reforma agrária no Brasil, contendo, ano a ano, as terras desapropriadas e o número de famílias assentadas de 1982 a 2005.

2. Levantamento dos hectares de terra desapropriados para o plano de reforma agrária do governo federal, ano a ano, de 1998 a 2005.

3. Número de assentamentos feitos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ano a ano, de 1998 a 2005.

4. Número de assentamentos de trabalhadores rurais efetivados pelo Incra no Estado do Pará, ano a ano, de 1998 a 2005.

5. Orçamento do Incra, ano a ano, de 1998 a 2005.

6. Gastos do Incra com desapropriação de terras; ano a ano, de 1998 a 2005.

7. Levantamentos do Incra sobre o número de trabalhadores rurais acampados, inclusive às margens de rodovias, ano a ano, de 1998 a 2005.

8. Número de propriedades rurais invadidas no Brasil, ano a ano, de 1998 a 2005.

O autor não apresenta justificativa para o requerimento.

II – Análise

Conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Além do mais, afirma o inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal que compete à Mesa deliberar sobre o requerimento em análise.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõem os incisos I

e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina. Cabe salientar que o Requerimento é dirigido à autoridade competente para prestar as informações.

O Requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo.

Por fim, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado Ato, porquanto não se trata de pedido de informações sigilosas relativas a operações de instituição financeira.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.010, de 2005, sem restrições.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. –
Renan Calheiros, Presidente – **Tião Viana**, Relator
– **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.850, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.022, de 2005, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Sérgio Guerra, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 1.022, de 2005, no qual solicita o envio das seguintes indagações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dispõe de recursos orçamentários que lhe permitem dar continuidade ao Programa de Equalização dos custos de Produção de Cana-de-Açúcar para a região Nordeste a que se refere o art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.453, de 2002?

b) Qual o volume global de recursos efetivamente aplicados pelo Ministério como subvenção econômica para a redução das desigualdades no custo de produção da cana-

de-açúcar utilizada pelas usinas e destilarias nordestinas nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005?

c) Que medidas o Ministério adotou em favor da alocação de recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) destinados à implantação de medidas de política econômica de subvenção ao preço do álcool produzido e comercializado na região Nordeste, nos termos do art. 4º da Lei nº 10.453, de 2002?

d) Quais os programas e ações desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, com base no art. 3º, I, da Lei nº 10.453, de 2002, com o objetivo de equalizar os custos da matéria-prima necessária ao fabrico do álcool em favor dos produtores estabelecidos nos estados do Nordeste? Qual o montante eventualmente executado nos referidos programas e ações? Caso não existam os referidos programas e ações, pede-se informar os critérios que levaram o Ministério à não-adoção da política de equalização de preço da matéria-prima para os produtores nordestinos nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005.

e) O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento adotou alguma das medidas econômicas previstas no art. 3º da Lei nº 10.453, de 2002, nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005 para equalização de preços do álcool ou seu transporte em favor de unidades produtoras ou transportadoras de álcool estabelecidas em estados que não integram a região Nordeste do País? Pede-se também que o Ministério identifique os programas, ações e valores executados na realização das citadas medidas nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005.

f) A Lei nº 10.453, de 2002, e o Decreto nº 4.353, de 2002, prevêem a possibilidade de subvenção econômica aos preços do álcool ou seu transporte em regime de equalização de custos não reembolsável (sem necessidade de contraprestação financeira por parte dos produtores de álcool ou de cana). O citado Decreto refere-se “inclusive” à concessão de linhas de crédito, mas não se restringe ao financiamento subsidiado como política única de equalização dos custos de produção. Indaga-se: qual(is) o(s) programa(s) de trabalho anual(is), plurianual(is) ou setorial(is) de competência

desse Ministério, em fase de execução ou planejamento, que contemplam a concessão de subvenção a título de equalização dos custos de produção da matéria-prima com base no art. 3º, I, da Lei nº 10.453, de 2002, que não sejam baseados na oferta de linhas de crédito subsidiadas? Pede-se informar os valores programados e o quanto já foi executado nos exercícios de 2004 e 2005.

g) Considerando as diversas políticas de incentivo econômico contidas nos incisos I a VI do art. 3º da Lei nº 10.453, de 2002, indaga-se: no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como se deu a partilha e a execução orçamentária dos recursos oriundos da CIDE nos programas e ações alusivos às medidas econômicas previstas nos incisos I a VI do art. 3º da Lei nº 10.453, de 2002, nos exercícios financeiros de 2002, 2003, 2004 e 2005?

O autor não apresentou justificativa para o Requerimento.

II – Análise

Conforme disposição do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à Mesa deliberar sobre os requerimentos de informação.

O presente Requerimento está de acordo com as normas citadas e com as disposições dos incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, dado que envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

O Requerimento atende também ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo.

Os requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, são atendidos pela Proposição em análise, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado Ato, dado que não se trata de pedido de informações sigilosas relativas a operações de instituição financeira.

III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.022, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – Renan Calheiros, Presidente – Tião Viana, Relator – Antero Paes de Barros – Efraim Morais – Alvaro Dias.

PARECER Nº 1.851, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.036, de 2005, que solicita seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações destinadas a instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004.

Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos

I – Relatório

É submetido à apreciação da Mesa Diretora o Requerimento nº 1.036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá.

Pretende-se, com o requerimento, que o Ministro da Fazenda preste informações relativas ao impacto financeiro e fiscal, no período 2005/2007, advindo da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004.

Requer, para tanto, sejam procedidas estimativas de suas repercussões fiscais, uma vez que procedimentos dessa natureza, como enfatizado na justificação do requerimento, são exigências prévias à aprovação de projetos que gerem impactos fiscais, definidas no art. 117 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005.

II – Análise

O Requerimento nº 1.036, de 2005, é dirigido ao Ministro da Fazenda, atendendo, assim, o que preceitua o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como está de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa.

Em particular, o requerimento em exame encontra amparo no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que exige sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

O requerimento em exame tem o intuito de subsidiar e instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, ao qual será anexado.

Esse projeto de lei, de autoria do Senador Efraim Moraes, concede anistia e prevê a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, e suas cooperativas e associações, em função do valor do crédito contratado em uma ou mais operação de crédito por um mesmo beneficiário, atingido pela frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios que tiveram decretado o estado de calamidade pública, ou a situação de emergência, com reconhecimento do Governo Federal.

De fato, as operações financeiras previstas no projeto implicam efetivas repercussões fiscais, haja vista que os custos decorrentes da anistia concedida e da renegociação procedida serão arcados com recursos do Orçamento Geral da União.

Além do dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias mencionado pelo autor do requerimento, há que se observar, também, determinações contidas no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, **verbis**:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

.....

Como se sabe, o Poder Legislativo não tem condições de proceder à estimativa do gasto orçamentário a ser efetivado em três exercícios consecutivos. É o Poder Executivo que dispõe de base de dados e metodologia que possibilitam efetuar a estimativa em questão.

Portanto, é necessário que se requeira ao Poder Executivo tal estimativa de despesas, de forma a atender àquelas determinações legais, definidas como imprescindíveis, inclusive quanto a projetos de lei em tramitação e sob análise do Congresso Nacional, como é o caso do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004.

Assim sendo, ficam evidenciados o cumprimento e o atendimento das formalidades definidas no Regimento Interno do Senado Federal como imprescindíveis à admissibilidade dos requerimentos de informações.

Por outro lado, para a pertinente e adequada obtenção de informações, devem ser observados os procedimentos legalmente determinados e diferenciados em função da natureza da informação requerida.

No presente requerimento, as informações pedidas não são passíveis de serem caracterizadas como

operações ativas ou passivas das instituições financeiras, que exigiria e envolveria discussão acerca de sua natureza sigilosa. Assim sendo, seu rito de tramitação e apreciação é estipulado nos termos da Seção I, arts. 1º a 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

De acordo com o referido Ato, compete à Mesa Diretora a decisão sobre seu deferimento, a partir de relatório oferecido pelo respectivo relator da matéria.

Mais ainda, o art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal estipulam que os requerimentos de informação somente “serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora”. Seus fundamentos para admissibilidade pressupõem, assim, matéria específica ou fato determinado,

presente no Requerimento nº 1.036, de 2005, como já enfatizado anteriormente.

Nesse contexto, o requerimento de informações solicitado, em nossa compreensão, encontra fundamentação, estando ainda de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa.

III – Voto

Opinamos, assim, pela aprovação e encaminhamento do Requerimento nº 1.036, de 2005, ao Ministro de Estado da Fazenda, acompanhado de cópia do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.852, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.040, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que solicita seja encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia pedido de informações acerca das ações de exploração sustentável na Floresta Estadual do Antimari – AC.

Relator: Senador Papaléo Paes

I – Relatório

É submetido à apreciação da Mesa Diretora o Requerimento nº 1.040, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Pretende-se com o requerimento que o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia preste informações sobre convênio firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o

Governo do Estado do Acre para a concessão de bolsas de estudo destinadas a estudantes acreanos de nível médio e superior para a exploração sustentável na Floresta Estadual do Antimari, no estado do Acre.

Na justificação, o autor do requerimento assevera que, em visita recente ao “Projeto Antimari”, constatou que “sua execução se dá com desperdício de recursos públicos e com base em uma injusta relação do Estado com os habitantes tradicionais da área”. O autor também argumenta que não são visíveis as plataformas de pesquisas, as quais teriam sido prometidas para o local, e que observa-se o desperdício de grande volume de madeira retirada de forma irresponsável e sem o adequado planejamento.

II – Análise

O Requerimento nº 1.040, de 2005, atende ao que preceita o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

O requerimento em exame também está de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal, em particular, em seu art. 216, quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa. O requerimento também contribui para o exercício da competência fiscalizadora desta Casa. Fica evidenciado, portanto, o cumprimento e o atendimento das formalidades definidas no Regimento Interno do Senado Federal como imprescindíveis à admissibilidade dos requerimentos de informações.

III – Voto

Opinamos, assim, pela aprovação e encaminhamento do Requerimento nº 1.040, de 2005, ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Papaléo Paes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.853, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.041, de 2005.

Relator: Senador **Papaléo Paes**

I – Relatório

Por meio do Requerimento nº 1.041, de 2005, o Senador Geraldo Mesquita Júnior propõe que sejam solicitadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente diversas informações a respeito de convênios, contratos ou termos de parceria, inclusive os firmados em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), celebrados entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Es-

tado do Acre, com o objetivo de atender comunidades extrativistas, no período de janeiro de 2000 a junho de 2005.

Segundo o autor do requerimento, pode ser constatada, em consulta ao Sistema de Administração Financeira (SIAFI), a transferência de considerável volume de recursos para o Governo do Estado do Acre, com o objetivo de atender aos extrativistas. O Senador Geraldo Mesquita Júnior pergunta a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos, bem como os resultados alcançados. Além disso, o Senador demonstra preocupação com a forma de cadastramento dos beneficiados e a prestação de contas dos recursos públicos empregados.

II – Análise

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, foi submetido ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.041, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A proposição encontra fundamento nas disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Além dos citados dispositivos constitucionais e regimentais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento de Informações nº 1.041, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Papaléo Paes**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.854, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.042, de 2005, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os motivos para a queda do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador José Agripino, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou à Mesa o Requerimento nº 1.042, de 2005, no qual solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda que esclareça os motivos para a queda do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, no primeiro e segundo decênios do mês de setembro de 2005.

O Senador justifica o requerimento a partir de dados da Receita Federal que mostram aumento das receitas de impostos, entre 2004 e 2005, no período de janeiro a julho. Menciona que os montantes do IPI e do imposto de renda arrecadados, apresentaram, respectivamente, crescimento de 6,26% e 8,32%, entre 2004 e 2005. Como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios constituem-se do percentual de 47% da arrecadação dos dois impostos, deveriam, também, ter crescido no período.

II – Análise

Cabe à Mesa opinar sobre a proposição em pauta, de acordo com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de informações.

O Requerimento nº 1.042, de 2005, encontra amparo no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, sendo apropriado seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda, visto que a Secretaria do Tesouro Nacional é, de acordo com a legislação, o órgão responsável pela transferência dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e do Fundo de Participação dos Municípios, aos entes federados.

Em consonância com o art. 215, I, a, e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o requerimento depende de decisão da Mesa, uma vez que não abrange informações de caráter sigiloso.

A proposição obedece às normas dispostas no art. 216, I a III, do RISF, pois trata de matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, con-

selho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Em suma, o Requerimento conforma-se aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os requerimentos de informações a autoridades do Poder Executivo, e atende ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.042, de 2005, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.855, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.047, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.047, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no artigo

50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações a Sra. Ministra do Meio Ambiente acerca de denúncias do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, dando conta da existência de carvoarias clandestinas que estariam transformando árvores da floresta amazônica em carvão, para uso de indústrias siderúrgicas da região, em especial as usinas do Pólo Siderúrgico de Carajás, no Pará.

Finaliza Sua Excelência lembrando que, ao Senado, casa representativa dos Estados, compete, dentro também de sua prerrogativa fiscalizadora, acompanhar as ações oficiais em relação às diferentes regiões do País, no caso ações de combate a essa devastação.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1047, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, em 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.856, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.063, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, que requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acerca de apreensões dos produtores brasileiros de algodão diante de entendimentos do governo brasileiro, conforme denúncia, de prováveis compensações do Brasil aos EUA no contencioso da Organização Mundial do Comércio.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 1.063, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que solicita, de acordo com o disposto nos permissivos regimentais e constitucionais, seja encaminhado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pedido de informações sobre o encaminhamento das negociações com os Estados Unidos em relação ao contencioso sobre o comércio de algodão, em razão das manifestações exaradas pela Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA). Segundo esta entidade, estariam sendo negociadas compensações para a desistência pelo Brasil do painel junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). O Requerimento aponta, com especificidade, a questão a ser abordada pela autoridade ministerial.

O Requerimento foi apresentado em 27 de setembro de 2005 e distribuído ao relator signatário deste parecer no dia 29 subsequente.

II – Análise

O requerimento tem por fundamento o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informações que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à

apreciação desta Casa ou atinente a sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

Por outro lado, o Requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, especialmente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de ele ser dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão.”

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações requeridas.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Moraes** – **Álvaro Dias**.

PARECER Nº 1.857, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.095, de 2005, que solicita ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações acerca do impacto orçamentário decorrente da criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para instruir a deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005.

Relator: Senador Antero Paes de Barros

I – Relatório

Mediante o Requerimento nº 1.095, de 2005, e em conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Romero Jucá solicita, com vistas a instruir a deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, as seguintes informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão acerca do impacto orçamentário decorrente da criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região:

1) Qual o valor unitário de cada nível das 720 funções a serem criadas pelo PLC nº 8/05?

2) Aplicando os valores unitários da pergunta anterior, qual a estimativa do impacto orçamentário-financeiro anual gerado pela criação das 720 funções no exercício de 2005, 2006 e 2007?

3) Os valores relativos à criação das 720 funções se enquadram nos limites físicos e financeiros previstos no Anexo VII da LOA 2005 destinado ao provimento de novos cargos e funções na Justiça do Trabalho?

4) O quadro de pessoal do TRT de Campinas possui quantos cargos efetivos de analista, técnico e auxiliar judiciário?

5) Sem contar as 720 funções que se pretende criar, o quadro de pessoal do TRT de Campinas possui quantos cargos em comissão e funções comissionadas (CJ e FC)?

6) Qual a participação dos gastos com cargos em comissão e funções comissionadas no total da despesa com pessoal ativo do TRT de Campinas?

7) Qual a relação entre o total de cargos e funções comissionados e o total de cargos efetivos do TRT de Campinas, desconsideradas as 720 funções que se pretende criar, e qual será a nova relação entre o total de cargos e funções comissionados e o total de cargos efetivos do TRT de Campinas a partir da criação das 720 funções?

8) Qual a fonte de custeio prevista, ou despesa a ser reduzida, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, destinada a cobrir os gastos adicionais decorrentes da proposição?

II – Análise

O presente requerimento foi despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõem a alínea a do inciso I do artigo 215 e os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria destinada a esclarecimento de assunto submetido à apreciação do Senado Federal, qual seja, a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005. Ademais, não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O projeto de lei dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sediado em Campinas – SP, que possui 127 Varas do Trabalho e

uma jurisdição que abrange 601 municípios distribuídos pelo interior do Estado de São Paulo.

Na Justificação do projeto, o Ministro Vantuil Abdala, então no exercício da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, propõe a criação de 720 “funções comissionadas, de fato já existentes desde 12-6-96..., observando-se que as medidas aqui tratadas não implicarão aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região já inclui os respectivos valores desde 1996”.

Todavia, como bem lembra o autor do requerimento, a Lei nº 11.178/05, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Orçamento de 2006 requer, para o caso, conforme inciso II do art. 88, estimativas de impacto das despesas a serem criadas.

Nesse sentido, entendemos que as informações solicitadas são necessárias e úteis para a apreciação do projeto de lei pelo Senado e que o pedido é dirigido ao órgão competente para prestá-las, em vista do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

Depreende-se que a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado Ato, porquanto o pedido, claramente, não envolve informações sigilosas relativas a operações ativas de instituição financeira.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.095, de 2005, sem restrições.

Sala das Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente; **Antero Paes de Barros**, Relator; **Efraim Moraes**; **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.858, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.097, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro, que propõe solicitar informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o quantitativo de cargos em comissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

Trata-se do Requerimento nº 1.097, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro, que solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário o quantitativo de cargos em comissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O quantitativo requerido deverá ser discriminado conforme o nível

e a distribuição nos Estados e no Distrito Federal, e, ainda, conforme a sua ocupação por:

- 1) servidores da autarquia ativos e inativos;
- 2) servidores de outros órgãos ou entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União ativos e inativos;
- 3) servidores de outros Poderes da União;
- 4) servidores de empresas públicas e sociedades de economia mista;
- 5) servidores de outros entes da Federação;
- 6) pessoas sem vínculo permanente com o serviço público.

II – Análise

O requerimento encontra-se amparado no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Ademais, versa sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, como requerido pelo art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 10 de fevereiro de 2001. Efetivamente, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal estipula que é competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Em relação ao endereçamento do requerimento, o Decreto nº 5.033, em 5 de abril de 2004, especifica, no inciso V do art. 2º, que o Incra é entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como o requerimento trata do quantitativo de cargos em comissão do instituto em questão, entendemos como sendo pertinente que seja endereçado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, estando, portanto, em conformidade com o **caput** do art. 50 da Constituição.

Por fim, nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a deliberação do pedido de informações no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de “informações sigilosas”, definido no art. 8º. Como a informação solicitada não é sigilosa, o requerimento ora analisado atende aos preceitos regimentais para sua aprovação.

III – Voto

Em face do exposto, considerando-se a inexistência de óbices de natureza constitucional e regimental, opino, com base no art. 215, inciso I, alínea **a**, do RISF, pela aprovação do Requerimento nº 1.097, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.859, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.098, de 2005

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Por meio do Requerimento nº 1.098, de 2005, o Senador Flexa Ribeiro propõe que sejam solicitadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações sobre o quantitativo de cargos em comissão existentes no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), autarquia vinculada àquele ministério. Os dados devem ser discriminados por nível e por distribuição nos Estados e no Distrito Federal, segundo alguns critérios estabelecidos pelo solicitante.

II – Análise

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, foi submetido ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.098, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro.

A proposição encontra fundamento nas disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Além dos citados dispositivos constitucionais e regimentais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Requerimento de Informações nº 1.098, de 2005.

Sala de Reuniões, 27 de outubro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente, – **Tião Viana**, Relator – **Antero Paes de Barros** – **Efraim Morais** – **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em 27 de outubro do corrente ano, os seguintes Requerimentos de Informações, nos termos de seus relatórios, nºs 582, 877, 921, 936, 946, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 987, 997, 998, 1.006, 1.010, 1.022, 1.036, 1.040, 1.041, 1.042, 1.047, 1.063, 1.095, 1.097 e 1.098, de 2005.

Tendo em vista a aprovação dos Requerimentos nºs 582, 877, 1.036 e 1.095, de 2005, fica interrompida a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999, do Aviso nº 57, de 2002, do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, e do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, respectivamente.

O Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, que consta da Ordem do Dia da sessão deliberativa da próxima terça-feira, dia 1º de novembro, sai da pauta para aguardar a resposta ao Requerimento nº 1.095, de 2005.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Tião Viana; meus caríssimos Senadores Leomar Quintanilha e Mão Santa, eu gostaria de fazer agora alguns registros no meu ponto de vista importantes, até porque tenho tido dias muito atribulados na Presidência da CPMI dos Correios e, portanto, não tenho estado sistematicamente presente aqui no plenário do Senado.

O primeiro deles diz respeito à notícia de que o STF, conforme leu aqui o Senador Paulo Octávio, teria concedido uma liminar ao Senador Capiberibe, liminar concedida pelo Ministro Marco Aurélio Mello, um Ministro técnico, um Ministro que eu, pessoalmente, admiro muito, pelo seu trabalho, pela sua determinação, pelo seu equilíbrio. Fico feliz, independentemente de qualquer juízo de valor que se venha a fazer. Fico feliz especialmente porque o Senador Capiberibe reunirá todas as condições de se defender, o que era um pouco do que eu mesmo, na condição de Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, desejava quando assinei os requerimentos para que a Mesa fosse ouvida, para que a CCJ fosse ouvida. Era, no mínimo, um dever meu assumir essa postura como Líder do PT e Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

A decisão do Ministro Marco Aurélio faz coro a essa nossa preocupação. A partir dessa liminar, criaram-se as condições necessárias para que o Senador João Capiberibe faça a sua defesa. Todos sabemos das sessões bastante polêmicas que vivenciamos aqui

no Senado ao longo desta semana, especificamente no que se refere ao Senador Capiberibe. O Senador Renan Calheiros tomou a decisão que lhe competia como Presidente. Mas entendo que, depois desse amplo debate, a liminar do STF criará as condições necessárias para que o Senador Capiberibe, um homem honrado, um homem de bem, um homem que tem uma bonita história política, possa se defender. Esse era o objetivo, e hoje, graças a Deus, todos teremos a oportunidade de acompanhar essa defesa, à qual S. Exª tem todo o direito.

E passo ao segundo ponto que também não posso deixar de abordar: quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo e me solidarizar com S. Exª, homem de bem, que deixou a Presidência do PSDB, pessoa que admiro, que aprendi a admirar, um homem que tem feito excelente trabalho aqui no Senado Federal. Eu também não poderia deixar de fazer esse registro, Sr. Presidente, uma vez que naquele dia, infelizmente, em função de vários afazeres na CPMI dos Correios, não tive a oportunidade de pedir a palavra, como outros Líderes fizeram, assim como o próprio Senador Aloizio Mercadante. Então, quero aqui registrar publicamente a minha posição, não como Líder do PT, mas como companheiro de Senado.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero fazer um registro, na minha visão, de extrema relevância e importância, sobre a MP do Bem, como é popularmente chamada a Medida Provisória nº 255, que o Senado aprovou numa sessão que se estendeu noite adentro. Essa medida provisória é muito importante.

Outro dia, ouvi um comentário de um economista, um desses tecnocratas de que o Brasil está cheio, desses que vivem em São Paulo com uma visão de Wall Street, dizendo que essa medida provisória era marginal, era uma coisa menor, que não tinha tanta importância como se apregoava. Não concordo. Uma medida provisória que facilita a vida de quem produz e de quem exporta, que cria facilidades para a importação de máquinas e equipamentos e que, consequentemente, vai gerar mais empregos é altamente necessária para o País. Essa medida provisória incentiva, por exemplo, a construção civil, talvez o segmento mais importante no que se refere à geração de empregos, o que é fundamental para um País que precisa crescer, para um País que precisa de dignidade, para um País que precisa de civilidade e, acima de tudo, de cidadania.

Quem é comerciante sabe o que representa, Senador Mão Santa, a mudança do Simples de R\$1,2 milhão para R\$2,4 milhões! É importante registrar que o Simples já estava congelado no valor de R\$1,2 milhão há muitos anos. Muitas empresas, muitos comerciantes estavam querendo sair do comércio, porque os seus

negócios não suportariam mais esse teto de R\$1,2 milhão, que já vigia há muitos e muitos anos.

Acredito que essas medidas são de absoluta importância para o País, para o desenvolvimento do País, para o crescimento econômico e para a geração de empregos especialmente, que é o nosso grande desafio.

Entendo que ele vem num momento importante, de bom desempenho econômico, quando as autoridades monetárias sinalizam com a redução dos juros, criando realmente um ambiente propício para o desenvolvimento do País em 2005, acredito que com crescimento muito maior do que o verificado nos últimos anos. Espero que seja um ano bom, até porque o mercado internacional passa por um momento de muito êxito e grande liquidez.

Pelas medidas ortodoxas da nossa economia, as duras e necessárias medidas que foram tomadas, talvez não tenhamos crescido de acordo com a ótica internacional, em níveis compatíveis com a atual liquidez e o atual comportamento do mercado. Evidentemente, temos nossas dificuldades, que não são pequenas.

Sr. Presidente, desculpe-me falar de tantos assuntos. Peço a paciência de V. Ex^a, porque já faz alguns dias que não ocupo a tribuna.

Independentemente do ano atípico que será 2006, ano eleitoral, temos de investir em infra-estrutura. Precisamos aprovar, de uma vez por todas, vários projetos que tramitam no Congresso, na Câmara Federal e no Senado. As agências reguladoras são um exemplo típico para trazer credibilidade ao mercado. Também falta uma ação no sentido de implementar as parcerias público-privadas, durante tanto tempo aqui discutidas e debatidas; falta olhar a questão da reforma tributária numa ótica de redução da carga em função do crescimento do PIB, que talvez foi uma das maiores conquistas do Senado Federal ao longo desta Legislatura, e hoje continuamos nesse impasse.

São medidas várias, Sr. Presidente, no sentido de facilitar a vida do País, de desburocratizar o País. Fui indicado como titular de uma Comissão do Senado que cuida da desburocratização. Entendo que é absolutamente importante um trabalho no sentido de garantir eficiência, facilitar abertura de empresas, não exigir das empresas uma estrutura contábil-administrativa complexa, porque elas não teriam fôlego para fazer frente a essas exigências.

Temos que olhar, com coragem, as leis trabalhistas, modernizar o País, como outros países sul-americanos fizeram, com reflexos muito positivos para a população e para a economia.

Sr. Presidente, como Senador de um Estado onde o agronegócio é absolutamente preponderante,

gostaria de reiterar a importância e a prioridade que têm de ser dadas ao agronegócio brasileiro, que tem tido um desempenho extraordinário e tem garantido divisas ao nosso País.

Para isso, precisamos ter infra-estrutura para baratear o frete. A atual infra-estrutura degradada a olhos vistos. Precisamos fazer esses investimentos, ter estradas, como dizem sempre o Senador Mão Santa e o Senador Alberto Silva, que é, como o Senador Mão Santa fala, o "Senador das estradas". V. Ex^a sempre lembra, Senador Mão Santa, um pouco de Juscelino Kubitschek, que dizia sempre: "governar é abrir estradas". É fundamental.

Mas não há necessidade só de estradas, mas também de ferrovias e hidrovias – como as de Tocantins do Senador Leomar Quintanilha –, para que tenhamos competitividade no escoamento da nossa produção. O País tem produtores com alta eficiência, que estão "morrendo" no transporte. Eles estão perdendo credibilidade, não na qualidade dos seus produtos, mas no custo do transporte, na não-entrega da mercadoria no momento adequado. Imaginem um navio parado em Paranaguá, para carregar soja, a US\$30 mil ou US\$40 mil por dia. O que isso representa para a economia brasileira? Muito. Perdemos competitividade.

É por isso que temos de olhar com muita determinação a questão da infra-estrutura e dos marcos regulatórios.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Ouço com muita atenção e interesse as observações que V. Ex^a faz, desde o primeiro minuto que começou a se expressar desta tribuna. Mas me atenho, particularmente, às obras de infra-estrutura e à questão das hidrovias. Efetivamente, isso é uma dádiva da natureza para o País. Temos bacias hidrográficas extraordinárias e mananciais que nos permitem a exploração também como via de comunicação, uma vez que os estamos explorando para geração de energia elétrica e para outros usos que a água permite. É uma forma de baratear o custo do transporte de carga pesada a longa distância, que precisamos implementar. O centro-norte é o Brasil novo que está sendo descoberto agora, Senador Delcídio. O seu Estado e o meu, bem como o Estado do Piauí, têm uma outra rota. Não há mais somente o Porto de Paranaguá, sufocado, incapaz, pela sua estrutura, de suportar a demanda crescente originária, basicamente, de um setor candente, produtivo, vigoroso, briguento como o agropecuário brasileiro. V. Ex^a tem razão. O agricultor e o pecuarista

brasileiro são os melhores do mundo, porque é difícil ter competitividade com condições adversas. Precisamos dar os lauréis que devem receber os nossos agricultores e pecuaristas. Necessitamos realmente de infra-estrutura. Temos a ferrovia Norte-Sul e a saída para o Oeste. Essa ferrovia Norte-Sul se arrasta, com a construção de dois, três, dez quilômetros por ano. É um absurdo. Ela corta o País de Norte a Sul, em seu eixo principal, integrando diversas regiões importantes e anunciando que temos um porto importante ao Norte, além de Belém e São Luís, que pode realmente aproveitar principalmente a massa de produção desse centro-norte, que é o Brasil novo que estamos descobrindo. V. Ex^a tem razão: vamos nos empenhar nisso para que o País possa diminuir um pouco o superávit primário e investir nas obras de infra-estrutura, com isso gerando crescimento econômico, para que possamos fazer também a promoção social e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Muito me honra o aparte de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, apenas tenho a lamentar, com relação a essa CPI que V. Ex^a preside, que sobrou pouco tempo para seus pronunciamentos em plenário, já que sua presença muito enriquece esta sessão. Mas Deus escolhe o homem certo no momento certo. Num momento de descrédito de toda a estrutura democrática – Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário –, assim como Deus foi buscar Moisés e Davi, buscou o nome de V. Ex^a para presidir aquilo que seria a esperança: uma CPI, a primeira. V. Ex^a preencheu, vamos dizer, as preocupações do País. Por isso, esta paz, esta paz que se vê hoje. Ouço a voz rouca das ruas, e essa se deve muito à confiança que V. Ex^a levou, por seu perfil, não só o físico – estão lhe comparando aos melhores artistas de telenovelas da Globo. Como o essencial é invisível aos olhos, no caso de V. Ex^a, o que se vê bem são suas virtudes. Fui um dos que votou no Presidente Lula, votei no Governador do Piauí, e sempre me aproximava de pessoas que não tinham dificuldade com a virtude, como V. Ex^a, o Presidente no momento, Senador Tião Viana, meu acadêmico. Tudo isso me faz cada vez mais acreditar na filosofia. Sócrates disse, Senador Tião Viana, que só existe um grande bem, o saber; e só existe um grande mal, a ignorância. E V. Ex^a representa o saber. É o político-engenheiro, como o Senador Alberto Silva, encantando ainda, e orgulhoso. S. Ex^a diz: "Mão Santa, sou engenheiro-político". E V. Ex^a também; são técnicos. Quantas vezes eu disse que queria vê-lo substituindo o núcleo duro! Seria o

lucro do saber, da inteligência do oxigênio. Mas Deus escreve certo por linhas certas. Era apenas isso. Fiquei encantado quando li uma reportagem de sua encantadora "Adalgisa", sua esposa. E uma coisa ela disse: "Eu vi a virtude da cultura". Ela disse que V. Ex^a tem uma capacidade artística e cultural extraordinária, que reconheceu todos os quadros de pintores do Louvre. Sem dúvida, Presidente Tião Viana, um dos homens que mais encantou a humanidade pela sua inteligência foi Leonardo da Vinci. Este moço aqui, este Líder do PT, é o Leonardo da Vinci dos dias de hoje no Brasil.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Nem tanto, Senador Mão Santa. Agradeço as palavras de V. Ex^a, sempre muito carinhoso e tolerante comigo, meu caro Senador.

Sr. Presidente, complementando as observações que vinha fazendo, acredito que, independentemente das CPIs, precisamos ter uma agenda mínima no Congresso. O ano que vem será um ano muito atípico. Temos que escalar alguns assuntos para aprová-los. O País exige isso. Não podemos viver única e exclusivamente de CPIs. Elas cumprem um papel absolutamente importante, mas não podemos viver só de CPIs. Precisamos aprovar projetos importantes; precisamos indicar as pessoas para as agências reguladoras, que estão trabalhando deficientemente, exatamente para que o País continue caminhando – como disse muito bem o Senador Mão Santa – com serenidade, a despeito de toda a crise que estamos enfrentando.

Sr. Presidente, nobre Senador Tião Viana, demais Senadoras e Senadores, na sexta-feira passada, fiz um discurso sobre este assunto, mas voltei ao tema, que é a questão da aftosa em meu Estado, Mato Grosso do Sul. Muitas medidas foram tomadas, como a de isolamento da área afetada, especialmente nos Municípios de Eldorado e Japorã, focos que atingem, inclusive, assentamentos. E surgiram focos no Paraná. É absolutamente importante, fundamental e necessário que tenhamos sensibilidade para o que representa a sanidade animal.

Há seguramente uns oito, nove meses, talvez um pouco mais, conversei com o Ministro Roberto Rodrigues, um Ministro competente, que conhece o *métier*, determinado, experiente, simpático também. E S. Ex^a festejava, Senador Mão Santa, o fato de que, pela primeira vez, teríamos para sanidade animal R\$ 160 milhões no Orçamento. Entendia o Ministro Roberto Rodrigues, à época, que aquela seria a solução para o País. Basta lembrar que hoje as grandes barreiras no comércio internacional não são mais focadas em alíquotas no sentido de tentar defender os produtores rurais de cada País importador, mas sim de sanidade animal. Essas são as grandes barreiras. Algumas, re-

ais; outras, meras medidas protelatórias para impedir nossa exportação.

E o que aconteceu, meu caro Presidente, Senador Tião Viana? Tivemos recursos muito aquém daquilo que esperávamos. E por causa de R\$ 160 milhões vamos perder cerca de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões em função das restrições, se os Países europeus – principalmente a Rússia – vierem a tomar medidas duras, como eventualmente a situação possa vir a exigir. O Presidente Vladimir Putin – contou-me o Ministro Roberto Rodrigues – disse ao Presidente Lula que foi generoso com o Brasil. E foi. De certa maneira, a Rússia tomou uma atitude mais moderada, que se iniciou com a sua Chancelaria. E a Rússia é o maior importador de carne do Brasil atualmente.

Infelizmente, agora, temos que atacar as consequências. E essas consequências, evidentemente, estão sendo atacadas de maneira rápida e com todos os problemas advindos desse triste fato. Nós falamos, em mato Grosso do Sul, da indenização de quem perdeu seu rebanho. Muitos deles, Senador Mão Santa, com o rebanho já vacinado; outros, não. Avaliando um pouco tudo o que aconteceu, penso que o ocorrido foi uma sucessão de problemas: problemas orçamentários, problemas burocráticos, de convênios, de inadimplência, de controle de fronteira, enfim, uma somatória de equívocos que nos levou a esta situação.

É importante, Senador Tião Viana, registrar que sou sul-mato-grossense de uma região também de fronteira, não fronteira com o Paraguai, mas com a Bolívia: Corumbá. Tristemente, Senador Tião Viana, quando do referendo do desarmamento, tive uma reunião com vários produtores rurais da minha cidade – minha família também é de produtores rurais –, que já estavam com seu FCO, suas operações de financiamento junto ao Banco do Brasil praticamente concluídas, fruto do problema da aftosa no sul do Estado, o que é importante registrar. Estou falando de outra região, a região do Pantanal, a oeste, a noroeste do Mato Grosso do Sul. Simplesmente, o Banco do Brasil tomou uma decisão unilateral, dizendo que abortaria os financiamentos.

Além da situação difícil que o Estado enfrenta em razão da aftosa, por esse somatório de equívocos, além da não possibilidade de colocação da nossa produção – refiro-me, Senador Leomar Quintanilha, não apenas à produção de bovinos, mas também à de suínos –, nós hoje estamos proibidos de vender carne de bovino, boi em pé, ou carne de suíno também, para São Paulo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Como se estivesse fácil.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Como se estivesse fácil.

E só para resumir um pouco, Senador Tião Viana, nós temos dois abatedouros de suínos, temos excedente de suínos em Mato Grosso do Sul e não podemos vender agora para São Paulo.

Vejam a situação. Percebam V. Ex^{as}s a situação de dificuldade que Mato Grosso do Sul enfrenta.

Nós víhamos, a duras penas, Senador Tião Viana, recuperando o preço da arroba do boi. Quando a recuperação se iniciou, o preço desabou por causa da aftosa. A minha região, Senador Mão Santa, o Pantanal – quem não conhece o Pantanal, pelo menos de fotografia? Muita água, exuberância, um verde espetacular – está seco; algumas fazendas, algumas propriedades rurais dentro do Pantanal têm problemas de abastecimento de água. Ou seja, estamos vivendo hoje o pior dos mundos: aftosa, seca no Pantanal, preço do gado depreciado e um Estado e uma população de produtores preocupados com o desenrolar dos acontecimentos.

E mais preocupados ainda, Senador Tião Viana, porque o Banco do Brasil, agora, suspendeu as operações num momento crucial como o que enfrentamos.

E num Estado produtor, eficiente, em que os produtores rurais não só aprimoraram a raça do nosso gado, mas também produtores eficientes, produtores sérios ajudam não só Mato Grosso do Sul e o Brasil.

Ontem, felizmente, o Ministro Roberto Rodrigues liberou cerca de trinta e dois milhões para a aftosa. Isso vai ajudar muito, especialmente Mato Grosso do Sul. Mas temos que evitar que isso aconteça.

Sr. Presidente, já ouvi pronunciamentos vários de V. Ex^a com relação a esse assunto, até porque o Rio Grande do Sul é um Estado pujante, entre outros segmentos, mas pujante na bovinocultura. Como sou otimista, procuro olhar o futuro, acho que dessa crise, que é uma falha lamentável, depreendemos que chegou o momento de trabalharmos também com a rastreabilidade, fundamental para colocação da nossa produção não só aqui, mas no mercado internacional. É quase que o DNA, Senador Leomar Quintanilha, de qualquer novilho, de qualquer rês que aqui nasça, aqui seja criada e, depois, comercializada.

Sr. Presidente, é importante também criar-se oportunidade de investimentos em tecnologia. Temos que ter laboratórios adequados e reconhecidos internacionalmente. Hoje, já somos um país de ponta na qualidade de nossa carne, a despeito de tudo isso que aconteceu, mas temos que ser um país de ponta na rastreabilidade, na tecnologia, principalmente no controle fitossanitário. É fundamental isso, essencial para um País que, somente no agronegócio, exportou

US\$40 bilhões. Uma marca extraordinária, que mostra a pujança de um País como o Brasil.

Deixar que os produtores trabalhem, que nós, o Governo, não os atrapalhemos porque eles sabem fazer, conhecem a sua rotina e seu dia-a-dia.

Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Delcídio Amaral, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a, notável. Primeiramente, V. Ex^a empresta a solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, que dela é merecedor. Depois, faz uma análise ampla, profunda da febre aftosa no Brasil, que tem ser tratada com esse conteúdo e responsabilidade. Lamentavelmente, a aftosa atinge Mato Grosso do Sul, Estado que é um dos mais admiráveis da história republicana no tocante ao desenvolvimento rural, Estado agroindustrial, Estado que tem maior rebanho bovino do País e que se afirmou tão bem no cenário da economia pecuária pecuário, o nosso País é maior exportador de carne bovina do mundo. E Mato Grosso do Sul torna-se vítima dessa tragédia de mais uma infecção de uma parte do rebanho, gerando um prejuízo na ordem de US\$1,6 bilhão. Quando observo esse fato, noto duas vertentes. Primeiramente, a experiência do Canadá com a chamada síndrome da vaca louca. Há alguns anos, V. Ex^a se lembra do prejuízo sofrido pelo Canadá, que sofreu até interferência da Organização Mundial do Comércio. Mas o Canadá aprendeu com seus erros e compreendeu que era necessária a criação de uma agência reguladora, para intervir e tratar especificamente de matéria dessa natureza. V. Ex^a é sabedor de que, em 2002, no Governo passado, em Naviraí houve um foco de febre aftosa. Naquele momento, podiam ter tomado uma decisão preventiva que assegurasse uma barreira sanitária efetiva, para que não houvesse nova contaminação no Mato Grosso do Sul, Estado com grande capacidade econômica e tecnológica, a própria União assumisse suas responsabilidades. Mas, mais uma vez, uma crise momentânea levou a uma acomodação de procedimentos. Não houve avanços nos procedimentos. Lembro-me que, na mesma época, o meu Estado do Acre era reconhecido como zona não conhecida de risco da aftosa. Sequer conhecimento para fazer a definição de graduação de risco, nós tínhamos. Hoje, recebemos, em maio, da França o certificado de zona livre da aftosa no Acre, em tão pouco tempo, pelo trabalho que fizemos, trabalho duro, árduo. E o Mato Grosso do Sul se torna vulnerável. Acho que fica a lição de que deveríamos ter uma agência reguladora eficiente, com atuação direta, mais ágil que o próprio Ministério da Agricultura, preso à burocracia de aprovação e liberação de recursos, de verbas. Essa agência teria um trabalho mais efetivo. Não entendo como

o Senado Federal se mostra atrasado nesse debate como no caso da vacinação contra a febre amarela na Bolívia, em que o Governo Federal interferiu, foi solidário com aquele país e mesmo com outros países irmãos. Nesse momento, o Senado entende essa ajuda como um erro grave, invés de entender que passa por aí, talvez, a prevenção de crises como essa. Se nós tivéssemos estendido a mão, como poderíamos ter feito, para o setor produtivo rural privado e o Governo ao Paraguai, para que lá houvesse um avanço intenso da proteção em relação à aftosa, mudando a cultura de alguns produtores paraguaios, não teríamos essa contaminação no território brasileiro. Eu acho que isso tem que servir de lição. Nós não podemos correr riscos. Temos que criar um cinturão sanitário, que não está demarcado pela fronteira de um país, mas pela cultura de responsabilidade política e de prevenção entre povos que se vinculam, que se misturam nos cinturões de fronteira. Assim, eu acho que o pronunciamento de V. Ex^a chama a atenção para esse aspecto. A outra vertente de maior gravidade no combate à aftosa é o **lobby** internacional mesquinho, pequeno, que está por trás disso, e que faz de tudo para, quando aparece um foco, gerar uma crise localizada de mercado e, assim, promover compensação de outros setores. Se nós analisarmos friamente, verificaremos que a aftosa não precisa ser tratada com o escândalo e com a proporção que está sendo dada atualmente. Nós estamos atirando contra nós mesmos. É uma doença que não tem transmissão humana. O impacto dela é econômico, por perda de peso do rebanho. Ela tem suas limitações temporárias de acometimento do rebanho. Ela pode ser bloqueada, sim, ela pode ser resolvida. Mas se cria um alarme de tal proporção que basicamente se inviabiliza a economia de uma região. O Brasil está perdendo US\$1,6 bilhão em decorrência disso. Mas mais, no meu entendimento, pelo **lobby**. É claro que eu não tiro a culpa do Governo Federal, em parte, pelo que está ocorrendo. Eu acho que o Governo do Estado que teria que ter feito um esforço maior no sentido de promover alianças com os produtores. Em 1970, tínhamos algo em torno de 19 milhões de reses. Fizemos um pacto nacional. Vamos vacinar o rebanho brasileiro, vamos intensificar a vacinação do rebanho brasileiro contra a aftosa. Foi planejado um investimento de US\$60 milhões. Quase metade desse investimento foi pactuada com os produtores rurais. O Brasil tem de assumir a cultura daquilo que é estratégico para o agronegócio e para a atividade pecuária, que é a parceria consolidada, senão vamos pagar um preço. Não é difícil para o setor produtivo rural e pecuário fazer uma parceria, mas é preciso ter um animador, um catalisador desse processo. E o pronunciamento de

V. Ex^a completa muito bem a análise profunda e justa dessa matéria que é da maior relevância. Espero que o que houve de desatenção em Naviraí não se repita, a partir de agora, como consequência. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Gostaria de fazer alguns acréscimos aos comentários muito pertinentes de V. Ex^a. Precisamos fazer um trabalho no Mercosul para promover a integração com os países vizinhos. O foco de Naviraí, citado por V. Ex^a, foi o gado do Paraguai, que entrou no País em 2002. Não duvido que uma das hipóteses analisadas hoje seja o gado do país vizinho. Então, precisamos de uma política de controle sanitário não só no Brasil, mas nos países vizinhos. Isso tem sido feito por outros países vizinhos nossos. É fundamental que venhamos a debater esse tema no âmbito do Mercosul.

Para concluir essa questão, Sr. Presidente – e, mais uma vez, agradecendo a paciência, a tolerância de me dar este tempo para que eu fale sobre alguns assuntos que, no meu ponto de vista, são importantes, não posso deixar de destacar também a gripe do frango, um risco que hoje assola a Europa e, se viesse a se propagar aqui, traria consequências para o País e para alguns Estados brasileiros, como Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e outros que sofreriam muito. Por isso, urgem medidas e barreiras sanitárias duríssimas para que não tenhamos esse fantasma da gripe do frango chegando aqui ao continente sul-americano.

Sr. Presidente, tendo falado sobre esses vários temas, gostaria de pegar uma carona nos comentários feitos hoje por V. Ex^a no que se refere às CPIs e que também mereceram um discurso muito rigoroso e atento do Senador Alvaro Dias.

Gostaria de informar, Sr. Presidente, que a CPMI dos Correios – isso também foi mencionado pelo Senador Leomar Quintanilha – encontra-se hoje numa fase importantíssima. Como foi dito aqui, temos muitas informações, muitos dados. Senador Mão Santa, V. Ex^a tem conhecimento da dificuldade na obtenção de uma série de informações, especialmente do sistema financeiro, e da sua sistematização para que elas sejam analisadas numa mesma base de dados. Mas hoje, a realidade, como disse o Senador Pedro Simon, que preside esta sessão, e também o Senador Alvaro Dias, é que temos muitas informações e muitos subsídios, inclusive para encaminhar os processos para o Ministério Público, fruto de tudo isso que já verificamos, fruto de tudo o que aconteceu ou tem acontecido, não só no Congresso Nacional, com relação aos Parlamentares, mas também com relação ao Poder Executivo. Senador Mão Santa, quantos Ministros já saíram em

função desses trabalhos desenvolvidos! Quantos executivos de empresas, quantos pedidos de demissão, renúncias, processos de cassação em andamento! Quantas coisas já foram produzidas!

Portanto, Sr. Presidente, temos reais condições de concluir os nossos trabalhos em tempo. Isso é importante para a instituição. Evidentemente, temos desafios, como algumas Sub-Relatorias recém-criadas, como a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, que vão nos levar efetivamente à abertura da famosa caixa-preta dos investimentos, das relações dos fundos de pensão com as corretoras. Temos as reais condições para apresentar um trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB RS) – V. Ex^a permite que eu o interrompa?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT MS) – Perfectamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB RS) – Interrompo V. Ex^a para prorrogar por mais 25 minutos a sessão.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção, pela tolerância e pela sensibilidade.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB TO) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT MS) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha e, depois, o Senador Mão Santa e o Senador Tião Viana.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – A serenidade de V. Ex^a, quer na condução dos trabalhos da CPMI, quer na condução dos seus próprios atos pessoais, quer na convivência com seus Pares aqui na Casa destacam V. Ex^a como um dos mais importantes Líderes do Brasil contemporâneo. Nós estamos vivendo no epicentro do furacão, porque é aqui, neste fórum dos grandes debates nacionais, o Senado Federal, que essa CPMI da mais alta relevância para a construção da democracia e da sociedade brasileira está sendo realizada, sob a Presidência de V. Ex^a, num momento em que – como nós comentávamos antes – a corrupção é um mal endêmico e atingiu praticamente todo o tecido social. E nós temos como desafio, não somente da nossa Casa, mas de todo o povo brasileiro, enfrentá-la. Esse mal precisa ser enfrentado e extirpado do meio da sociedade brasileira. V. Ex^a dá o equilíbrio necessário e o tom do encaminhamento das discussões com a seriedade que essa discussão deve ser travada no ambiente das CPMIs. Senador Delcídio, muitas vezes a notícia é muito pior do que o fato. Eu tenho visto desmoronar a estrutura de cidadãos brasileiros com notícias malversadas que induzem a população a um tipo de raciocínio em que

a denúncia vem com o julgamento e a condenação simultaneamente. Independentemente da investigação, com a propriedade que tem a CPMI de fazê-la, com os outros instrumentos de que dispõe – assessoramentos técnicos abalizados e assessoramento quer da Polícia Federal, quer do Ministério Público –, é muito importante a serenidade na condução dos trabalhos, pois a CPMI busca, inclusive para atender aos apelos populares, a verdade, procurando não cometer injustiças que, eventualmente, possam ocorrer no açodamento de qualquer interpretação de avaliações de fatos trazidos a sua apreciação. Por isso, a serenidade de V. Ex^a é muito importante. Sou membro da CPMI, membro suplente, e tenho acompanhado com muito interesse os trabalhos ali desenvolvidos. Vejo em V. Ex^a o tom de seriedade e de serenidade que precisam presidir exatamente os trabalhos dessa envergadura e dessa natureza. Portanto, quero cumprimentá-lo por essa forma de conduzir os trabalhos, que são da mais alta responsabilidade.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, pelas palavras. Isso muito me honra, partindo de V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, não vou dizer que esse Governo não tenha tido bons momentos, pois um deles foi o fato de V. Ex^a ter sido convidado para ser o Líder do Partido do Governo aqui. V. Ex^a está agora nesta sessão depois de um exaustivo trabalho, num momento de folga que teve da CPI. E V. Ex^a está aqui ouvindo. Eu queria que nesta Casa estivessem aqueles que, segundo a História, são os pais da pátria. O Senado deve ser assim historicamente. Ele começou assim, em momento de grande dificuldade, como aquele vivido por Moisés, um líder extraordinário que, quando quis desistir, ouviu uma voz: “Não, Moisés, não desista. Busque os mais velhos, os mais experimentados, que o ajudarão a carregar o fardo do povo”. E aí nasceu essa idéia de Senado, que foi melhorada na Grécia, em Roma e aqui mesmo, com Rui Barbosa e outros. Eu queria advertir, como médico, para a gravidade do problema – está aí o Senador Tião Viana, que também é médico. Aqui é uma Casa que tem isso. O médico se preocupa com a profilaxia. Este País tem às vezes que dar marcha a ré. Começou V. Ex^a saudando o servidor público. V. Ex^a é muito jovem. Eu quero dizer que o servidor público já foi seriamente apoiado. Existia o Dasp (Departamento de Aperfeiçoamento do Servidor Público), criado por Getúlio Vargas, portador da inteligência gaúcha, aqui simbolizada por Pedro Simon, para apoiar o servidor com livros, com pesquisas. Agora o servidor público está desamparado. Eu li um livro sobre chefia e liderança, de

Wagner Estelita, que disse que a maior complexidade está no critério de promoção. Foi aí que errou o Presidente Lula. Ele promoveu muita gente nessa máquina boa de funcionários públicos e colocou pessoas sem méritos lá no ápice da hierarquia, não hierarquizando e desmotivando. A situação do País é grave. Então, eu me lembro de uma frase do meu primeiro livro de higiene, de Afrânio Peixoto, que diz: “A saúde pública no Brasil é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. Agora está surgindo uma grave epidemia – Senador Tião Viana, V. Ex^a que traz, também, a sabedoria, é laureado como professor de doenças infecto-contagiosas –, está surgindo no Maranhão amazônico a raiva silvestre – existe também a raiva transmitida pelo cão-chorro, a hidrofobia. O Piauí está apreensivo, pois no Maranhão já morreram quase cem pessoas. O Governo está tonto, e a população do Piauí está apavorada. Essa raiva é transmitida pelo morcego. Isso pode causar uma epidemia, como a de febre amarela que surgiu no tempo de Oswaldo Cruz. O problema é da maior gravidade. Quer dizer, o Governo tem que recrutar e colocar no Ministério da Saúde um homem que vista a camisa da saúde pública. Outro problema é a gripe do frango. Eu era menino – V. Ex^a é novo – quando entrou no Brasil a gripe espanhola. Dizem que morreram 18 milhões de pessoas em todo o mundo, e, na época, morreram muitas no Brasil. O Governo tem de fazer essa prevenção. Governar é isto: é ter esta visão. É por isso que, desde o início, eu dizia que V. Ex^a, Senador Tião Viana, e o Senador Aloizio Mercadante deveriam estar lá no lugar do núcleo duro para formar o núcleo inteligente do PT do Brasil.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mais uma vez, muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo o aparte ao nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) Caro Senador Delcídio Amaral, o problema que V. Ex^a aborda, da gripe aviária, é, de fato, de gravidade distinta. Aí, sim, muito mais do que no caso da aftosa, é uma emergência. Tem-se, inquestionavelmente, de fazer o isolamento de áreas contaminadas, porque se trata de um vírus com alto poder de propagação e que mata o rebanho, diferentemente da aftosa, que causa febre no gado, assim como lesões ulceradas na boca, pode atingir também suínos, causar perda de peso, mas não mata. No caso da gripe do frango, estamos falando de morte de aves. Milhões e milhões de aves já foram abatidas. Há dez dias, debatemos essa matéria, e havia áreas de contaminação de frangos em cinco países. Hoje são mais de 11 países. A Turquia, a Romênia, a Grécia já estão contaminadas. O Reino Unido registra, na Inglaterra, a presença de um papagaio levado do Suriname que

era portador do vírus, o que é um dado atípico. Não se imaginava a presença desse vírus na América do Sul. Então, a situação é delicada e, sem dúvida alguma, exige muita atenção. O Brasil se afirma como grande exportador de frangos, e devemos ter o devido cuidado. O vírus H5N1, que transmite a gripe aviária, morfológicamente é exatamente idêntico ao que causou a gripe espanhola em 1918, quando, segundo alguns, cinqüenta milhões de pessoas morreram. Em 1955, houve a gripe asiática, mais uma mutação da gripe aviária, que levou à morte, pelo menos, cinco milhões de pessoas. Em 1967, houve a chamada gripe de Hong Kong, que levou à morte mais de um milhão de pessoas no planeta. Então, os ciclos de pandemias, a cada quarenta anos, despertam uma preocupação moderada, mas de responsabilidade da saúde pública e fitossanitária atual. Temos o dever de agir. Hoje, o Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, está no Canadá, em um encontro de países das Américas, discutindo que estratégia vamos adotar. Fico muito feliz pelo fato de o Governo brasileiro ter encomendado nove milhões de *kits* do medicamento que tem eficiência, que tem eficácia, não absoluta, mas considerável contra o vírus da gripe aviária e também contra o vírus **influenza**, que pode ser o grande veículo de uma junção para que a transmissão entre humanos ocorra. Enquanto a transmissão for das aves para outro animal, estamos em uma fase aceitável; se for das aves para o homem, ainda é uma fase aceitável. Mas, quando o homem transmitir para outro, isto é, a transmissão inter-humanos, teremos o risco de uma pandemia com propagações graves. Então, é muito importante a tranquilidade da sociedade brasileira. Governos como o da França e o do Reino Unido afirmaram estar preparados definitivamente para garantir a proteção a toda a sua população por medicamentos. O Governo americano trata o problema como prioridade estratégica de saúde pública e dos órgãos de vigilância. A Hungria disse que tem uma vacina para a gripe aviária, com teste comprovado em mais de 150 pessoas. Disse que a vacina tem capacidade de proteger o organismo humano quatro vezes mais do que a condição mínima apontada pela Organização Mundial de Saúde. Estou certo de que as autoridades brasileiras estão acompanhando o problema à altura, as autoridades do Ministério da Agricultura também devem fazê-lo, o Ministério das Relações Exteriores deve acompanhar o que está acontecendo. Os epidemiologistas do mundo inteiro estão preocupados. Nos dias 30 e 31 próximos, haverá, na Austrália, mais um encontro internacional para discutir a estratégia de prevenção e controle de uma propagação eventual da gripe aviária. Tenho certeza de que o Brasil está à altura das suas responsabilidades. Os avicultores não devem

esperar o problema acontecer sem pactuar parceria de emergência e de vigilância de barreiras e proteção efetiva, porque o que podemos evitar é a contaminação de frangos. A contaminação entre humanos é um fenômeno que pode ocorrer independentemente da vontade humana, da vontade da ciência. Sem dúvida alguma, a prevenção de contaminação das aves é um passo que temos condições de dar. Espero que o Brasil esteja firme, como demonstra, no cumprimento dessas metas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Eu gostaria de registrar a profundidade dos comentários de V. Ex^a com relação a um tema absolutamente importante para todo o mundo, para todos os continentes. Senador Tião Viana, voltando um pouco a essa questão da gripe do frango – eu já estava começando a tratar de assuntos relativos à CPMI dos Correios –, ressalto que V. Ex^a aborda um ponto fundamental, já que essa doença ataca as pessoas. Já houve vários exemplos, em alguns continentes, de pessoas que morreram por causa dessa contaminação.

Portanto, Sr. Presidente, esse é um problema muito mais grave que não está associado apenas à sanidade animal, mas também à saúde humana. Assim, devemos ter todos os cuidados possíveis e abordar esse assunto com absoluta severidade, em razão da gravidade do momento em que vivemos.

E voltando, Sr. Presidente, à questão da CPMI dos Correios, eu gostaria de enfatizar, mais uma vez, o número de informações que nós obtivemos e as condições reais que temos – repetindo – de instrumentalizar todos os processos, não só aqui no Congresso como também junto ao Ministério Público.

Sr. Presidente, como todos aqui sabem e a opinião pública brasileira também conhece, nós temos quatro sub-relatorias na CPMI dos Correios. A Sub-relatoria de Movimentação Financeira, comandada pelo Deputado Gustavo Fruet; a Sub-relatoria de Contratos, comandada pelo Deputado José Eduardo Cardozo; a Sub-relatoria de Seguros, que foi criada em função de uma orientação do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para que não se criasse outra CPI aqui no Congresso, e, portanto, ela se transformou numa sub-relatoria, tendo como sub-relator o Deputado Carlos Willian; e a quarta sub-relatoria, Sr. Presidente, aquela ligada aos fundos de pensão, que eu falei há poucos minutos atrás que vai desvendar a caixa preta, o que é muito importante para a opinião pública brasileira.

Sr. Presidente, depois de todo o esforço que fizemos na busca dessas informações, que hoje já obtivemos – e isso atrasou efetivamente o trabalho da CPI –, nós não teríamos condições de trabalhar sem

os dados, sem as informações necessárias. A Dr.^a Cleide, Diretora das Comissões do Senado, conviveu com esse nosso sofrimento, com essas nossas dificuldades e hoje o cenário é outro – e, aí, a Mesa Diretora do Plenário teve muita competência.

Nós contratamos um programa utilizado pelo serviço secreto inglês, o M-2, o FBI e a própria Polícia Federal, serviço especializado em fiscalizar lavagem de dinheiro, contrabando, tráfico de entorpecentes. Agregamos isso ao trabalho das CPIs, não só à CPMI dos Correios, Senador Mão Santa, mas à CPMI do Mensalão e à CPMI dos Bingos. Esse instrumento, esse *software*, é absolutamente importante, teve amplo amparo dos técnicos do Prodases quanto a sua eficiência e eficácia e vai nos ajudar muito, como nos ajudarão muito, Sr. Presidente, as auditorias, A Ernest Yang cuidando de fundos de pensão, o consórcio de auditorias, a Villas Rodil e a Moore Stephens, cuidando de movimentações financeiras.

Sr. Presidente, só peço que V. Ex.^a, que teve tanta tolerância comigo...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa concede mais cinco minutos a V. Ex.^a.

O SR. DÉLCIDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para esclarecer essa questão das auditorias, que foram muito discutidas e debatidas aqui no Senado e pelas CPIs, primeiro, as auditorias foram escolhidas depois de um trabalho rigoroso, profundo, e contam com profissionais experientes que vão profissionalizar ainda mais o trabalho das CPIs, legitimá-lo. Fundamentalmente, Sr. Presidente, tivemos de contratar em caráter de urgência as auditorias, porque não poderíamos seguir aqueles trâmites normais que a Lei 8.666 determina.

E digo hoje, Sr. Presidente: não é só a exigüidade do tempo o problema que efetivamente a CPI tem; é também a dificuldade de se escolher empresas que não tenham conflito de interesses com aquelas instituições que estão sendo investigadas pela CPI do Mensalão, pela CPI dos Correios e pela CPI dos Bingos. Isso demonstra que, mesmo num processo licitatório, levando em consideração aqueles trâmites normais, não seria fácil escolher essas empresas.

Em reunião ontem com o Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, aprofundamos a análise jurídica, com auxílio do Dr. Raimundo Carreiro, que muito nos auxiliou na consolidação desse parecer, mostrando que o Senado tem condições, pelo seu Regimento, de contratar serviços especializados como esses. Terça-feira, assinaremos esses contratos, que serão fundamentais para os trabalhos a serem de-

senvolvidos pelas CPMIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos.

Sr. Presidente, estamos muito seguros hoje. Na Sub-relatoria de Contratos, praticamente ultimamos os trabalhos com o Tribunal de Contas da União. Vamos agora, definitivamente, liberar os relatórios parciais, até o final de dezembro, quando se encerra a CPI. E é importante registrar de maneira completa, porque ouvimos várias pessoas envolvidas nessas denúncias, pessoas envolvidas com esses contratos, através das sub-relatorias, que são menores, têm menos Parlamentares, mas são absolutamente fundamentais também para o processo investigativo.

Sr. Presidente, a Sub-relatoria do IRB concluirá seus trabalhos até o final deste ano porque, entre esses trabalhos, vamos incluir fundamentalmente um novo redesenho do IRB, com abertura de capital, movimentação financeira. Com a viagem que faremos terça-feira ao Departamento de Justiça e à Promotoria de Nova Iorque, conseguiremos chegar às informações necessárias para fechar o trabalho da Sub-relatoria de Movimentação Financeira.

Nos sobram os fundos de pensão, uma área difícil, árida, complicada, mas teremos competência para também apresentar grandes resultados aí também.

Sr. Presidente, quero registrar, finalizando, que não esperem mais, Senador Pedro Simon, da CPMI dos Correios grandes espetáculos televisivos, pois nosso trabalho é de formiguinha, é de investigação. Nós vamos desaparecer, mas trabalhar incessantemente nos escritórios da CPMI, para mostrar ao País os resultados que a opinião pública, como V. Ex.^a muito bem disse aqui, espera de todos nós. Isso vai nos ajudar a conquistar um Brasil melhor, um Brasil mais fraterno, mais solidário e mais cidadão.

Sr. Presidente, eu quero agradecer, de todo o coração, às Senadoras e Senadores pela paciência que tiveram comigo até o momento. Eu gostaria muito de falar sobre esses assuntos que aqui discorri e, mais uma vez, reiterar a nossa determinação de trabalhar por um novo Brasil, um Brasil ético, um Brasil justo e um Brasil de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Pedro Simon, Leomar Quintanilha e Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Comunico ao Plenário que a Presidência acabou de receber, às 13 horas e 56 minutos, o Ofício nº 5.025, de 28 de outubro de 2005, do Ministro Marco Aurélio, Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal do Presente Mandado de Segurança.

(Mandado de Segurança nº 25.623. Impetrante: João Alberto Rodrigues Capiberibe. Impetrado: Presi-

dente do Senado Federal. Litisconsorte passivo: Gilvam Pinheiro Borges. Sr. Presidente, comunico a V. Ex^a que, no processo acima referido, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, concedi a liminar pleiteada para afastar os efeitos do ato atacado. Com isso, restabeleço a situação jurídica anterior, viabilizando ao impetrante, ainda na qualidade de Senador da República, o exercício do direito de defesa. Atenciosamente, Ministro Marco Aurélio, Relator.)

É o seguinte o ofício recebido:

of. nº 5025 /R

Brasília, 28 de outubro de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

*A publicar
a 28.10.2005
Tião Viana*

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25623

IMPETRANTE: João Alberto Rodrigues Capiberibe

IMPETRADO: Presidente do Senado Federal

LITISCONSORTE PASSIVO: Gilvam Pinheiro Borges

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, no processo acima referido, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, concedi a liminar pleiteada para afastar os efeitos do ato atacado. Com isso, restabeleço a situação jurídica anterior, viabilizando ao impetrante, ainda na qualidade de Senador da República, o exercício do direito de defesa.

Atenciosamente,

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

*Recebido
28.10.2005
Tião Viana
(13:56h)
Senador Tião Viana
Primeiro Vice-Presidente*

MANDADO DE SEGURANÇA 25.623-1 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
IMPETRANTE(S) : JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
ADVOGADO (A/S) : ÁLVARO JOACYR ROCHA
IMPETRADO (A/S) : PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
LITISCONSORTE(S) : GILVAM PINHEIRO BORGES
PASSIVO (A/S)

DECISÃO

MANDADO DE SEGURANÇA -
DEVIDO PROCESSO LEGAL -
TRANSGRESSÃO - RELEVÂNCIA -
LIMINAR DEFERIDA.

1. João Alberto Rodrigues Capiberibe impetra este mandado de segurança, formalizando pedido de concessão de liminar contra ato do Presidente do Senado da República, senador Renan Calheiros, que o afastou do exercício do mandato de Senador pelo Estado do Amapá, aludindo à posse de Gilvam Pinheiro Borges designada para a data de hoje, às quatorze horas. Em síntese, sustenta o impetrante que o Presidente do Senado inobservou a regra do § 3º do artigo 55 da Constituição Federal, deixando de ensejar o direito de defesa e implementando, no campo individual, o afastamento. Discorre a respeito, reportando-se aos debates que se travaram no âmbito da Casa Legislativa e afirmando que em jogo se faz direito subjetivo passível de proteção mediante a ação mandamental. Ter-se-ia ou a competência do Plenário da Casa ou da Mesa para, somente após o exercício do direito de defesa, concluir pelo afastamento. É pleiteada liminar que implique a sustação dos efeitos da decisão atacada, restabelecida a situação jurídica anterior, vindo o Tribunal, após citado o litisconsorte passivo e ouvida a Procuradoria Geral da República, a conceder a segurança para tornar insubsistente o ato. Acompanharam a inicial as peças de folha 16 a 157.

2. A impetração ocorreu neste dia às onze horas e trinta e oito minutos, chegando o processo ao Gabinete às treze horas e quarenta e oito minutos, sendo que, a partir das quatorze horas, integrei a Sessão Plenária.

No caso, não cabe elucidar o alcance, em si, dos ofícios encaminhados ao Senado Federal, dando conta do julgamento procedido no Tribunal Superior Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal, bem como da solução emprestada à Questão de Ordem sobre a relatoria do ministro Joaquim Barbosa. Cumpre apenas ter presente a Lei Fundamental, o que previsto no artigo 55 dela constante:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

Pois bem, quer se trate da perda do mandato, presentes os incisos I, II e VI, quer verse a situação a extinção ante as previsões dos incisos III a V, tem-se como autores dos atos, respectivamente, o Plenário da Casa e a Mesa, assegurada, em ambas as situações, a ampla defesa. As discussões travadas no Senado Federal revelam o afastamento do impetrante sem que observados os ditames constitucionais, sem que observada a Lei Fundamental da República, que a todos, indistintamente, submete, considerado o

devido processo legal. Frise-se, por oportuno, que à época da cassação do registro e diploma, o impetrante já estava no exercício do mandato de Senador, não cabendo conferir à parte final do inciso V do artigo 55 da Carta Federal - "... nos casos previstos nesta Constituição" - interpretação gramatical, simplesmente verbal, sob pena de se chegar a verdadeiro paradoxo. Estando o pronunciamento judicial calcado nesta última, de envergadura maior, ter-se-ia a incidência do preceito do § 3º do citado artigo; enquanto a fundamentação em norma estritamente legal dispensaria o atendimento às formalidades estabelecidas. A óptica não se sustenta.

3. Concedo a liminar pleiteada para afastar os efeitos do ato atacado. Com isso, restabeleço a situação jurídica anterior, viabilizando ao impetrante, ainda na qualidade de Senador da República, o exercício do direito de defesa.

4. Cite-se o litisconsorte passivo.

5. Dê-se ciência ao Presidente do Senado Federal.

6. Publique-se.

Brasília, 27 de outubro de 2005.



Ministro MARCO AURELIO
Relator

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O ofício recebido vai à publicação.

Está restabelecida a condição de Senador da República ao Senador João Capiberibe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Papaléo Paes, Teotonio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Almeida Lima, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "TCU vê superfaturamento na Secom", publicada no jornal "**O Estado de S. Paulo**", edição de 24 de outubro do corrente ano.

A matéria destaca a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos gastos da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República durante a gestão Luiz Gushiken. A auditoria mostra que "havia um jogo de cartas marcadas entre o governo, as agências de publicidade e as gráficas paulistas que imprimiam material de promoção do Palácio do Planalto. Em 2003 e 2004, preços pagos pelo governo a agências de publicidade e gráficas chegaram a superar em 343,35% os de mercado".

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria seja considerada como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2005 - ESTADO DE S. PAULO

TCU vê superfaturamento na Secom

Em 2003 e 2004, preços pagos pelo governo a agências de publicidade e gráficas chegaram a superar em 343,35% os de mercado

CRISE NO GOVERNO LULA

**Sérgio Gobetti
Expedito Filho**
BRASÍLIA

O resultado da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos gastos da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva mostra que havia um jogo de cartas marcadas entre o governo, as agências de publicidade e as gráficas paulistas que imprimiam material de promoção do Palácio do Planalto. Em média, os preços pagos pelo governo para ter a revista *Brasil, um País de Todos* entre 2003 e 2004 superaram em 75% os de mercado – a prática irregular

A Duda Mendonça & Associados e a Matisse Comunicação dividiram contrato

causou um prejuízo de R\$ 5,77 milhões aos cofres públicos.

Ao todo, o governo Lula gastou R\$ 13,45 milhões para elaborar revistas e encartes de balanço de cada seis meses de administração, além de uma cartilha de divulgação de seus programas sociais. Muitos exemplares podem nem ter sido entregues, num possível prejuízo de mais R\$ 6,36 milhões, segundo a auditoria concluída pelo TCU.

As agências de publicidade Duda Mendonça & Associados, do ex-marqueteiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Matisse Comunicação de Mar-

keting, do publicitário Paulo de Tarso Santos, criador do jingle *Lula-lá*, estão envolvidas nas irregularidades. Essas duas agências dividiram o contrato de publicidade da Secom e, quando o governo precisava de material de divulgação, subcontratavam as gráficas, cobrando uma comissão de 9% sobre o custo.

Documentos reunidos pelos auditores que trabalharam no caso indicam que as agências cumpriam como mera formalidade a exigência de três diferentes orçamentos para seleção do menor preço cobrado pelos serviços gráficos. A cotação era feita quase sempre com as mesmas gráficas, que apresentavam propostas parecidas e acabavam dividindo a impressão a um custo bem superior ao cobrado por outras do mercado.

No caso da cartilha sobre os programas do Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, o TCU descobriu que o preço pago pelo governo à Gráfica Kriativa e à Matisse foi 203,82% a 343,35% superior ao cobrado por outras empresas do mercado. Enquanto a Kriativa apresentou orçamento de R\$ 2,07 por livreto, as gráficas consultadas pelos auditores se dispuseram a fazer o serviço por R\$ 0,47 a R\$ 0,68 a unidade.

DATAS

Também chamou a atenção dos auditores que algumas notas fiscais foram emitidas pelas agências e gráficas antes da autorização da Secom. Isso ocorreu, por exemplo, com as revistas do balanço de 2 anos de governo, cuja impressão foi dividida pelas gráficas Kriativa, Burti e Panerom.

A nota da Kriativa foi feita em 21 de dezembro de 2004, e a autorização da Secom, dia 23. “Esses fatos demonstram que as apresentações de orçamento das subcontratadas, bem como as autorizações da Secom, foram apenas para cumprir formalidades contratuais, visto que já estava decidido anteriormente o fornecedor a ser demandado”, conclui o relatório.

O TCU constatou ainda que não há comprovação de entrega de 1.969.300 exemplares de um total de 5.082.000 revistas e encartes pagos à Matisse e à Duda Mendonça & Associados. Questionado pelos auditores sobre a falta de comprovante, o

Notas fiscais foram emitidas pelas agências e gráficas antes de a secretaria autorizá-las

novo subsecretário de Comunicação Institucional do Governo, Luiz Tadeu Rigo, informou que “não havia no setor prática de arquivamento sistemático das notas fiscais de simples remessa correspondentes à entrega dos materiais, bem como não se anexavam tais documentos aos processos de pagamento.”

A assessoria da Secom diz que está fazendo uma análise técnica e jurídica do relatório, mas alega que o mesmo é preliminar e não foi apreciado pelo plenário do TCU. A secretaria sustenta que os processos de contratação e pagamento dos serviços gráficos foram conduzidos com “total lisura” •

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O PT avacalha Freud”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** em sua edição de 19 de outubro do corrente.

Segundo o articulista, “o governo petista foi um fracasso não apenas porque roubou e governou mal. Fracassou também por ter promovido a vulgaridade”. “Integrantes conhecidos da cúpula do PT roubaram, aceitaram gorjeta, empregaram parentes no serviço público, mentiram, usaram o dinheiro sujo da cueca e, nunca, mas nunca mesmo, manifestaram nenhum sentimento de culpa”.

TALES ALVARENGA

O PT avacalha Freud

Sigmund Freud, o fundador da psicanálise, afirmava que a culpa resulta do confronto na infância com o complexo de Édipo. Esse mecanismo produz nos meninos uma inclinação afetiva e carnal pela mãe e um sentimento de raiva pelo pai. O Brasil é o único país do mundo onde a teoria de Freud não se aplica.

Integrantes conhecidos da cúpula do PT roubaram, aceitaram gorjeta, empregaram parentes no serviço público, mentiram, usaram o dinheiro sujo da cueca e, nunca, mas nunca mesmo, manifestaram nenhum sentimento de culpa. Ou eles não conheciam pai nem mãe para experimentar o complexo de Édipo, o que é uma improbabilidade biológica e uma impossibilidade estatística, ou então até o complexo de Édipo foi desmoralizado no Brasil.

O governo petista foi um fracasso não apenas porque roubou e governou mal. Fracassou também por ter promovido a vulgaridade. Mais pesada crítica da esquerda ao governo Lula é a de que ele se dobrou à agenda da élite nacional e às exigências do sistema financeiro internacional. Na verdade, fez coisa muito diferente. Escoregou das mãos das mal-amadas elites para expor o país a uma era de mediocridade. Piorou os já exíguos padrões de auto-respeito que existiam. A culpa e a vergonha foram desmoralizadas pela aplicação contumaz da esperteza delinqüente.

São diárias as manifestações da autonomia petista em relação à moral e aos bons costumes. Numa ritual quase religioso de perdão coletivo, Lula chamou os deputados petistas ao Palácio e disse a eles que podiam ir em paz. Tinham errado, por certo, mas não eram corruptos.

Além da grande corrupção, o governo petista se caracterizou pela avi-

O articulista conclui: “essas manifestações de nepotismo e vulgaridade servem apenas para desqualificar ainda mais um governo que está no centro de um furacão milionário, talvez bilionário, de corrupção”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

dez em relação às miudalhas. Seis ministros empregaram suas mulheres nas repartições de Brasília. Um dos filhos de Lula, Fábio Luís Lula da Silva, estava disfarçado na vida quando um dia, do nada, um concessionário de serviço público, a Telemar, resolveu investir 5 milhões de reais em sua pequena empresa Gamecorp, de conteúdo multimídia. Dias atrás, apareceu Vavá, irmão de Lula, como lobista de empresários junto a órgãos federais.

O tráfico de influência alcançou ainda Ângela Saragoça, ex-mulher de José Dirceu. Ela também andava disfarçada quando um dia

lhe apareceu um empreendedor ligado ao esquema de Marcos Valério oferecendo-se para comprar o apartamento que ela queria vender. Outro enviado lhe arrumou um empréstimo para comprar apartamento novo. E um terceiro, do BMG, banco mineiro afundado nas maracutaias do mesmo Marcos Valério, arranjou-lhe um emprego. Até o filho de José Dirceu se be-

neficiou das migalhas que caíam da mesa do poder. A Casa Civil, conforme investigações, trabalhava com o objetivo de liberar verbas do governo federal para prefeituras paranaenses, que se apresentavam em Brasília sob a proteção do pimpolho Zeca Dirceu. Essas manifestações de nepotismo e vulgaridade servem apenas para desqualificar ainda mais um governo que está no centro de um furacão milionário, talvez bilionário, de corrupção.

A ausência de culpa por tudo isso explica a declaração de Lula em Paris: o PT fez o que todos fazem. E o antológico exame de consciência de Dirceu em Brasília: “Estou cada dia mais convencido de minha inocência”. No Brasil, até Freud foi derrotado.

REVISTA VEJA, 19 DE OUTUBRO DE 2005
[Assinatura]

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Para TCU, gastos são estratosféricos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de outubro do corrente.

A matéria traz declaração do Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, de que os gastos do governo Lula com diárias de viagens são estratosféricos.

Segundo o Procurador-Geral, o aumento nos gastos “pode ter acontecido por desorganização ou por fraudes ou uma mistura dos dois”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para TCU, gastos são estratosféricos

Procurador-geral do tribunal diz que o aumento de despesas do governo com diárias “pode ser desorganização, pode ser fraude”

GOVERNO

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

O procurador-geral do Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, classificou como “estratosféricos” os gastos do governo federal com diárias de viagens – R\$ 1,045 bilhão, desde o início do governo Lula. “O número é estarrecedor”, afirmou o procurador, para quem é preciso ampliar o controle interno do governo para conter os abusos que vêm sendo detectados nos gastos da administração.

Segundo ele, esse aumento nos gastos pode ter acontecido por desorganização ou por fraudes: “É bem provável que seja uma mistura dos dois”, disse o procurador-geral do TCU. “Mas, de qualquer forma, o prejuízo aos cofres públicos será o mesmo”, afirmou ele.

Furtado reconhece que acompanhar os gastos do governo é um trabalho difícil, já que são milhares de contas a ser exa-

minadas. Cada vez que um funcionário viaja, um processo é aberto: “É um trabalho picadinho. O que é preciso é fortalecer os mecanismos de controle interno do governo para evitar que se chegue a tanto”, diz. Ele prega que se houvesse mais rigor no controle interno feito pela Controladoria Geral da União (CGU), a maior parte dos exageros não chegaria ao TCU.

ESTARRECEDOR

Furtado comenta que os gastos não são necessariamente ilegais, mas podem refletir uma desorganização na administração federal: “O número é estarrecedor, mas não dá para dizer que é ilegal apenas pelo volume, porque é a própria administração pública que define as necessidades de viagem”, explicou. Os casos possíveis de irregularidades são muitos. O funcionário pode, por exemplo, não viajar e embolsar as diárias; ou pode viajar com custeio de uma instituição não-governamental e ficar com as diárias. Pode também pedir diárias para uma via-

gem em caráter particular – como a ex-ministra da Assistência Social Benedita da Silva, que pediu passagens e diárias para um evento da sua igreja, em Buenos Aires.

Caso típico de desorganização administrativa, diz o procurador, é o deslocamento de funcionários para cumprir determinada tarefa numa cidade, sem verificar se há funcionários na localidade capazes de fazer o mesmo serviço.

Furtado diz que o TCU teria que fazer auditorias nos ministérios e nas empresas estatais para zerar os problemas, mas que isso não pode ser feito em toda a administração pública de uma vez. Por enquanto, diz, o TCU não planejou esse tipo de investigação, em razão do porte da missão. O procurador disse, no entanto, vai analisar os dados da matéria publicada pelo **Estado** no último domingo para ver o que pode ser feito. ■

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo cantor Raimundo Fagner, intitulada “*Comigo, é no tapa*”, publicada na revista **Veja** em sua edição de 26 de outubro do corrente.

Segundo o cantor, “os artistas costumam agir em bando, só seguindo a manada. Querem sempre ser ‘bonzinhos’, ‘de esquerda’, ‘do bem’ e, muitas vezes, nem refletem sobre o que estão dizendo. Esse referendo sobre o desarmamento, que acho inoportuno, é um exemplo. Tenho certeza de que muitos cantores e atores são contra

o desarmamento. Mas você acha que eles têm coragem de ir à TV dizer isso? Têm medo de parecerem politicamente incorretos. Fiquei louco quando vi aquele monte de artistas posando de anjinhos ao lado do SIM”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a entrevista citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE. EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista: Raimundo Fagner

“Comigo, é no tapa”

Independente, rebelde e briguento, o cantor Fagner diz que os artistas brasileiros se dobraram à ditadura do “politicamente correto”

Juliana Linhares

Em Fortaleza, onde voltou a morar no ano passado, ele é “dom Fagner”. Dono de pontos de vista polêmicos e de uma carreira que já dura mais de trinta anos, o cantor Raimundo Fagner, de 56 anos, vive com a casa cheia. “É um entra-e-sai danado. É gente precisando de dinheiro, querendo ajuda, pedindo conselho, uma loucura.” O último item, sobretudo, ele distribui generosamente. Dá palpites na vida da senadora Patrícia Gomes, do governador de

Minas Gerais, Aécio Neves, do ministro Ciro Gomes e do senador e ex-governador Tasso Jereissati — todos seus amigos há décadas. Assim como sua voz, que no início da carreira um crítico disse ser de “taquara rachada”, as opiniões de Fagner nem sempre soam doces aos ouvidos do meio artístico. Nesta entrevista, o cantor — cujo mais recente CD, *Donos do Brasil*, foi indicado ao Grammy Latino — acusa os colegas de se omitirem diante da crise do governo que ajudaram a eleger, critica a obsessão dos artistas pelas opiniões “politicamente corretas” e diz que Lula só não sofreu impeachment até agora por incompetência da oposição.

Veja — Recentemente, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, o senhor criticou os artistas que apóiam publicamente o desarmamento dizendo que são todos “maria-vai-com-as-outras”. O que quis dizer com isso?

Fagner — Quis dizer que artistas costumam agir em bando, só seguindo a manada. Querem sempre ser “bonzi-

nhos”, “de esquerda”, “do bem” — e, muitas vezes, nem refletem sobre o que estão dizendo. Esse referendo sobre o desarmamento — que eu acho, antes de tudo, inoportuno — é um exemplo. Tenho certeza de que muitos atores e cantores são contra o desarmamento. Mas você acha que eles têm coragem de ir à TV dizer isso? Têm medo de parecer politicamente incorretos. Fiquei louco quando vi aquele monte de artistas posando de anjinhos ao lado do SIM. Eles deviam era botar a cara na televisão para exigir explicações do presidente. Afinal, foram eles que colocaram o Lula lá. Só que, agora, não têm coragem de vir a público dizer que estão decepcionados com ele.

Veja — E por que não teriam essa coragem?

Fagner — Porque artista é vaidoso demais para dizer que errou. O resultado é este: fica o presidente de um lado, dizendo que não sabia de nada, e os artistas, que o elegeram, de outro, sem

acreditar nessa balela, mas sem peito para botar a boca no trombone.

Veja — *De quem o senhor está falando?*
Fagner — De Gilberto Gil, que está lá, junto de Lula. De Caetano Veloso, que está calado. De Chico Buarque, que só declarou que está triste. O que se passa na cabeça de uma Fernanda Montenegro, que não diz nada numa hora dessas? A vida toda eu apoiei, no Ceará, o (hoje ministro) Ciro Gomes e o (hoje senador) Tasso Jereissati. Se um dia aparecer alguma ladagem de um dos dois, eu vou ser o primeiro a falar.

Veja — *De que forma esses artistas deveriam se manifestar na sua opinião?*

Fagner — Você já imaginou o impacto que poderia ter uma carta pública de Chico Buarque para o presidente Lula? E já imaginou se o Zézé Di Camargo falasse alguma coisa? Mas ele não fala. Está sem tempo e também tem umas dívidas para receber do PT. No lugar deles, vem essa filósofa, Marilena Chaui, defender o indefensável. Assisti a uma entrevista dela outro dia. Durante duas horas ela ficou nesse negócio de "filosoficamente falando". Parecia que no dicionário dela não existia a palavra "corrupção". E ficou um bando de abestados achando ótimo o que ela diz.

Veja — *O senhor disse que admira Caetano Veloso, mas já teve diversas brigas com ele que se tornaram públicas. Qual a razão desses desentendimentos?*

Fagner — Tem uma história que diz que baiano não "nasce", baiano "estréia". E Caetano tem um problema de ego: quer sempre aparecer. Quando não tem assunto, vai à mídia e diz que é melhor que o Chico Buarque e o Milton Nascimento juntos.

Veja — *E por que vocês brigam?*

Fagner — A primeira briga que tive com Caetano foi logo quando cheguei do Ceará. Ele convidou a mim e a outros artistas para irmos a sua casa, no Rio de Janeiro. Eu era um novato na turma, nem tinha gravado nada ainda, acho que era no começo dos anos 70. Começaram a pedir que ele cantasse. Ele não quis, disse que estava can-

sado. Eu, então, peguei meu violão e cantei. Todo mundo adorou, menos Caetano, que fechou a cara. Tempos depois, eu estava conversando com Nara Leão quando ele chegou e se pôs de costas para mim. Nunca mais pisou na casa dele.

"Artistas querem sempre ser 'bonzinhos', 'de esquerda', 'do bem' — e, por causa disso, muitas vezes não refletem sobre o que estão dizendo. Têm medo de parecer politicamente incorretos"

Veja — *Não foi a única briga de vocês...*

Fagner — Teve outra. Eu morava no Rio e era começo dos anos 80. Estábamos eu, Roberto Carlos e ele preparamos uma canção para o "Nordeste já". Foi uma mobilização de artistas para angariar fundos para o Nordeste, que havia passado por uma seca enorme. O Roberto, com aquele jeito apaziguador, começou a falar como era legal o fato de eu e Caetano estarmos juntos, depois de brigarmos tanto. Daí, o Caetano foi se lembrando das brigas e se zangando. Eu sabia que ele estava com fome e fui para a cozinha fazer alguma coisa para ele comer. Mas na minha geladeira só tinha um ovo. Fiz o ovo e vinha vindo com ele para dar a Caetano, mas ele continuou falando, falando, querendo confusão. Bom, terminei entrando no pau e jogando o ovo de Caetano no chão. Ele sabe que, comigo, é no tapa. Mas digo: sou doido por Caetano.

Veja — *Durante um certo tempo, o senhor foi criticado por não ter se engajado na luta contra o regime militar, ao contrário de artistas como Caetano.*

Fagner — Eu era um alienado mes-

mo. Gostava de ouvir Nelson Gonçalves, Orlando Silva, Altemar Dutra. Nunca tive embasamento intelectual para fazer música de protesto e não estava interessado em política. Em 1967, quando morreu (o ex-presidente) Castello Branco, que era de Fortaleza, o Ceará ficou de luto. Mas eu e meus amigos nem tínhamos tomado conhecimento da morte dele. Na noite do acidente, fomos fazer uma sérata na porta de um colega que havia passado no vestibular. No meio da cantoria, passou um camburão do Exército e os soldados começaram a atirar. Quando viram que éramos uns imbecis, que não tínhamos a menor idéia do que estava se passando, foram embora e nos deixaram em paz. Eu estava em outro mundo.

Veja — *Hoje, como o senhor avalia o governo Lula e a crise pela qual ele está passando?*

Fagner — Lula está muito prepotente. Parece que está vendo outro filme e selixando para a opinião das pessoas. O país está agonizando e ele se nega a assumir a sua responsabilidade. Quem é que manda no Delúbio Soares? No Silvio Pereira? No José Dirceu? Bô Lula! Ele só não sofreu impeachment, até agora porque a direita brasileira ainda não sabe ser oposição. Sempre tive uma relação especial com o Lula, porque ele era muito ligado ao meu pai, porque assim como milhões de brasileiros, eu respeitava e respeito a história de vida dele. Mas isso não me impede de falar que ele tem satisfações a dar.

Veja — *Como seu pai conheceu o presidente Lula?*

Fagner — No fim dos anos 70, eu vim fazer um show em São Paulo e meu pai veio junto. Lula foi ao show e pediu para me conhecer. Ele e meu pai conversaram muito nesse dia. Fiquei em São Paulo por mais uma semana e Lula e meu pai não se desgrudaram. Ele levou meu pai para conhecer as fábricas, mostrava para todo mundo quem era o "pai do Fagner", apresentou-lhe os seus amigos do sindicalismo... Durante uma semana, Lula chegava ao hotel onde estávamos hospedados e ia direto para o nosso quarto tomar café conosco. Não sei por que eles se identificaram

tanto. Só sei que até hoje, quando encontro Lula, ele fala de meu pai.

Veja — *O seu pai era libanês. Como ele chegou ao Ceará?*

Fagner — Foi nos anos 40, fugindo de guerras no Oriente Médio. Ele deve ter sofrido muito porque vivia tendo pesadelos com o Líbano. A minha infância inteira foi marcada pelos pesadelos de meu pai: ele acordava gritando, sonhando com guerra. Era uma confusão em casa, todos correndo para acudi-lo, para dar-lhe água. Muitos libaneses vieram para o Nordeste naquela época. Sem falar uma palavra em português, meu pai comprou um cavalo e passou não sei quantos dias viajando por cidades do interior do estado vendendo tecidos que ele havia trazido do Líbano. Teve seis filhos com a minha mãe, que também tem uma voz linda. Na minha casa, sempre foi uma cantoria só. Todo mundo na cozinha, tocando violão e fazendo música. A minha mãe, que está com 94 anos, até hoje não tem um fio de cabelo branco.

Veja — *O senhor, aos 56 anos, também não tem. E está magro e em forma. Cuida-se muito?*

Fagner — O cabelo eu pinto. Sou magro porque como pouco, fumo muito e jogo futebol feito um doido. Faço parte de times de futebol em todo canto aonde eu vou. Quando eu era moleque, adorava futebol, mas era desnutrido, raquítico e não tinha força para jogar. Quando cheguei ao Rio de Janeiro, na década de 70, fui morar com o Afonsinho, um excelente jogador. Comecei a comer, a tomar ares e a conviver com grandes jogadores, como Pelé e Rivellino. A paixão pelo futebol, então, explodiu. Montamos até um time, que se chamava Trem da Alegria. Faziam parte dele Paulinho da Viola, Rivellino e Gonzaguinha. O time acabou quando viemos jogar contra um time da USP. Tínhamos tomado um porre tão grande de cerveja e cachaça que ninguém conseguia correr. A gente ficava se trombando e caindo pelo campo, uma vergonha.

Veja — *Em que posição o senhor joga?*

Fagner — Centroavante e ponta-esquerda. Meu negócio é finalizar. Tenho dois

campos de futebol no Ceará, mas gosto mesmo é de jogar no campo do Zico, no Rio. O problema é que o Zico é muito bravo. Há trinta anos que eu jogo com ele e tomo bronca e tapa na cara em toda partida. Mas ele tem inveja de mim, porque eu sempre sou o artilheiro.

“Lula se nega a assumir a sua responsabilidade. Quem é que manda no Delúbio Soares? No Silvio Pereira? No José Dirceu? É o Lula! Ele só não sofreu impeachment até agora porque a direita brasileira ainda não sabe ser oposição”

Veja — *O senhor também já brigou muito com a Rede Globo. Quais foram os motivos?*

Fagner — Eu tive duas grandes brigas com diretores da Globo na década de 80. Uma delas foi porque eles fizeram um especial sobre o Luiz Gonzaga e não queriam botar artistas nordestinos para cantar. Quando soube que era um dos únicos nordestinos escalados, fiquei furioso, briguei com todo mundo. Em outro episódio, eles estavam gravando uma novela no Ceará, *Final Feliz*, e, em vez de colocar uma trilha sonora nordestina, enfiaram uma música caribenha. Esperneei, briguei, virei o cão lá dentro. Por causa disso, eles me deram um gelo de vários anos. Fiquei um tempão sem ter música em novela. Mas isso já passou. Recentemente, emendei três músicas em novelas deles e já vou normalmente aos programas. Só não sou convidado para o *Criança Esperança* porque cuido de crianças cearenses, e essas não são lembradas pelo programa. *Criança Esperança* aqui no Ceará quem faz é a minha fundação, Raimundo Fagner,

que atende 300 crianças carentes em Fortaleza e em Orós.

Veja — *O que o senhor acha de a gravadora da filha de Elis Regina ter dado iPods para os jornalistas escutarem o novo disco dela?*

Fagner — O que aconteceu ali foi que o disco da Maria Rita precisava ser um sucesso a qualquer preço. E, pelo que eu sei, ele não é bom. Daí, para sustentar o furacão de vendas que foi o primeiro disco dela, a gravadora fez esse investimento arriscado. O problema da Maria Rita é que o maior apelo dela é a mãe. A cara é da mãe, a voz é da mãe, os gestos são da mãe. Ela quer negar isso, e não dá. Mas é uma gracinha de menina.

Veja — *Entre os filhos de artistas que seguiram o mesmo caminho dos pais, quais o senhor admira?*

Fagner — A Luciana Mello, filha do Jair Rodrigues, é fantástica. Ela canta muito bem e é linda. A qualidade vocal da Sandy também é inegável. Ela não é uma Elis, mas é boa. A Sandy está agora numa faixa etária decisiva. Saiu da infância e ainda não sabe para que lado vai, se vai para o romântico, para o pop. Precisa se decidir.

Veja — *Sua voz não é clássica. É um pouco rouca e até fanhosa. Tem também um forte sotaque cearense. No começo, ela foi bastante criticada.*

Fagner — É. Acho que foi o Maurício Kubrusly, no *Jornal da Tarde*, que disse que eu tinha voz de taquara rachada. Mas eu não levei como uma ofensa. Foi em 1973, eu havia acabado de gravar o meu primeiro disco, o *Manera, Fru Fru, Manera*. As pessoas ainda não entendiam a minha voz. Mas isso foi há muito tempo. A Nara Leão dizia que eu tinha empatia com o público. Para ela, meu carisma só se comparava ao do Chico Buarque.

Veja — *O senhor não se casou até hoje. Por que optou pela solidão se faz tantas músicas sobre o amor?*

Fagner — Eu já tive muitos amores platônicos. E levei fora de três pessoas. Hoje, prefiro ter meu espaço, a cama vazia, minha independência. Mas namoro muito. Se puder, tem namoro todo dia lá em casa. ■

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para comentar o comportamento do Ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal, que “comandou” a sessão em que se julgou a ação proposta pelo ex-ministro José Dirceu, que pretendia suspender seu processo de cassação.

A imprensa, nos dias que se seguiram àquela sessão, criticou veementemente a forma como o presi-

dente do STF conduziu os trabalhos. É nesse contexto, Sr. Presidente, que requeiro as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

Devaneio das togas

No Brasil, país onde o presidente da República é contra a reeleição e vive em campanha reeleitoral, ocorrem coisas que nem a jabuticaba explica. Por exemplo:

No fim de setembro, escreveu-se neste mesmo espaço a seguinte frase: “Paulo Maluf e seu filho Flávio estão presos, mas não por muito tempo”. Na quinta-feira passada, os dois foram soltos. Ficaram 41 dias presos. Era óbvio. A previsão não tinha nada de sofisticado. Afinal, ninguém desconhece que cadeia no Brasil é coisa destinada para abrigar pretos e pobres, sendo praticamente vedada para brancos abastados. A realidade, no entanto, conseguiu ser ainda mais vexatória que as previsões tradicionais: Paulo Maluf e seu filho foram libertados porque o ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, ficou com pena do ex-prefeito. Não é piada. É verdade. Ao relatar o caso, o ministro Velloso aceitou a tese de que Flávio Maluf foi preso de forma ilegal e, horas depois, resolveu estender sua decisão ao ex-prefeito. A explicação do ministro: “Imagino o sofrimento de um pai preso na mesma cela que um filho. Isso me sensibiliza”.

É uma excelente notícia descobrir que um membro da mais alta corte brasileira, em vez de comportar-se como um carrasco implacável, carregando no peito um coração generoso e sensível. Acontece que, por trás da decisão do ministro, referendada pela maioria de seus colegas, não existem só belos sentimentos humanos: o ministro Velloso entendeu que, para beneficiar pai e filho, deveria ignorar uma norma definida pelo próprio Supremo Tribunal Federal há dois anos. A norma diz que o tribunal não analisa pedidos de habeas corpus que tenham sido julgados apenas em caráter liminar pela instância inferior. Era o caso do ha-

beas corpus dos Maluf. Isso significa que, se a norma do STF fosse respeitada, o STF não poderia ter examinado o assunto e, assim, os Maluf permaneceriam presos.

A pergunta óbvia é: em princípio, um ministro não deve ignorar uma norma para beneficiar quem quer que seja, mas alguém já viu um ministro fazer isso para beneficiar réu preto e pobre?

O espanto provocado pelo comportamento do ministro Carlos Velloso talvez só seja menor diante da desenvoltura autoritária do ministro Nelson Jobim, presidente do STF. No dia anterior à libertação dos Maluf, Nelson Jobim comandou a sessão em que se julgou ação proposta pelo ex-ministro José Dirceu. Jobim era abertamente a favor de aceitar a alegação de José Dirceu e mandar o Congresso Nacional suspender seu processo de cassação. Dirceu alegava que não podia perder o mandato de deputado

do porque na época do mensalão ele era ministro... Jobim era tão a favor da cascata de Dirceu que chegou a cabalar votos nos bastidores e, durante a sessão de julgamento, comportou-se como um coronel em reunião de senzala: intimidou colegas, questionou um, provocou outro, fez muxoxo ao ouvir o que não queria... Um espetáculo. Um show. Mas, por sorte e por sensatez, o STF decidiu que Dirceu pode, sim, ser punido como deputado por aquilo que fez como ministro.

A pergunta óbvia é: Jobim não deveria julgar-se impedido de analisar uma ação proposta por seu amigo José Dirceu?

Tem coisas que nem a jabuticaba explica.

**“Maluf e seu
filho foram
soltos porque o
ministro Carlos
Velloso, do STF,
ficou com pena
do ex-prefeito.
Não é piada.
É verdade”**

Ministros do Supremo criticam atuação de Jobim

Mariângela Gallucci

BRASÍLIA

O desempenho do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, na sessão em que foi rejeitado pedido de liminar do deputado José Dirceu (PT-SP) foi duramente criticado pelos demais ministros da corte. "Ele se excedeu mais do que o normal", disse ontem um dos mais experientes integrantes do STF, resumindo o estado de espírito no tribunal, no dia seguinte ao julgamento.

"Ele demonstrou claramente o inconformismo com a decisão. Acho que esperava que a tese de Dirceu fosse acolhida", afirmou um integrante do tribunal. Um dos três ministros do STF a votar a favor de Dirceu, Jobim atuou durante o julgamento como um advogado de defesa do ex-ministro da Casa Civil, interrompendo os juízes que se manifestavam contra as pretensões do deputado.

Na opinião dos colegas, uma das piores intervenções foi quando o presidente do STF disse que a decisão do tribunal estava dando poderes excessivos ao Congresso e poderia servir de base para que o Senado destitua ministros do Supremo.

Segundo integrantes do tribunal, esse poder do Senado existe desde a Constituição de 1891. "A afirmação foi de clara desconfiança com relação ao Senado, como se o Senado fosse levianamente destituir ministros do STF", comentou um colega de Jobim para quem a análise do presidente do Supremo foi "terrorismo puro".

Também provocou muitos comentários no STF o momento em que o ministro Carlos Ayres Britto disse durante o julgamento que a rejeição do pedido de Dirceu poderia ser uma medida capaz de fazer com que os congressistas que assumam postos no Ministério pensem melhor antes de agir. Jobim comparou esse raciocínio ao da velha UDN, partido de oposição ao ex-presidente Getúlio Vargas. "Essa é uma leitura udenista da decisão. Sei que o senhor não é udenista, mas foi o udenismo que levou ao suicídio de Vargas", afirmou Jobim. "O que tem a ver o caso do José Dirceu com o do Getúlio?", questionou um ministro. "Nada. Ele está fazendo paradigma", concluiu. •

NOTAS & INFORMAÇÕES

Quebra de decoro no STF

Omímo a dizer do comportamento do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, durante a votação, na quarta-feira, do pedido de liminar para a suspensão do processo de cassação aberto contra o deputado e ex-ministro José Dirceu, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, é que ele não tem condições para presidir a mais alta corte de Justiça do País.

Com atitudes descabidas, inusitadas e mesmo aberrantes, o presidente do Supremo conduziu os trabalhos como se estivesse “tocando” uma câmara de vereadores interiorana, “forçando” seus membros a votar de acordo com os interesses que, por algum motivo, queria preservados. Como se detivesse procuração *ad judicia et extra* para defesa do deputado José Dirceu, já antes do início da sessão o ministro Jobim procurara os demais ministros para uma franca e aberta cabala de votos em favor de Dirceu. Mas não ficou nisso. Durante a sessão exacerbou nas pressões, chegando à beira do desrespeito ao passar reprimendas em seus pares – furtando-se a quaisquer considerações de natureza jurídica para expressar apenas preconceitos políticos – quando estes desenvolviam suas argumentações em favor da denegação da liminar.

Jobim atuou no comando da sessão com rispidez, interrompendo o raciocínio dos ministros que argumentavam contra a tese de defesa do deputado petista: a de que Dirceu não poderia ter quebrado o decoro parlamentar

porque, durante a ocorrência dos atos que lhe imputavam, exercia o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Jobim foi particularmente arrogante e agressivo com o ministro Carlos Ayres Britto. Quando este defendia a rejeição do pedido de Dirceu, como medida capaz de fazer com que congressistas escalados para o posto de ministro de Estado pensassem melhor antes de agir – o que, certamente, é observação irreprochável em termos de moralidade pública –, recebeu do presidente do STF a primária e preconceituosa desqualificação nos termos: “Essa é uma leitura udenista da decisão.” E, antes que o ministro Ayres conseguisse concluir sua fala, obteve: “Sei que o senhor não é udenista, mas foi o udenismo que levou ao suicídio de Vargas.”

Como o ministro Ayres Britto, surpreso, parasse acuado ante a inominável objurgatória de quem presidia os trabalhos da Corte – baseada não em argumentos jurídicos, mas na tentativa de desmoralizar, pela desqualificação, as convicções do ministro que votava –, o ex-presidente do STF ministro Marco Aurélio

Mello concitou o colega a não se deixar intimidar, dizendo: “Ministro, não baixe a guarda.” Em outro momento, quando proferia seu voto o ministro Gilmar Mendes – um dos sete que negaram a liminar pedida por Dirceu –, Jobim o interrompeu, perguntando se a Câmara teria o direito de interromper um eventual processo por crime de responsabilidade em curso no Supremo, caso o acusado fosse um parlamentar indicado para ministro de Estado. Como Mendes tivesse titubeado – ante o que mais parecia uma “pegadinha” –, Jobim o apertou e brandiu, em tom inquisitorial: “Sim ou não, ministro?” Como Mendes acabou respondendo “sim”, em gesto de notória desaprovação Jobim virou-se, bruscamente, para o lado do relator.

É de se admitir que integrantes da mais alta corte de Justiça do País sejam submetidos a formas de “interrogatório” impostas a depoentes, dentro da estreita e simplória expressão da convicção, pelos termos alternativos “sim” ou “não”?

Talvez tenha havido excessiva leniência, em relação ao ministro Nelson Jobim, quando ele revelou que, na Assembléia Nacional Constituinte – da qual foi relator –, deixara que entrasse no texto constitucional aprovado matéria não votada pelos constituintes. Ali ele já dera mostra de que não estava preparado para exercer o cargo supremo da magistratura nacional.

E agora se vê quanta razão assiste ao grupo de dezenas de juízes que lhe têm solicitado opção pública – pela magistratura ou pela carreira política –, visto que são freqüentes os comentários sobre sua próxima candidatura (talvez a vice de Lula). A propósito, não estaria na hora de se rever o privilégio de os magistrados puderem entrar nos partidos e se candidatarem fora dos prazos que obrigam todos os demais cidadãos? Talvez isso evitasse a partidarização esconsa – e desmoralizante, para a função jurisdicional – de condutores de tribunais superiores.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo historiador americano Thomas Skidmore à revista **Época** em sua edição de 24 de outubro do corrente.

Na entrevista, o historiador afirma que o Presidente Lula sabia das irregularidades cometidas por petistas e aliados no escândalo do mensalão. Afirma, também, que está perplexo com a transformação do

candidato de discurso esquerdistas em presidente moderado.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a citada entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

O novo “risco Lula”

O brasiliense não poupa o presidente da crise e diz que a ameaça para 2006 é a manutenção de tanto conservadorismo na economia

RICARDO MENDONÇA

O historiador americano Thomas Skidmore acha que o presidente Lula sabia das irregularidades cometidas por petistas e aliados no escândalo do mensalão. Mesmo assim, está convencido de que não será essa a marca do governo que entrará para a História. O que ficará, diz, é a política econômica “muito ortodoxa” adotada até aqui. Ainda perplexo com a transformação do candidato de discurso esquerdistas em presidente moderado, Skidmore arrisca dizer que Lula virou o “campeão dos capitalistas” e fala que o “risco Lula” na eleição de 2006 será o da manutenção de tanto conservadorismo.

Na lista dos mais renomados historiadores dos Estados Unidos, Skidmore começou a estudar o Brasil em 1961, quando a “profissão” de brasiliense quase não tinha concorrente no meio acadêmico. Hoje são mais de 200 nos EUA e já há uma associação que reúne “a classe”, comemora. Skidmore morou no Rio de Janeiro em 1963 e 1964 e, de lá para cá, vem anualmente ao país para estudar, dar palestras e rever amigos. Na semana passada, deu a seguinte entrevista à ÉPOCA num hotel em São Paulo.

ÉPOCA – Quem tem mais condições de enfrentar Lula em 2006: Serra, Alckmin, Aécio ou Garotinho?

Thomas Skidmore – Serra tem mais experiência, pois já fez uma campanha. Alckmin é um rosto relativamente novo e, por isso, interessante. Mas vai depender muito dos acontecimentos entre agora e o momento de escolher o candidato. A repercussão do escândalo do mensalão continua.

ÉPOCA – As pesquisas indicam uma ligeira retomada da popularidade de Lula. O que explica isso?

Skidmore – Ele é um símbolo, né? É visto como um homem comum que

Dados pessoais

Nasceu em Ohio, nos Estados Unidos. É casado, tem 73 anos, três filhos e uma neta

Carreira acadêmica

Formado em Filosofia e Ciência Política, fez mestrado em História alemã. Desde 1961 estuda o Brasil

Livros

Publicou oito nos EUA e cinco no Brasil, como *Brasil de Getúlio a Castello e Preto no Branco*

está tentando melhorar as coisas, o que o torna interessante para o povo. Além disso, Lula é o símbolo da tentativa de criar uma nova situação social no Brasil. Simboliza as reformas, especialmente a ideia de melhorar serviços sociais, como educação, saúde, esse tipo de coisa. Mas há um pouco de mistério mesmo. Essa retomada prova que ele é um bom político, pois conseguiu consagrar essa imagem positiva apesar do escândalo. Talvez Lula seja um político melhor do que achávamos.

ÉPOCA – Lula e o PT vão mal na articulação política, há muita decepção e o escândalo do mensalão ficará marcado. Mas o país cresce mais que antes, há geração de empregos, as exportações e a Bolsa batem recordes, a inflação, a dívida, o dólar e o risco país são menores. O que contará mais na eleição, política ou economia?

Skidmore – Eu acho que é economia, geralmente é economia. Trata-se de algo mais importante porque é mais imediato. O problema para o eleitor é que ele não sabe o que cada candidato vai fazer na economia. No caso de Lula, a economia já tem alguma coisa que está viva. Eu acho que a economia vai ajudar Lula. Mas é possível mudar também até a próxima eleição.

ÉPOCA – Qual é a marca que ficará para a História sobre o governo Lula?

Skidmore – Penso que a marca mais importante é a política econômica, que é muito ortodoxa. O Bolsa-Família também é uma marca, mas acaba sendo pequena perto do que representa a política econômica. E também se deve ressaltar o fato de o Brasil ter emer-

gido na economia mundial com essas exportações, que cresceram muito. Então, sem dúvida, a marca será a política econômica.

ÉPOCA – Em 2002 inventaram o “risco Lula”, tradução da desconfiança dos mercados com uma vitória do PT. Foi um assunto muito presente. Isso se voltará contra alguém em 2006?

Skidmore – Duvido. Isso foi invenção do pessoal da direita para criar dificuldades na campanha, mas agora o risco é o Lula continuar tão conservador assim. O risco passou a ser o contrário. Mas é curioso entender como ele mudou tanto. Por que Lula tornou-se o campeão dos capitalistas? Não sei. É uma coisa a ser explicada. Alguém muito influente convenceu Lula. Foi um marketing muito efetivo em cima dele.

ÉPOCA – Depois de anos na oposição com discurso duro, Lula faz um governo bem mais moderado do que se imaginava. E agora seu mandato ficará marcado pelo escândalo do mensalão. Isso elimina a esquerda como alternativa de poder?

Skidmore – Acho que sim, porque é uma esquerda mal organizada. Não teve força para penetrar em todo o país. Mas é difícil saber. Talvez isso vá provocar um realinhamento da esquerda. É verdade que o mandato foi bem diferente do prometido. Lula continuou a política econômica de Fernando Henrique Cardoso, o que foi uma surpresa grande para muitos, mas não para os homens de negócios.

ÉPOCA – O senhor diria que o caso do mensalão foi o maior caso de corrupção já desvendado no Brasil?

Skidmore – Conhecido, né? (risos) Conhecido, sim, parece que foi. Mas é difícil dizer, difícil fazer comparação. Pela própria natureza, a corrupção não gera muitos arquivos. Comparar é sempre uma especulação.

ÉPOCA – *O pior da crise já passou?*

Skidmore – Não sei, é interessante ver as ponderações dos analistas políticos. Eu suponho que não. Estamos agora assistindo ao drama de Lula, que

“Impossível dizer se há mais corrupção hoje. Juscelino foi muito acusado de ser corrupto. Quando os militares entraram, havia o compromisso de processar JK por corrupção, mas nunca o fizeram”

pode até perder o mandato e assim seria possível colocar mais um vice na Presidência. Mas esse é também um motivo para não fazer o impeachment, pois ninguém quer o vice, José Alencar, como presidente.

ÉPOCA – *O senhor acredita que é possível que o presidente Lula não soubesse de nada, de nenhuma irregularidade cometida pelo PT ou por membros do governo?*

Skidmore – Não, duvido. Ele está negando para preservar a imagem. O fato é que Lula não era muito envolvido na política e na hierarquia do partido. Mas eu duvido que não soubesse. Ele mesmo disse que é muito comum esse negócio de comprar votos. Provavelmente ele sabia.

ÉPOCA – *Certa vez o senhor disse que o problema do Brasil é possuir um sistema político permissivo que manipula um sistema administrativo ultrapassado. Isso explica o mensalão?*

Skidmore – Em parte. Eu acho que a explicação fica mais com o sistema partidário. O Brasil não tem tradição de partidos disciplinados. Entre 1945 e 1964, houve um sistema bastante disciplinado entre os três partidos da oposição, todos lutando e seguindo as instruções dos líderes. Mas depois de 1988 a situação ficou muito confusa. Acho que os autores da Constituição de 1988 e da Lei Eleitoral estavam reagindo demais contra os excessos dos militares. Para operar uma democracia moderna com sociedade de massa, você precisa de um sistema de partidos bem definido. Isso é uma coisa que nós aprendemos depois de muitos anos na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha. Eu acho que vai ser preciso uma reformulação, pelo menos na Lei Eleitoral. Só que todo mundo acha que vai perder alguma coisa. Esse é o problema. E quem tem de mudar é um membro da Câmara Federal. Então ele vai jogar fora o poder dele? Não. Precisaria um choque maior, maior até que esse escândalo.

ÉPOCA – *Existe mais corrupção na política brasileira hoje ou no passado?*

Skidmore – Impossível dizer se há mais corrupção hoje. Juscelino (Kubitschek) foi muito acusado de ser corrupto. Quando os militares entraram, havia o compromisso de processar JK por corrupção, mas nunca o fizeram. É curioso. Isso não foi feito, talvez porque houvesse ligações com os militares, não sei exatamente. Mas eu acho que é muito difícil fazer a comparação. No caso de Fernando Collor, a corrupção era gigantesca. Isso fica para os puritanos calcularem.

ÉPOCA – *Parte da intelectualidade caiu-se diante da crise. O que o senhor acha? É papel do historiador, sociólogo, filósofo manifestarem-se na crise?*

Skidmore – Geralmente a intelectualidade brasileira era esquerda – uns 90% pelo menos, inclusive eu mesmo. Marilena Chaui era muito de esquerda, do PT. Então isso é uma desilusão com o partido que prometia fazer um programa, pelo menos em parte, de esquerda. E também um pouco de fadiga, cansaço. Brasileiro já tem crise demais. Por isso, num certo sentido, o governo Fernando Henrique foi popular: era um governo regular, não houve crise.

ÉPOCA – *Como o governo Lula e o PT são vistos hoje nos Estados Unidos?*

Skidmore – O Brasil provoca muito pouco interesse nos Estados Unidos, lamento dizer. O México é o país latino que ocupa a atenção. O Brasil é um pouco distante e ainda tem a imagem de um presidente muito exótico. Essa história de um camponês, do primeiro trabalhador a chegar à Presidência, isso tudo teve uma cobertura muito leve. E mesmo o atual escândalo não desperta a atenção. O maior interesse da elite dos Estados Unidos é sobre a economia: o Brasil paga ou não paga a dívida? Além disso, há também os conflitos de comércio. Lula está dirigindo um conflito contra os Estados Unidos sobre política de comércio exterior. Mas é pouca coisa. O que dá mais notícia mesmo é a música brasileira. Meus alunos sempre falam da música.

ÉPOCA – *O que o senhor acha da política externa do atual governo?*

Skidmore – O aspecto mais importante é a política de comércio exterior, sem dúvida. Além disso, o Brasil está tentando mostrar que é um país grande, tentando conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Só que isso também aconteceu logo depois da Primeira Guerra Mundial e quem vetou foi a Argentina. Então, como representante da região não dá, pois a região começa a gritar.

ÉPOCA – *Como o senhor compara o governo atual com os anteriores?*

Skidmore – Acho que a comparação mais interessante talvez seja com o governo de Médici (1969 a 1974), que também teve muito sucesso nas exportações e na economia. Obviamente a situação política era completamente diferente, com o Exército fazendo a repressão em cima do povo.

ÉPOCA – *O presidente Lula prefere comparar-se a Juscelino Kubitschek.*

Skidmore – É bem diferente. Kubitschek não tinha de pagar aos deputados, mas aos grupos de pressão. Por exemplo, aos militares com o porta-aviões. Também a Sudene para o Nordeste. Muita coisa desse tipo foram concessões óbvias para grupos organizados da sociedade. No caso de Lula, acho que é muito menos que isso. Mas agora tudo está muito mais confuso. Jus-

celino tinha a idéia de dividir o país e satisfazer as diferentes partes, segundo um plano, e isso não existe no governo Lula. Outra coisa é que o governo JK tinha interesse no Nordeste, e eu não estou vendo muito interesse de Lula no Nordeste. É preciso fazer um es-

“O Brasil provoca muito pouco interesse nos Estados Unidos, lamento dizer. O México é o país latino que ocupa a atenção. O Brasil é um pouco distante e ainda tem a imagem de um presidente muito exótico”

tudo profundo para saber como é possível promover o desenvolvimento no Nordeste. Devem-se aumentar os impostos do Sul e dar para o Norte? Eu não sei, mas tem de ser pensado.

ÉPOCA – Em 2002 o senhor dizia que CUT e MST seriam os maiores problemas do governo Lula. Mas a CUT não dá tanta dor de cabeça assim, não é?

Skldmore – Isso é verdade. Eu estava projetando o passado para o futuro, o que é perigoso para o historiador. Muitas vezes dá certo, mas nesse caso não deu. Essa foi mais uma consequência da reestruturação da economia, da mudança do emprego industrial. O número de empregos na indústria automobilística caiu bastante com o aumento da produtividade.

ÉPOCA – Logo que as denúncias explodiram, o senhor disse também que haveria uma desintegração do PT. Mas hoje o partido continua sendo o maior da Câmara. Além disso, fizeram uma eleição interna com a participação forte de militantes. O senhor ainda acredita na desintegração do PT?

Skldmore – Não sei. É impressionante a coesão do PT. Eu disse isso naquela época porque estava impressionado com os grupos diferentes dentro do PT. Só que este não é um partido no sentido normal, como os partidos nos Estados Unidos, na Inglaterra. Talvez aquele idealismo não tenha morrido. O idealismo era a parte mais importante do PT, a idéia de reformar, mudar o balanço de interesses no Brasil. Talvez eles tenham ainda força para isso,

vamos ver. Essa pergunta só será respondida com o tempo.

ÉPOCA – O presidente Lula costuma ressaltar que chegou à Presidência sem ter estudado. E, quando alguém diz que Lula deveria ler mais, alega-se preconceito da elite. O que o senhor pensa disso? Presidente precisa estudar?

Skldmore – Não, não. Nos Estados Unidos você tem o caso de Harry Truman, que foi um presidente muito bom. Veja o caso do presidente Bush. Ele aprendeu muito pouco na escola. O estudo não adiantou no caso dele. O que conta é a mentalidade, a capacidade de absorver lições práticas. Política é muito mais saber com quem você vai conversar, escolher bem os consultores. O juízo é que é importante, e juízo não depende de educação formal.

ÉPOCA – Qual é sua opinião a respeito do referendo das armas?

Skldmore – Sou a favor da proibição. Nos EUA, isso é grave, e a maioria não quer eliminar armas de fogo. E eles têm grupos de pressão com muito poder. Mas isso é um problema muito do Novo Mundo. Na Europa em geral, desconhece-se esse problema. Ela é muito civilizada. A idéia de carregar arma é coisa de cinema. Mas outro problema do Brasil é saber se essa lei vai pegar ou não, não é verdade? ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O bode expiatório de Lula”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de outubro do corrente.

O artigo trata da tentativa do Partido dos Trabalhadores e do governo Lula de tentar acabar com a atual crise ético-política apenas expulsando o ex-tesoureiro Delúbio Soares do PT. Segundo o artigo, “a operação de ‘jogar tudo nas costas do Delúbio’ e decretar o fim da crise não resiste a um sopro. Tampouco a tentativa

de reduzir a questão a ‘recursos não contabilizados’. Tampouco, ainda, a insistência em negar malfeitorias no coração do Executivo”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ô bode expiatório de Lula

Na versão do PT e do Planalto, a crise das denúncias de corrupção, desencadeada há cinco meses com um flagrante de cobrança de propina nos Correios, se resume exclusivamente ao seguinte “erro”: agindo por iniciativa própria e sem dar conta a ninguém de seus atos, o então tesoureiro do partido, Delúbio Soares, em parceria com o publicitário Marcos Valério, tomou empréstimos milionários para abastecer o caixa 2 de campanhas eleitorais de companheiros e aliados.

Estabelecida a solitária responsabilidade de Delúbio, o partido o expulsou por “gestão temerária”. Com isso, está contida “a ofensiva das forças conservadoras contra o PT e o governo Lula (...) para nos eliminar da cena política democrática”, como diz a resolução aprovada pela esmagadora maioria do diretório nacional da legenda, no mesmo sábado passado em que se consumou o expurgo do temerário gestor das finanças petistas. E ponto final. A quem pensam que enganam?

A operação de “jogar tudo nas costas do Delúbio”, criticada até pelo dissidente Luiz Costa, da comissão de ética da legenda, e decretar o fim da crise não resiste a um sopro. Tampouco a tentativa de reduzir a questão a “recursos não contabilizados”. Tampouco, ainda, a insistência em negar malfeitos no coração do Executivo. Tanto assim que, segundo as últimas pesquisas, 80% dos brasileiros acreditam que existe corrupção no governo. A parcela dos que consideram Lula pou-

co ou muito responsável por isso chega a 88%.

O próprio Delúbio fez a sua parte no engodo. Primeiro, ao afirmar que o PT sempre usou caixa 2 – menos na campanha que eleger Lula. Segundo, ao declarar o seu inconformismo com ser sacrificado “para saciar o apetite das forças conservadoras”. Já o ex-ministro José Dirceu, com a corda no pescoco, repete, desta vez na Polícia Federal, que soube apenas por alto das temeridades delubianas. Temeridades decreto foram. Delubianas, na execução. E o caixa 2, a ponta do iceberg. Não bastasse as evidências

lou um elboquente descalabro na Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), na gestão do ex-ministro Luiz Gushiken, origem de um prejuízo de R\$ 15,6 milhões para os cofres públicos – leia-se estelionato – em produtos não entregues e serviços superfaturados.

Sintomaticamente, um dos principais beneficiários das irregularidades verificadas no exame de dez produtos e serviços contratados pela Secom foi a agência de publicidade de Duda Mendonça. Outro, a empresa do publicitário Paulo de Tarso Santos, autor do jingle Lula lá, em 1989. As gráficas que imprimiram material de propaganda do governo e cartilhas para o Ministério do Desenvolvimento Social, cobraram preços até 343% superiores aos de mercado. Era, como se diz, uma lambança.

E o presidente continua viajando – em sentido figurado, quando não literal. Domingo, ao participar da abertura de uma exposição do setor de transporte, ele disse que trabalha “com a idéia de que a gente têm uma chance a nós mesmos para os próximos 15 ou 20 anos, porque somente assim vai poder se orgulhar de um dia ser convidado para participar do G-8” (!). Criticou o governante “que quer fazer uma coisa nova e esquece a coisa velha” – como se o PT não tivesse a ambição de fazer tábula rasa de tudo (menos, felizmente, da política econômica) e como se a sua coisa verdadeiramente nova não fossem a amplitude e a profundidade sem precedentes de suas práticas de corrupção.

JOGAR A CULPA EM DELÚBIO E DECRETAR O FIM DA CRISE É TÁTICA FURADA

conhecidas do esquema de suborno sistemático de deputados, técnicos das CPIs dos Correios e do Mensalão descobriram na semana passada repasses regulares e constantes das contas de Marcos Valério para o PL, entre fevereiro e agosto de 2003. Primeiro, a intervalos de oito dias. Depois, por semana. Mais adiante, em três dias consecutivos. Ao todo, foram R\$ 6 milhões, numa periodicidade que não faria sentido se de caixa 2 se tratasse.

“Está afi o caminho das pedras”, avalia o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando. Outro caminho, que conduz à soleira do gabinete presidencial, acaba de ser percorrido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Uma auditoria desse órgão de assessoramento do Congresso reve-

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Contas muito mal explicadas”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 23 de outubro do corrente.

A matéria mostra que o Partido dos Trabalhadores sacou mais de R\$9 milhões na boca do caixa ao administrar recursos do Fundo Partidário. Destaco o seguinte trecho da referida matéria: “Com a lupa sobre as contas petistas, declaradamente contaminadas pelo esquema do caixa 2 implantado por Delúbio e Genoino, técnicos da área de controle do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consideram atípico o artifício usado pelos petistas nas contas bancárias em que o Fundo

Partidário é depositado regularmente. Tanto pela forma, como pelo volume. Saques em dinheiro vivo são uma das formas mais conhecidas de esconder onde o gasto foi realizado. Além disso, o pessoal do TSE está impressionado com a quantidade de recursos sacados da conta do PT desta forma.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Contas muito mal explicadas

PT SACOU MAIS DE R\$ 9 MILHÕES NA BOCA DO CAIXA AO ADMINISTRAR RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO, QUE TRANSFERIU DINHEIRO PÚBLICO PARA AS AGREMIAÇÕES POLÍTICAS

UGO BRAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

Em 2003 e 2004, a direção do PT realizou saques vultosos em dinheiro vivo das contas correntes criadas pelo partido para os recursos do fundo partidário. São da conta 13000-1 mantida no Banco do Brasil, os então presidente e tesoureiro, respectivamente José Genoino e Delíbio Soares, assinaram 458 cheques sacados na boca do caixa no ano passado. Retiraram, em cash, R\$ 310.030,20 — quantia equivalente a 39,6% dos repasses recebidos da Justiça Eleitoral pelo PT.

O fundo partidário é formado por recursos públicos, resultado da arrecadação de impostos. Essa parte do orçamento é fixa. Repassada aos partidos políticos proporcionalmente ao percentual de votos recebidos na eleição anterior, deve servir para que as agremiações promovam suas ideias e se mantenham organizadas. Nos dois últimos anos, o PT recebeu as maiores fatias dos cerca de R\$ 315 milhões distribuídos anualmente por círculo e maior bancada de deputados federais na eleição de 2002.

Com a lupa sobre as contas petistas, descobriamente contaminadas pelo esquema do caixa 2 implantado por Delíbio e Genoino, técnicos da área de controle do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consideram suspeito o uso intensivo usado pelos petistas nas contas bancárias em que o fundo partidário é depositado regularmente. Tanto pela forma, como pelo volume. Saques em dinheiro vivo são uma das formas mais conhecidas de esconder onde o gasto foi realizado. Além disso, o pessoal do TSE está impressionado com a quantidade de recursos sacados da conta do PT dessa forma.

Só no período entre 14 e 19 de setembro do ano passado, da mesma conta 13000-1 do Banco do Brasil, Genoino e Delíbio emitiram 39 cheques sacados na boca do caixa. O extrato bancário mandado à Justiça Eleitoral em anexo à prestação de contas anual mostra um cheque — o de número 852289 — de R\$ 600 mil descontado em dinheiro vivo no dia 18 daquele mês. Além disso, o PT usou outras duas, as de número 14.0808-9 e 191919-9, todas do BB, para gerir os recursos do fundo partidário.

As contas petistas ainda estão em exame no TSE. São dois processos, um para 2003 e outro para 2004. Ambos têm mais de mil páginas e são recheados de anexos, de recibos de táxi a notas de padaria. Ainda não há um levantamento completo sobre eles, mas assessores do ministro Gilmar Mendes, relatos das contas de 2003, pediram ao Tribunal de Contas da União para examinar a regularidade dos gastos. O TCU formou uma comissão, mas ainda não acabou o trabalho.

Caso concreto
Um exemplo pequeno serve para ilustrar o que vem causando calafrios nos técnicos da Justiça Eleitoral. Na prestação de contas enviada ao TSE, assinada por toda a comissão executiva nacional, o PT informou ter sacado R\$ 13.248,42 no dia 19 de janeiro de 2004, por intermédio de cheque 451674, da conta 140.808-9, uma das receptoras do fundo partidário. Assinou a mesma lista de despesas com 12 títulos a serem quitados com o dinheiro.

Entre eles, constava a contratação

GESTÃO DESCONTROLADA

1 Extratos bancários anexados à prestação de contas do PT em 2003 e 2004 revelam centenas de saques em espécie do dinheiro do fundo partidário. Eles aparecem na coluna "Histórico", com a descrição:

CHEQUE. Significa que o

partido emitiu um cheque

nominal ao Banco do Brasil

e sacou-o na boca do balcão

e sacou-o na boca do balcão.

Agência: 3344-8

Conta: 140.808-9 PT DIRETORIO NAC

Dt. movimento

23/04/2004

Dt. balanço

21/12/2003

Lancamentos

Histórico

DOC

Valor R\$

Saída

BISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

Agência: 3344-8

Conta: 140.808-9 PT DIRETORIO NAC

Dt. movimento

23/04/2004

Dt. balanço

21/12/2003

Lancamentos

Histórico

DOC

Valor R\$

Saída

Agência: 3344-8

Conta: 140.808-9 PT DIRETORIO NAC

Agência: 3344-8

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Contas muito mal explicadas”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 23 de outubro do corrente.

A matéria mostra que o Partido dos Trabalhadores sacou mais de R\$9 milhões na boca do caixa ao administrar recursos do Fundo Partidário. Destaco o seguinte trecho da referida matéria: “Com a lupa sobre as contas petistas, declaradamente contaminadas pelo esquema do caixa 2 implantado por Delúbio e Genílio, técnicos da área de controle do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consideram atípico o artifício usado pelos petistas nas contas bancárias em que o Fundo Partidário é depositado regularmente. Tanto pela forma, como pelo volume. Saques em dinheiro vivo são uma das forma mais conhecidas de esconder onde o gasto foi realizado. Além disso, o pessoal do TSE está impressionado com a quantidade de recursos sacados da conta do PT desta forma.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, entre as inúmeras datas comemorativas do calendário brasileiro, uma possui especial significado, seja pela sua abrangência, seja pela sua importância. Falo do Dia do Funcionário Público, que se comemora em 28 de outubro.

Sim, esta é uma data abrangente, pois contempla milhões de brasileiros, servidores públicos, cujo mister é bem servir ao Estado. É, também, uma ocasião muito importante, pois, de uma forma ou de outra, diz respeito a toda a sociedade nacional, beneficiária do produto do trabalho dedicado de todos os funcionários públicos.

O Dia do Funcionário Público foi criado no bojo do primeiro Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, consolidado por intermédio do Decreto-Lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939. Era o reconhecimento, por parte do Governo de Getúlio Vargas, da importância do serviço público para o desenvolvimento e consolidação da Nação brasileira.

Ressalte-se que, naquele tempo, em que nossa República ainda era infante – e o serviço público não era sombra do que é hoje –, os funcionários públicos já eram valorizados e reconhecidos. Vargas, além de renomado estadista, era também visionário: sabia que

a construção de uma grande Nação dependia da existência de um grande serviço público!

Tempos grandiosos aqueles, em que o funcionário público era respeitado e valorizado. Tempos difíceis estes, em que o funcionário público tem motivos de sobra para queixas. O dia 28 de outubro era, até há bem pouco tempo, data de comemoração e regozijo. Hoje, é dia de luta e reivindicação.

Nos últimos anos, os funcionários públicos vêm perdendo direitos historicamente conquistados, direitos que passaram, de uma hora para outra, a ser considerados “privilegios injustificados”. Os servidores foram vítimas de uma campanha “midiática” tão forte, e sórdida, que se viram transformados em vilões da Nação, em parasitas do Estado, em sanguessugas do Erário!

Que disparate! Os direitos dos funcionários públicos não são privilégiros! São uma simples compensação por uma vida de sacrifício e dedicação, por uma vida de abnegado serviço em prol de todo o povo brasileiro, em troca de um salário sempre módico, incapaz de assegurar um patrimônio mínimo o suficiente para garantir uma velhice confortável.

À perda de direitos históricos somam-se os baixos salários pagos pelo Poder Público, sempre generoso com as cobranças, porém mesquinho com a remuneração. É notável a queda da renda dos funcionários públicos nos últimos dez anos. Convicções políticas à parte, nem o governo passado nem o atual foram capazes de desenvolver uma política de recursos humanos apta a promover uma efetiva valorização do servidor.

Reajustes anuais de 1%, isso quando houve reajuste, se tornaram comuns. Enquanto isso, a arrecadação tributária subia, e continua subindo, em proporções geométricas. Neste ano, o Governo chegou ao absurdo de propor um reajuste geral de apenas 0,01%. Com todo o respeito que tenho pelo Presidente Lula, essa medida é inaceitável e, mais ainda, é desrespeitosa para com uma categoria que dá seu sangue pelo desenvolvimento do nosso País.

É preciso, e com urgência, encontrar alternativas para a concessão de um reajuste decente a todos os funcionários públicos. Não é justo, muito menos plausível que o serviço público amargue anos de desprestígio, por conta dos elevadíssimos pagamentos de juros da dívida.

A questão principal é que a falta de valorização dos funcionários públicos acabará por refletir-se na qualidade dos serviços prestados, o que será prejudicial não só para o Governo, mas para toda a sociedade brasileira. Economiza-se, sim, mas perde-se em eficiência. E, certamente, no balanço dos benefícios e prejuízos, a economia de recursos pesará menos do que a perda em qualidade!

Apesar de todos os problemas, e sem esquecer as reivindicações, o Dia do Funcionário Público deve, sim, ser comemorado. O 28 de outubro é apenas simbolismo: o dia do servidor é todo dia! Não há um só minuto do ano em que um funcionário público não es-

teja prestando serviço à população, seja nas escolas, seja nos hospitais, seja nas repartições.

Todos precisamos do serviço público e, por isso mesmo, sabemos de sua extrema importância! Levo meu abraço caloroso a todos os servidores do Senado Federal que, perto de nós, Parlamentares, tão bem desempenham suas funções, e tão bem representam sua categoria. Por seu intermédio, gostaria de cumprimentar a todos os funcionários públicos pelo seu dia.

Tenham a certeza de que, em mim, vocês terão sempre um aliado de primeira hora! Parabéns!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas.)

(OS Nº 17315/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI NA SESSÃO DO DIA 11 DE OUTUBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, aprendi muito cedo, como católico, que padre não deve mentir. Pelo contrário. Aprendi que quando alguém mentia devia se confessar ao padre para receber uma penitência e ser absolvido das mentiras, portanto, dos pecados que havia cometido.

Li, Sr. Presidente, no jornal **Folha de S.Paulo**, de domingo passado, dia 9, matéria assinada por ninguém menos que o Cardeal D. Geraldo Majella Agnelo, 71, doutor em Teologia com especialização em liturgia, Arcebispo de Salvador (BA) e Arcebispo Primaz do Brasil, e Presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), o artigo intitulado “Raposa/Serra do Sol: da festa à violência”.

Não vou cansar as Srs. Senadoras com a leitura de toda a matéria, que é uma mentira desde o título, porque o título Raposa/Serra do Sol é mentiroso. A região Raposa é uma e a região Serra do Sol é outra. E a Igreja Católica, em Roraima, conseguiu, colocando uma barrinha – Raposa/Serra do Sol –, fazer com que todos acreditassesem ser uma região só. Mas o Presidente da CNBB, quer dizer, Bispo da Igreja Católica, Apostólica e Romana, diz em seu artigo: “É sabido que a elite e a classe política de Roraima têm forte resistência ao reconhecimento dos direitos dos indígenas.”

Peço que o artigo seja transscrito como parte integrante do meu pronunciamento, porque espero desdobra-lo, já que o presidente da CNBB colocou, aqui, uma série de mentiras e acusações. Eu não me

considero parte da elite do Estado de Roraima. Considero-me, sim, da classe política. Portanto, sinto-me acusado por este artigo, que é mentiroso de ponta a ponta, e vou escrever uma carta a Dom Geraldo Majella Agnelo, dizendo, em primeiro lugar, que aprendi, quando pequeno, ainda como cruzado, que ninguém deve mentir e, se mentisse, tinha que se confessar ao padre, no confessionário, a fim de ser perdoado.

Há aqui uma série de mentiras. Mentiras ditas por um sacerdote desse naipes vão soar como verdade. E não é verdade! Fui Presidente da Comissão Externa do Senado, e o Relator foi o Senador Delcídio Amaral. Fomos a Roraima, ouvimos e vimos toda a realidade. Elaboramos um relatório circunstanciado, não religioso, não ateu, mas de responsabilidade do Senado Federal. Enviamos esse relatório ao Presidente da República e ao Supremo Tribunal Federal. A questão ainda está **sub judice**, pois, apesar de haver um decreto do Presidente, existe uma ação contra o decreto no Supremo Tribunal Federal, impetrada por mim, outra pelo Senador Augusto Botelho, outra pelo Governo do Estado, e aqui há um outro decreto legislativo contestando essa razão.

A elite da Igreja Católica, comandada pelo Arcebispo Primaz do Brasil e Presidente da CNBB, entende, como entendeu a Igreja Católica no passado, que o que ela pensa tem que ser a verdade divina, que ela não pode se enganar, que ela não se enganou quando fez a Inquisição, que ela não se enganou quando promoveu as santas cruzadas, que ela não se enganou ao interpretar Jesus e ao acreditar que podia colocar pessoas na fogueira, condenar, chamar de herege quem não admitisse os princípios, que podia chamar de bruxa quem tentasse ousar o que atualmente muitos seguidores da Igreja Católica chamam de medicina natural; ou seja, quem fazia isso era bruxa, e várias pessoas foram queimadas. A mesma coisa nas santas cruzadas.

E, agora, esta falsa cruzada, querendo rotular toda a população de Roraima – incluindo os políticos, portanto, onde estou, e demais roraimenses, que não concordam com o que pensa a Igreja Católica – de elite que não quer reconhecer os direitos dos indígenas. Nós moramos lá, no meio dos indígenas. Como médico, dediquei boa parte do meu trabalho, assim como o Senador Augusto Botelho, para atender os indígenas. Conheço os indígenas não por ouvir falar, ou pela televisão, ou por filmes, e não posso aceitar essa violência, já que o título da matéria é “da festa à violência”.

E sabe qual foi a festa, Senador Tião Viana? Uma festa realizada em setembro. A homologação foi no dia 15 de abril, mês da mentira, e a festa em setembro. E quem estava lá? O Bispo Dom Aldo Mongiano, que deu início à farsa Raposa/Serra do Sol e que mora atualmente em Turim, na Itália, e uma senadora italiana. Agora, vem o Presidente da CNBB secundar toda essa festa falsa e essa violência falsa, pois não faz ro-

deos para acusar determinadas pessoas de culpadas pelo incêndio durante essa falsa festa. Tenho dúvidas de que o incêndio tenha sido causado por quem tinha interesse em promover esse aspecto negativo, digamos, do sentimento antiindígena, que não existe na sociedade de Roraima, já que lá muitas pessoas são casadas com índios, tanto mulher quanto homem; existem aldeias em que há miscigenação completa, vilas em que há maioria de brancos morando com índios, e vice-versa. No entanto, o Presidente da CNBB, que vive na mordomia tranquila de não ter mulher nem filhos, não ter responsabilidade familiar, entende de dar lição de moral a quem tem responsabilidade com o futuro

daquela terra, como eu, o Senador Augusto Botelho e tantos homens de bem que lá vivemos.

Portanto, digo ao chefe da elite da CNBB que não aceito este artigo. Responderei, inicialmente, com uma carta. Posteriormente, pretendo entrar com uma ação judicial contra ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Raposa/Serra do Sol: da festa à violência

GERALDO MAJELLA AGNELO

OS CINCO povos que vivem na terra indígena em Raposa/Serra do Sol celebraram a homologação de sua terra em área contínua pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada em 14 de abril deste ano. Com o ato da homologação, o Estado brasileiro reconheceu o direito dos mais de 16 mil índios que ali vivem ao usufruto de seu território tradicional, localizado em Roraima.

Foi uma grande vitória, fruto da organização dos indígenas por mais de três décadas, e, por isso, a comemoração é extensa.

No entanto o reconhecimento desses direitos desagradou aos rizicultores que, na década de 1990, se instalaram na terra, então já identificada como indígena. Na madrugada de 17 de setembro deste ano, os fazendeiros reagiram aos testejos queimando o Centro de Formação e Cultura Raposa/Serra do Sol. Um grupo de 150 homens armados destruiu uma igreja, um hospital e uma escola; feriu um professor e um homem que estava sendo removido por uma ambulância e assustou cerca de 30 alunos que dormiam na escola. O incêndio foi carregado de violência simbólica, pois aquele local, a antiga Missão Surumu, foi palco das primeiras assembleias indígenas da região, que marcaram o fortalecimento da organização para o reconhecimento da terra Raposa/Serra do Sol. O espaço simboliza também o comprometimento da Igreja Católica com a causa dos indígenas.

A Polícia Federal local já tinha, semanas antes dos incêndios, previsto possíveis atentados, mas ninguém foi preso.

É sabido que a elite e a classe política de Roraima têm forte resistência ao reconhecimento dos direitos dos indígenas

Infelizmente, a situação é recorrente: segundo informações da PF, esse grupo é responsável pelo incêndio de três comunidades e pelo seqüestro de três missionários católicos, realizados em 2004.

Como presidente da CNBB, juntamente com o vice-presidente, em janeiro desse mesmo ano, visitamos essa aldeia dos índios, vimos os estragos e nos encontramos com cinco caciques e 300 índios. É surpreendente constatar o estágio de educação proporcionada pelos missionários que formaram, em 26 anos, 450 índios professores em diversas nações indígenas. A língua portuguesa é falada com mais correção do que o normal das nossas cidades.

A pressão dos arrozeiros tem como objetivo assustar indígenas e os missionários que os apóiam. Tem também o intuito de pressionar o governo federal a negociar terras da União pleiteadas pelos fazendeiros como "ressarcimento" pela homologação da área.

Infelizmente, é grande a morosidade da Justiça.

Para a CNBB, é essencial que os responsáveis por esses crimes sejam iden-

tificados e presos.

É sabido que a elite e a classe política de Roraima têm forte resistência ao reconhecimento dos direitos dos indígenas que ali vivem.

É essencial que o governo e as instâncias federais atuem de forma incisiva para garantir o direito dos indígenas e impedir a multiplicação da violência.

A Diocese de Roraima apóia a organização dos indígenas intensamente desde os anos 70. A igreja intensificou sua presença junto a estes povos, com uma atuação que sempre buscou o fortalecimento da autonomia dos indígenas.

Também naquela época a reação dos fazendeiros que então ocupavam a terra foi violenta. Diversas vezes, malocas indígenas foram queimadas. Bispos e padres sofreram atentados, ameaças de morte, foram caluniados.

Os indígenas reagiram à violência. Fecharam estradas, fizeram protestos, mas sempre pacificamente. Nestas três décadas, 23 indígenas foram mortos.

A homologação da Raposa/Serra do Sol é fruto de todo esse processo de resistência dos indígenas. Agora, a alegria pela demarcação das terras é chamuscada por mais episódios de violência.

A CNBB volta a afirmar seu posicionamento ao lado dos indígenas e, mais uma vez, conclama o Estado brasileiro a se colocar em defesa dos setores excluídos da nossa população.

Dom Geraldo Majella cardenal Agnelo, 71, doutor em teologia com ênfase em liturgia, arcebispo de Salvador (BA) e seu bispo auxiliar no Brasil, é o presidente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

PARECER Nº 24, DE 2005 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 23, de 2005-CN (nº 977-SGS-TCU/2005, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 959, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria em obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL. (TC nº 004.324/2005-8)”.

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso nº 23, de 2005-CN (nº 977-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 959, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 13-7-05. Tal deliberação está inserida nos autos TC 004.324/2005-8, que cuida das obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL.

Segundo consta no Voto do Ministro Walton Alencar Rodrigues

“Há indicação de um possível sobrepreço nos itens de serviço, além de divergência em quantitativos, que podem gerar um valor pago indevidamente no montante histórico de R\$15.042.697.25. Embora os elementos que possibilitariam a análise aprofundada não se encontram nos presentes autos, há indícios de irregularidades que podem ser subsumidas às hipóteses abstratamente previstas no art. 97 da Lei nº 10.934/2004 – LDO/2005, que estabelecem os casos de paralisação cautelar da obra.”

“Por conseguinte, é pertinente cientificar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional de que a obra não está em condições de receber novos recursos, com exceção dos itens mencionados pela Secob (dissipador de energia,

extravasar, emboque da lagoa 2-3 e adequação da calha do rio Jacarecica), sem prejuízo de manifestação ulterior a ser efetivada nos autos do TO 006.25012002-7.”

Os serviços indicados, em condições de receberem recursos para sua conclusão, visam proteger a população da região contra riscos de alagamentos, bem como evitar que os serviços já executados se deteriorem com o tempo pela ação da natureza.

A Core de Contas, em conformidade com o entendimento do Relator, proferiu o Acórdão nº 959/2005, nestes termos:

9.1. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, esclarecendo que foram identificadas irregularidades graves relacionadas às obras de drenagem do Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL, que se encontra relacionada no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005), indicando que a obra não está em condições de receber recursos financeiros, ressalvada a execução do dissipador de energia, do extravasar, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica, até que esta Corte venha a se pronunciar nos autos do TC 006.250/2002-7.

É o relatório.

II – Voto

As obras de macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió/AL, visam a drenagem de águas pluviais numa área de aproximadamente 50.000.000m², que abrange o Distrito Industrial Luiz Cavalcante e diversos conjuntos habitacionais da região metropolitana.

Apesar dessa importância social, as obras encontram-se relacionadas no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) sem vinculação a programa de trabalho específico. Contudo, no relatório do Ministro Walton Alencar Rodrigues cons-

ta que as obras estão contempladas nos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 e 15.451.1138.0578.0226.

As peças remetidas pelo TCU dão conta de que as obras estão envolvidas de irregularidades graves que impedem a continuidade da execução do contrato. Segundo as constatações da Corte de Contas, há indícios de sobrepreços em itens de serviço e divergências de quantitativos, que podem provocar pagamentos indevidos da ordem de 15 milhões.

Todavia, com vistas a aliviar o sofrimento da população local com enchentes e a preservar a parcela da obra já executada, o Tribunal de Contas da União entende recomendável a liberação de recursos para a conclusão de algumas etapas da obra.

Diante do exposto, tendo em vista o que estabelece o art. 97 da Lei nº 10.934/2004 (LDO/2005), considero pertinentes as ponderações da Corte de Contas e voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 23, de 2005-CN, e das peças que o acompanham;

b) mantenha no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de macrodrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (Obras de Macrodrenagem – na região Nordeste), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (Apóio à implantação e ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis – Sistema de Macrodrenagem Urbana Sustentável – MACEIÓ – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica.

Sala da Comissão, de 2005. – Deputado
Pedro Novais, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Mantêm-se no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005), as obras de macrodrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (Obras de Macrodrenagem – na região Nordeste), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (Apóio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis – Sistema de Macrodrenagem Urbana Sustentável – Maceió – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam mantidas no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de macrodrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (Obras de Macrodrenagem – na região Nordeste), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (Apóio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis – Sistema de Macrodrenagem Urbana Sustentável – Maceió – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de 2005. – Deputado **Pedro Novais**.

C O N C L U S Ã O

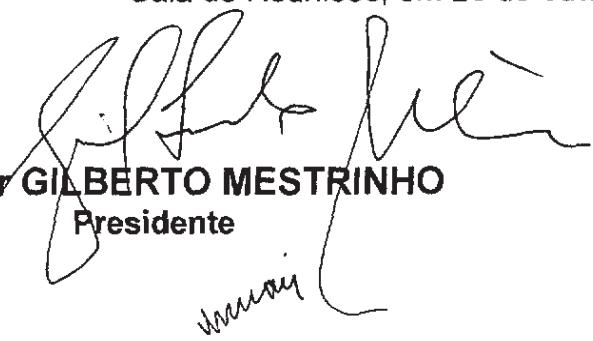
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Sexta Reunião Ordinária, realizada em 22 de setembro de 2005, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Deputado PEDRO NOVAIS, ao Aviso n.º 023/2005-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à MANUTENÇÃO no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de Macrodrrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (Obras de Macrodrrenagem – na Região Nordeste), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis – Sistema de Macrodrrenagem Urbana Sustentável - Maceió - AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução do Contrato nº 01/97, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 19 e 22/08/2005, não foram apresentadas emendas. Na Vigésima Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2005, o Senhor Presidente, Senador GILBERTO MESTRINHO, determinou à Secretaria da Comissão que providenciasse a correção do texto do Projeto de Decreto Legislativo, por não corresponder à vontade do Relator, conforme expresso no item "b" da parte referente ao "II – VOTO DO RELATOR". Ficando o texto do Projeto de Decreto Legislativo com a seguinte redação: "Mantém-se no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de macrodrrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (OBRAS DE MACRODRRENAGEM – NA REGIÃO NORDESTE), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (APOIO À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS – SISTEMA DE MACRODRRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL – MACEIÓ – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica".

Compareceram à Décima Sexta Reunião Ordinária os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, João Capiberibe, João Ribeiro, Moarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira; e os Deputados, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Bismarck Maia, Bosco Costa, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cesar Silvestri, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, João Magno, João Tota, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Chaves, José Divino, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Laura Carneiro, ~~Leodogar~~ Tiscoski.

Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhylino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Sílvio Torres, Vander Loubet, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Compareceram à Vigésima Reunião Ordinária os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, João Batista Motta, João Ribeiro, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti, Ney Suassuna, Romero Jucá, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Wellington Salgado de Oliveira; e os Deputados Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Benedito de Lira, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Homero Barreto, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, João Leão, João Magalhães, João Tota, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leodegar Tiscoski, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhylino, Manato, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 25 de outubro de 2005.


Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente


Deputado PEDRO NOVAIS
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 12 , DE 2005 – CN

Mantêm-se no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de macrodrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (OBRAS DE MACRODRENAGEM – NA REGIÃO NORDESTE), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (APOIO À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS – SISTEMA DE MACRODRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL – MACEIÓ – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica.

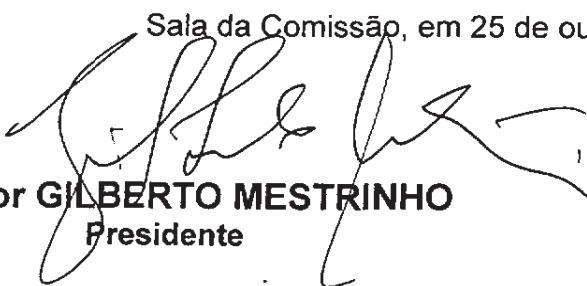
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Ficam mantidas no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) as obras de macrodrenagem nos Tabuleiro dos Martins, vinculando-as aos programas de trabalho 15.451.1138.1662.0020 (OBRAS DE MACRODRENAGEM – NA REGIÃO NORDESTE), sob responsabilidade da UO 53101 (Ministério da Integração Nacional), e 15.451.1138.0578.0226 (APOIO À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS – SISTEMA DE MACRODRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL – MACEIÓ – AL), sob responsabilidade da UO 56101 (Ministério das Cidades), de modo que permaneça suspensa a execução da obra, exceto quanto à realização do dissipador de energia, do extravasor, do emboque da lagoa 2-3 e da adequação da calha do rio Jacarecica.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de outubro de 2005.


Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente


Deputado PEDRO NOVAIS
Relator

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	PMDB	Heloísa Helena
	PARÁ	PSDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotonio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	BLOCO - PSB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	PSDB	AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	BLOCO - PT	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PDT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PSDB	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana
	GOIÁS	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	PP	DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	Sem Partido	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PFL	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PSDB	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSB	TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PMDB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PSDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PSB	AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	BLOCO - PT	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	PTB	RORAIMA
PL	Magno Malta	PDT	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PMDB	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva		Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaias Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDb
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	-----------------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

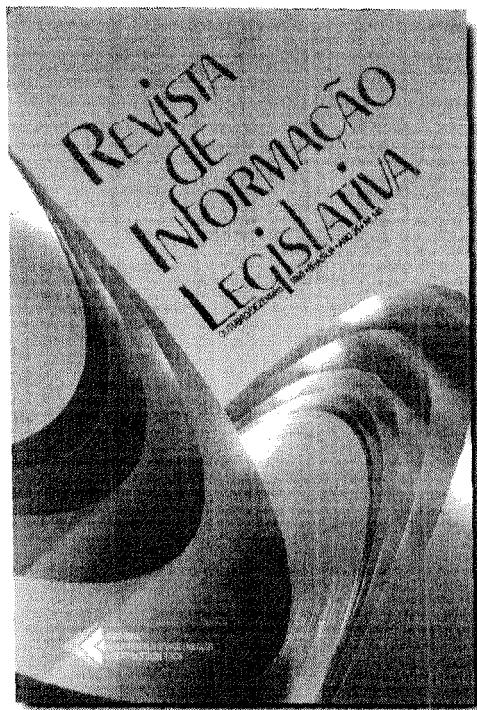
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - ¹Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 134 PÁGINAS